



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 18ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**28/05/2013
TERÇA-FEIRA
às 14 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 28/05/2013.**

18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RQS 507/2013 - Não Terminativo -		8
2	MSF 20/2013 - Não Terminativo -	SEN. FRANCISCO DORNELLES	9
3	MSF 26/2013 - Não Terminativo -	SEN. FRANCISCO DORNELLES	130
4	MSF 27/2013 - Não Terminativo -	SEN. CYRO MIRANDA	193

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(59)(51)(52)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(16)(13)(52)(17)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(35)(32)(31)(48)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(41)(20)(29)(22)(36)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(38)(53)(18)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(62)(57)(61)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(54)(57)(42)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(34)(43)(44)(33)(57)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(28)(45)(57)(27)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM)
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 28 de maio de 2013
(terça-feira)
às 14h**

PAUTA

18ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 7

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 507, de 2013

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, no período de 13 a 18 de junho de 2013, para participar de solenidades em comemoração aos 200 anos de Karlsdorf, do Programa Oficial da Visita de Parceria de Brusque a Karlsdorf-Neuthard e de visita à Mercedes-Benz, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 12 a 19 de junho de 2013.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pendente de Relatório.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e a República Quirguiz.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Em 21/05/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;*

2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nessa Reunião.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto do Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar

sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Em 21/05/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nessa Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Em 21/05/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nessa Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

2

RELATÓRIO Nº _____, DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 20, de 2013 (Mensagem 95, de 14/3/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.*

RELATORA: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

A Senhora Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos, para este Relatório, as informações que se seguem.

Nascido em São Jerônimo, Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 1959, filho de Heron Ramos Carvalho e Elizabeth Bueno Carvalho, graduou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1982. Ingressou na carreira de diplomata em 1983, após

ter concluído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no ano anterior. Concluiu também o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2006, onde defendeu tese intitulada “O Brasil e o Protocolo de Quioto: Equidade e Parceria no Regime Multilateral de Mudança do Clima”. Ascendeu a Conselheiro em 2003; e a Ministro de Segunda Classe em 2007.

O diplomata indicado desempenhou importantes cargos na chancelaria, na administração federal e no exterior. Foi Subchefe da Divisão de Meio Ambiente, em 1995; Assessor da Assessoria Especial da Presidência da República, em 2003; Conselheiro na Embaixada em Londres, em 2005 e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, de 2008 até o presente.

Quanto aos postos para o qual foi indicado o Senhor Oswaldo Biato Júnior – Embaixador no Cazaquistão, no Turcomenistão e no Quirguiz, importa para esse Relatório trazer à colação algumas informações sobre esses países adicionadas pelo Ministério de Relações Exteriores, de maneira a ilustrar a sabatina de praxe.

Independente da antiga União Soviética em 1991, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: (i) existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) a maneira pragmática pela qual se procura implantar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As estepes ocupam aproximadamente 61% do território. Está entre os 15 países de menor densidade demográfica, com apenas menos de seis habitantes por km². É o mais desenvolvido da Ásia Central. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira

reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006, multiplicaram-se os contatos dos dois países. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio econômico tem apresentado um crescimento crescente ao longo dos últimos anos, à exceção do ano de 2009, porém retomado em 2010, e alcançou em 2012 a cifra de 200,2 milhões de dólares, com superávit brasileiro de cerca de 40 milhões de dólares. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%). Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

Empresas brasileiras têm analisado a possibilidade de instalar unidades no Cazaquistão, de onde poderiam exportar com mais facilidade para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupo dos países da ex-União Soviética).

Além das vantagens comerciais, a sintonia de opiniões entre Brasil e Cazaquistão em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. O Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Turcomenistão tornou-se independente da antiga União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território de 488 mil km²

dominado pelo deserto de Karacorum, tem sua economia apoiada na riqueza em recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia e a China os destinatários de praticamente toda a produção turcomena. O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás pela falta de rotas adequadas de exportação.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou. Ainda incipientes, as relações ganharam possibilidade de adquirir novo patamar desde a abertura da Embaixada residente em Astana (cumulativa com Ashgabat e Bishkek)

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US\$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladoras (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu nos anos anteriores, e de aviões da Embraer, o que poderá impulsionar as cifras comerciais.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (198,5 mil km² e 5,5 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6 de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes. O comércio bilateral é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US\$ 4,8 milhões, um queda de mais de US\$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatinar o ilustre diplomata e votar na indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 20, DE 2013

(nº 95/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Os méritos do Senhor Demétrio Bueno Carvalho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'D' grande e decorativa, seguida por 'Russel' e uma barra horizontal final.

EM nº 00059/2013 MRE

Brasília, 1 de Março de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antônio de Aguiar Patriota

EM Nº 00059 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

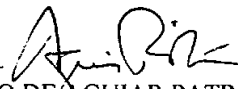
Brasília, 19 de março de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**

CPF.: 239.970.601-34

ID.: 8610 MRE

1959 Filho de Heron Ramos Carvalho e Elizabeth Bueno Carvalho, nasce em 12 de julho em São Jerônimo/RS

Dados Acadêmicos:

1982 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1983 CPCD - IRBr

1993 CAD - IRBr

2006 CAE - IRBr - O Brasil e o Protocolo de Quioto: Equidade e Parceria no Regime Multilateral de Mudança do Clima

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário

1989 Segundo-Secretário

1996 Primeiro-Secretário

2003 Conselheiro

2007 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1985 Divisão Especial de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro, assistente

1986 Divisão das Nações Unidas, assessor

1987 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

1989 Missão junto à Onu, Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário

1992 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário

1995 Divisão de Meio Ambiente, assessor e Subchefe

1998 Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário

2000 Embaixada no México, Primeiro-Secretário

2002 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor

2003 Presidência da República, Assessoria Especial, assessor

2005 Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe

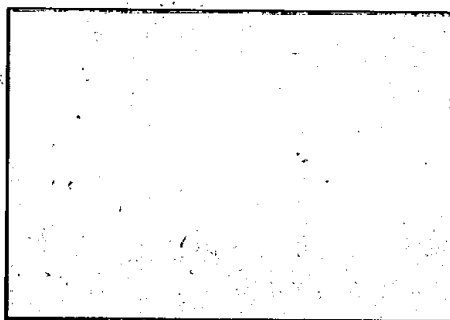
2008 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2013
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Cazaquistão.
CAPITAL	Astana
ÁREA	2.717.300 km ² (pouco menos que as áreas dos Estados do Amazonas e Pará juntos)
POPULAÇÃO (2011)	16,2 milhões (equivalente à população do Estado do Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Cazaque e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (70,2%), cristãos ortodoxos (26,6%), budistas, judeus e outras (3,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado e "Majilis" (Conselho)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nursultan Nazarbayev (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Serik Akhmetov (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Erlan Idrissov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2011)	US\$ 188,050 bilhões. (Brasil: US\$ 2,785 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 216,907 bilhões (Brasil: US\$ 2,289 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US\$ 11.357 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US\$ 13.099 (Brasil: US\$ 51.760)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (2011); 7,3% (2010); 1,2% (2009); 3,3% (2008)
IDH (2011)	0,745 (67º lugar entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Tenge
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	39 indivíduos

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL→	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CAZAQUISTÃO										
Intercâmbio	10,5	18,4	40,3	75,2	52,6	57,8	37,6	77,4	190,3	200,2
Exportações	7,4	13,3	31,8	40,1	41,2	45,6	25,8	88,3	112,7	120,1
Importações	3,1	5,1	8,5	35,1	11,4	12,2	11,8	9,1	77,6	80,1
Saldo	4,3	8,2	23,3	5	29,8	33,4	14	9,2	35,1	40

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nursultan Nazarbayev Presidente da República

Nasceu em 1940, na vila de Chémolgan, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Em 1984, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo) da República Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado Primeiro-Secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão pelo então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Em 1990, assumiu a Presidência do Soviete Supremo da República Soviética do Cazaquistão e, em 1991, foi eleito Presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005 e 2011.

Serik Akhmetov Primeiro-Ministro

Nasceu em 1958, em Temirtau, Cazaquistão. Graduou-se na Academia de Gestão da Indústria Metalúrgica de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Trabalhou na administração da Província de Karaganda e na Presidência da República. Foi Prefeito de Temirtau e Vice-Prefeito de Astana. Também foi Presidente da associação nacional de empresários Atameken.

Em 2006, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Em 2009, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e, em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Nazarbayev.

Erlan Idrissov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1959, em Karkaralinsk, Cazaquistão. Estudou Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (1976-1981), e Relações Internacionais na Academia Diplomática da União Soviética (1990-1992).

Trabalhou no Comitê de Cooperação Econômica da União Soviética (1981-1985), sediado no Paquistão, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Soviética do Cazaquistão (1985-1990). Após a independência de seu país, foi Primeiro Secretário na Missão do Cazaquistão na ONU (1992-1995), Diretor do Departamento das Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995-1996), Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente do Cazaquistão (1996-1997) e Vice-Primeiro-Ministro de Negócios Estrangeiros (1997-1999).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1999, cargo que exerceu até 2002. Posteriormente, foi Embaixador do Cazaquistão no Reino Unido (2002-2007) e nos Estados Unidos (2007-2012). Em setembro de 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. Em 2006, o Brasil abriu Embaixada residente em Astana, capital cazaque.

O decreto de abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina, foi publicado em 2012, e o Embaixador do Cazaquistão no Brasil, Bakhytzhhan Ordabayev, apresentou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013. A cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília deverá ter lugar em setembro de 2013, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, deverá visitar o Brasil.

O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, visitou Brasília, em 2007. Por ocasião da visita, foram assinados: Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio; Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Astana em 2009.

O Brasil e o Cazaquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, a última das quais ocorreu em Brasília, no dia 13 de abril de 2012. A próxima reunião está prevista para realizar-se em abril do ano corrente, em Astana.

Há iniciativas em curso em áreas como: cooperação técnica em agricultura (está em negociação Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja assinatura viabilizaria iniciativas como a implementação de Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e a empresa agrícola cazaque KazAgroInnovation); extração mineral (a VALE possui escritório de representação na cidade cazaque de Almaty); e esportes – o clube de futebol Olé Brasil Futebol Clube assinou Protocolo de Entendimento com o Ministério do Esporte e Turismo do Cazaquistão para treinamento, no Brasil (Ribeirão Preto/SP), de jovens atletas e treinadores cazaques (o projeto já está na segunda fase de implementação). Há também potencial de cooperação em setores como construção civil e energias renováveis.

O fluxo comercial bilateral tem crescido significativamente nos últimos anos. O intercâmbio comercial atingiu o pico histórico em 2012, no valor de US\$ 200,2 milhões. O Brasil teve superávit de US\$ 40,1 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%).

Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

A empresa catarinense WEG, que atua nas áreas de motores, automação, energia e tintas, analisa a possibilidade de instalar fábrica no Cazaquistão, de onde produziria e exportaria motores elétricos para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupamento formado por países da ex-União Soviética).

A Andrade Gutierrez, por sua vez, tem interesse em explorar o mercado cazaque de construção civil por meio de sua filial em Portugal, a Zagope. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão empresarial exploratória ao Cazaquistão em 2005, e está organizando nova missão ao país, prevista para realizar-se no corrente ano. O Itamaraty também enviará representante para o VI Fórum Econômico de Astana, que acontecerá em maio deste ano.

A sintonia de opiniões em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. Além disso, o Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assuntos consulares

Há registro de 39 cidadãos brasileiros que residem atualmente no Cazaquistão. Dez desses brasileiros trabalham em clubes de futebol.

Ademais do setor consular da Embaixada do Brasil em Astana, brasileiros no Cazaquistão contam com assistência de um Consulado Honorário em Almaty (maior cidade do país).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

O Cazaquistão foi a ex-república soviética que melhor lidou com os desafios políticos e econômicos após a independência, em 1991, e goza de sistema político estável. O Cazaquistão evoluiu de uma república soviética atrasada, palco de testes nucleares e desastres ambientais, ao país mais próspero e mais bem-sucedido da Ásia Central.

As transformações positivas vividas pelo Cazaquistão podem ser creditadas, em certa medida, à liderança do Presidente Nazarbayev, que soube modernizar a economia cazaque, construindo uma base jurídica e legal capaz de atrair vultosos investimentos estrangeiros. Uma política econômica liberal e bons fundamentos macroeconômicos foram o diferencial que permitiu ao Cazaquistão – diferentemente do Turcomenistão e do Uzbequistão – converter suas grandes reservas de petróleo, gás e urânio em vetores de desenvolvimento econômico.

Em setembro de 2012, o Presidente Nazarbayev implementou reforma política, com a designação de um novo Primeiro-Ministro e nomeação de novo Conselho de Ministros. Pode-se depreender que a reforma é consequência da crescente preocupação do Presidente em equilibrar o crescimento econômico – até então a preocupação quase única do Governo – com políticas sociais que venham a diminuir a insatisfação de determinadas camadas populares e regiões do país, as quais se consideram excluídas das riquezas que vêm sendo geradas pela economia cazaque com o “boom” petrolífero. O “efeito Zhanaozen”, referência aos distúrbios populares que eclodiram naquela cidade, em dezembro de 2011, e que foram seguidos de greves em uma série de empresas estatais e multinacionais no começo de 2012, impactou profundamente o Presidente e seus aliados, antes seguros da popularidade do regime.

Inovação da reforma ministerial foi a recente nomeação de Ministros jovens, que iniciaram suas carreiras após a independência do país, em 1991, e que, portanto, estariam livres do conservadorismo de quadros mais antigos, ainda muito influenciados pela herança soviética. No Cazaquistão, tem-se chamado “geração *Bolashak*” (“futuro”) a esses novos políticos, essencialmente tecnocratas educados no exterior, que seriam supostamente mais capazes do que a velha burocracia de dirigir o país na globalizada economia mundial.

O Parlamento cazaque é dividido em duas casas, o Senado (Câmara alta) e o “Majilis” (“Conselho”, a Câmara baixa).

O Senado possui 47 membros, assim eleitos: de cada uma das 14 regiões (“oblasts”) do país, bem como de Astana e Almaty, as maiores e mais importantes cidades, são escolhidos dois Senadores, por votação indireta, com mandatos de seis anos. Os outros 15 Senadores são designados pelo Presidente, de modo a garantir a representação de interesses nacionais e culturais da sociedade.

Noventa e oito Deputados do Majilis são eleitos por voto popular. Os nove Deputados restantes são eleitos pela Assembleia do Povo do Cazaquistão – órgão consultivo, subordinado ao Presidente da República, e que representa numerosas nacionalidades do país. O mandato dos Deputados é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

As duas linhas mestras da política externa cazaque são: tornar o Cazaquistão uma das 50 maiores economias do mundo até 2015, e consolidar sua “política multivetorial”, cujo objetivo é usar a aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia para contrabalançar o peso dos dois vizinhos gigantes, Rússia e China.

O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a declarar sua independência em relação à União Soviética, em 16 de dezembro de 1991.

A Rússia continua a ser o principal parceiro econômico do país. Em 1996, Cazaquistão, Rússia e Belarus deram início a projeto de União Aduaneira, consolidado em 2010. Ademais da livre circulação de pessoas entre os três países, foram extintas todas as barreiras aduaneiras ou alfandegárias no interior do Mercado Comum (razão pela qual os gráficos econômico-comerciais, ao final, não contemplam a participação de Rússia ou Belarus nas exportações e importações do Cazaquistão).

O Cazaquistão depende quase inteiramente de oleodutos russos para exportar seu petróleo ao exterior. Para a Rússia, o Cazaquistão é um parceiro vital, pois hospeda cinco milhões de habitantes russos e sua principal base de lançamentos espaciais (Baikonur). Da mesma maneira, o Cazaquistão representa um lucrativo mercado consumidor de bens industriais russos, e coopera estreitamente com o país em temas militares e estratégicos.

Para o Cazaquistão, quase tão importante quanto a Rússia é a China, país que vem aumentando rapidamente sua penetração econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial do Cazaquistão, em especial o suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio. Para o Cazaquistão, em contrapartida, a China representa não apenas uma fonte inesgotável de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo.

Do ponto de vista cazaque, as relações com os Estados Unidos e a União Europeia servem para contrabalançar o peso econômico e político da Rússia e da China. Neste ponto, o interesse cazaque se coaduna perfeitamente com os interesses dos norte-americanos e europeus, que buscam ocupar espaços na economia cazaque e tentam convencer o Cazaquistão (assim como o Azerbaijão e o Turcomenistão) a aderir a um projeto turco-europeu de estabelecer uma rota via Cáucaso, para o petróleo originário do Mar Cáspio chegar ao Ocidente sem transitar por território russo. A solução preferida por europeus e americanos é, assim, um gasoduto transcaspiano ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão e à Turquia. Consciente da oposição russa ao projeto, o Cazaquistão hesita em

apoiá-lo abertamente, embora tenha até mais interesse do que os europeus em diminuir sua dependência da Rússia.

Decidido também a impulsionar a presença internacional do país, o Presidente Nazarbayev vem se dedicando a diversificar as relações do país. De um lado, tomou a decisão de abrir diversas Embaixadas em 2012, uma das quais no Brasil (outras foram criadas no Sudeste Asiático e uma na Finlândia). De outro, vem patrocinando iniciativas multilaterais de impacto. A primeira delas é a defesa do desarmamento e não proliferação nucleares, originária do prestígio conquistado pelo fato de o país ter renunciado à manutenção do arsenal herdado da União Soviética. Nesse esforço, o Cazaquistão alterna posições ao gosto das grandes potências – como a defesa do Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua disposição de sediar um banco de combustível nuclear disponível para os signatários do TNP – e posturas com as quais a Rússia e Estados Unidos divergem (a formação de uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central e a campanha em favor de uma declaração favorável ao fim das armas nucleares).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A independência do Cazaquistão foi seguida de grande crise econômica no país. Para fazer frente ao desafio de reerguer a economia cazaque, o Governo empreendeu uma década de penosas, porém bem sucedidas, reformas econômicas inspiradas em modelos ocidentais (ao contrário do Uzbequistão, que adotou política econômica autárquica e pouco dependente de investimentos externos).

As reformas resultaram em um “boom” de investimentos estrangeiros ao longo da década de 2000 (US\$ 100 bilhões), boa parte dos quais se dirigiu ao setor de petróleo e gás, viabilizando o início da exploração de grandes reservas de petróleo, como Kashagán (9 bilhões de barris), Tings (7 bilhões) e Karagachanak (8 bilhões). Quando esses grandes depósitos estiverem em plena produção, sobretudo Kashagan, o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020, espera-se que o país esteja entre os cinco maiores exportadores mundiais de petróleo. Não obstante esse sucesso econômico, o Cazaquistão conta com indústria e agricultura pouco diversificadas, o que exige importações de ampla gama de produtos, muitos dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil.

A decisão do Cazaquistão de aderir à União Aduaneira Rússia-Belarus é compreensível à luz da vulnerabilidade histórica do país em relação à Rússia. Afinal, as autoridades cazaques são profundamente

conscientes do fato de que a quase totalidade de suas exportações e importações depende de direitos de trânsito sobre território russo, que poderiam ser interrompidos no caso de uma confrontação bilateral. Contudo, em consonância com a concomitante aproximação com o Ocidente, o Cazaquistão também está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Governo cazaque lançou, em 14/12/2012, novo e ambicioso plano de desenvolvimento econômico e social para o Cazaquistão, denominado “Estratégia 2050”. O novo plano sucederá o anterior, denominado “Estratégia 2030”, o qual foi adotado em 1997, quando o país ainda sofria para reerguer-se após a dissolução da União Soviética, e cujas principais metas já estariam praticamente alcançadas. A Estratégia 2050, comparativamente à sua antecessora, é consideravelmente mais ambiciosa. Enquanto a Estratégia 2030 buscava promover uma economia estável com padrões médios de consumo e produção, a Estratégia 2050 busca transformar o Cazaquistão em uma economia altamente desenvolvida até 2050, perspectiva inimaginável em 1997.

Para tanto, o documento propõe construir uma grande e moderna indústria manufatureira, por meio da expansão da infraestrutura energética e de transportes, e com base no mercado consumidor de 200 milhões de pessoas ao qual o país passou a ter acesso com sua participação na União Aduaneira com Rússia e Belarus. Preconiza o documento também a diversificação das exportações do país (atualmente fortemente concentradas em petróleo e gás), promoção da inovação tecnológica, incentivo a políticas ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento da agricultura, inclusive por meio do abastecimento adequado de água. Finalmente, o novo plano prevê elevar o país ao rol das 30 maiores e mais desenvolvidas economias do planeta até 2050. O foco da “Estratégia 2050” não se restringe, entretanto, a metas econômicas, estendendo-se à área social (saúde e educação), que ganhou especial importância após as manifestações anti-Governo de dezembro de 2011, as quais evidenciaram haver setores sociais fortemente insatisfeitos com a distribuição da riqueza nacional e com a pobreza que persiste fora dos grandes centros populacionais.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Com o colapso da União Soviética, o Cazaquistão ganha independência. Nursultan Nazarbayev é eleito Presidente da República.
1995	Aprovada nova Constituição do Cazaquistão. Mandato presidencial é estendido por meio de referendo popular.
1996	Iniciados trâmites para o estabelecimento de União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus.
1997	Astana torna-se a capital do Cazaquistão.
1999	Nazarbayev é reeleito Presidente.
2000	Criada a Comunidade Econômica Eurasiática, também integrada por Tadjiquistão e Quirguistão, com livre circulação de pessoas entre os cinco países membros.
2006	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão assinam Tratado que proíbe a seus membros a elaboração, posse ou aquisição de armas nucleares ("Tratado de Semipalatinsk").
2009	Entrada em vigor do Tratado de Semipalatinsk, que estabelece uma "zona livre de armas nucleares" na Ásia Central.
2010	Estabelecida a União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus, com vistas ao estabelecimento de um Mercado Comum.
2010	Cazaquistão assume a Presidência da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OCSE).
2011	Nazarbayev é novamente reeleito Presidente. O Cazaquistão assume a Presidência do Conselho de Chanceleres da Organização da Conferência Islâmica (OIC).

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão.
1995	Visita ao Brasil do Chanceler Kassym-Jomart Tokayev para assistir à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2005	Missão empresarial brasileira ao Cazaquistão.
2006	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão; visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil; abertura da Embaixada residente do Brasil em Astana.
2007	Visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.

2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão.
2011	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2012	Visita de dois Vice-Ministros de Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil. Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília.

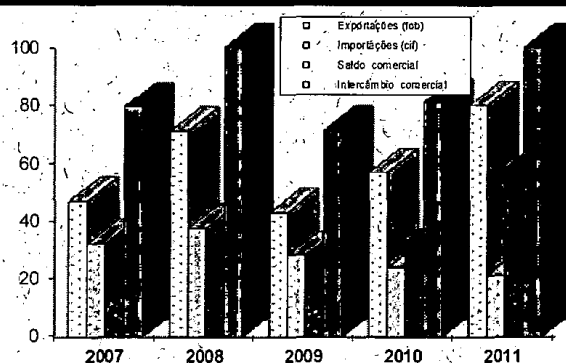
Atos bilaterais

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	06/09/2008	05/09/2008
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio	27/09/2007	01/10/2009	06/02/2013

Dados econômico-comerciais CAZAQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	47,0	71,2	43,2	57,2	80,2	60,2	43,8
Importações (cif)	32,6	37,8	28,4	24,0	21,4	15,5	28,4
Saldo comercial	14,4	33,4	14,8	33,2	58,8	44,7	15,4
Intercâmbio comercial	79,6	109,0	71,5	81,3	101,6	75,7	72,2

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

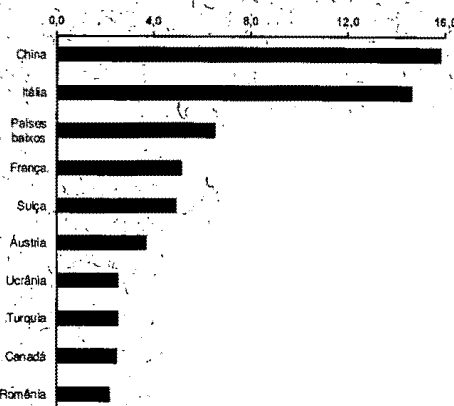


O comércio exterior do Cazaquistão apresentou, em 2011, variação de 27,6% em relação a 2007, de US\$ 79,6 bilhões para US\$ 101,6 bilhões. No ranking do FMI, o Cazaquistão figurou como o 57º mercado mundial, sendo o 60º principal exportador e o 56º importador.

CAZAQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	15,9	19,8%	9,0	20,7%
Itália	14,7	18,3%	2,4	5,4%
Países baixos	6,6	8,2%	1,6	3,7%
França	5,2	6,5%	4,3	9,9%
Suíça	5,0	6,2%	0,4	0,9%
Áustria	3,8	4,7%	1,3	3,0%
Ucrânia	2,6	3,2%	2,0	4,5%
Turquia	2,6	3,2%	1,4	3,1%
Canadá	2,5	3,2%	2,2	5,1%
Romênia	2,3	2,8%	1,9	4,4%
Brasil	0,05	0,1%	0,05	0,1%
Subtotal	61,1	76,2%	26,7	61,0%
Outros países	19,1	23,8%	17,1	39,0%
Total	80,2	100,0%	43,8	100,0%



Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

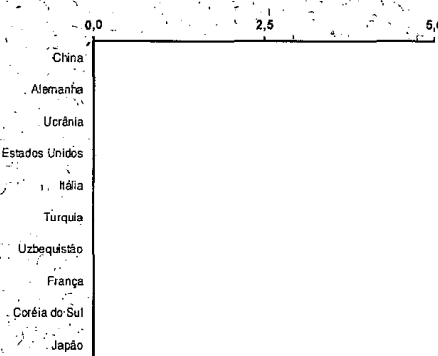
Aproximadamente 1/5 das exportações do Cazaquistão são destinadas à China. Em 2011, as importações chinesas somaram 19,8% do total, seguida de Itália (18,3%); Países Baixos (8,2%); França (6,5%); e Suíça (6,2%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os destinos do país em 2011, absorvendo 0,1% da oferta exportadora do Cazaquistão.

(Rússia e Belárus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de exportações)

CAZAQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5,0	23,4%	8,3	29,4%
Alemanha	2,2	10,3%	1,8	6,5%
Ucrânia	1,8	8,2%	1,4	4,8%
Estados Unidos	1,6	7,6%	0,8	2,6%
Itália	1,2	5,4%	0,9	3,0%
Turquia	0,8	3,5%	0,9	3,1%
Uzbequistão	0,8	3,5%	0,6	2,3%
França	0,7	3,3%	0,3	1,1%
Coreia do Sul	0,6	3,0%	0,7	2,5%
Japão	0,6	3,0%	0,5	1,6%
Brasil	0,3	1,6%	0,1	0,3%
Subtotal	15,6	72,9%	16,3	57,4%
Outros países	5,8	27,1%	12,1	42,6%
Total	21,4	100,0%	28,4	100,0%



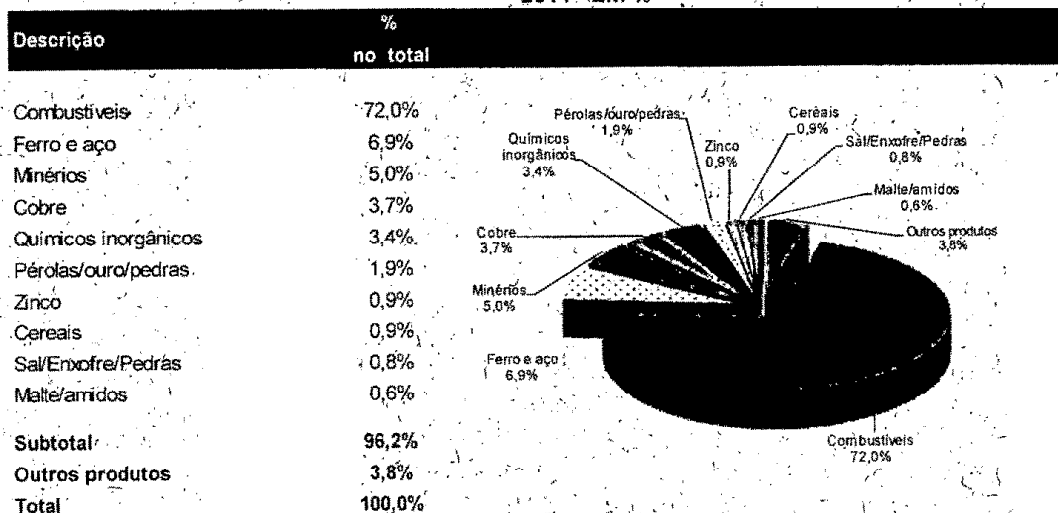
Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

A China destaca-se como a principal fornecedora de bens ao Cazaquistão. Em 2011 respondeu com 23,4% do total, seguido da Alemanha (10,3%); Ucrânia (8,2%); e Itália (5,4%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar, detendo 1,6% da demanda importadora do país.

(Rússia e Belárus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de importações)

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

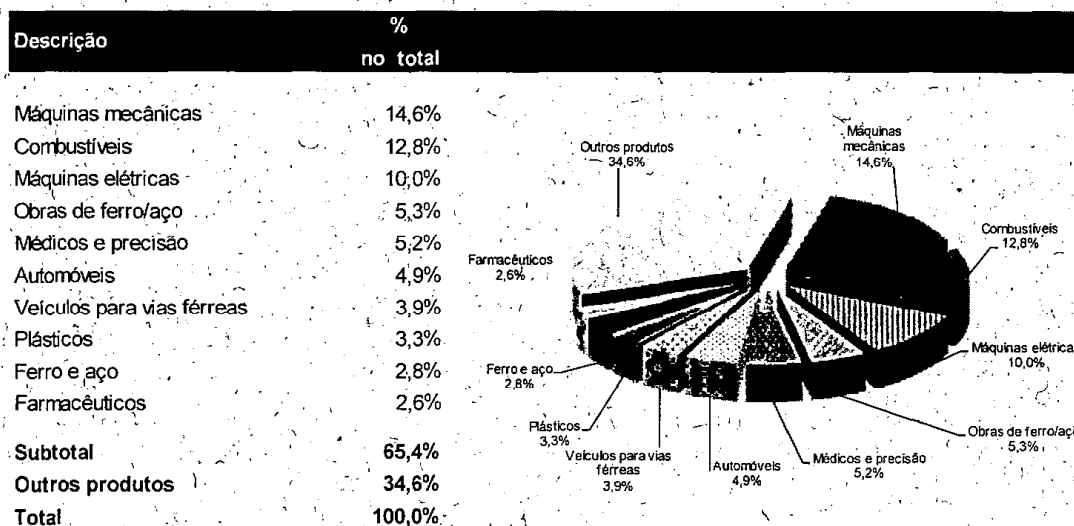


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

A pauta de exportações do Cazaquistão é bastante concentrada. Combustíveis - sobretudo óleos brutos de petróleo - foram responsáveis por mais de 70% do total em 2011. Em seguida destacaram-se: ferro e aço (7%); minérios (5%) e cobre (4%).

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

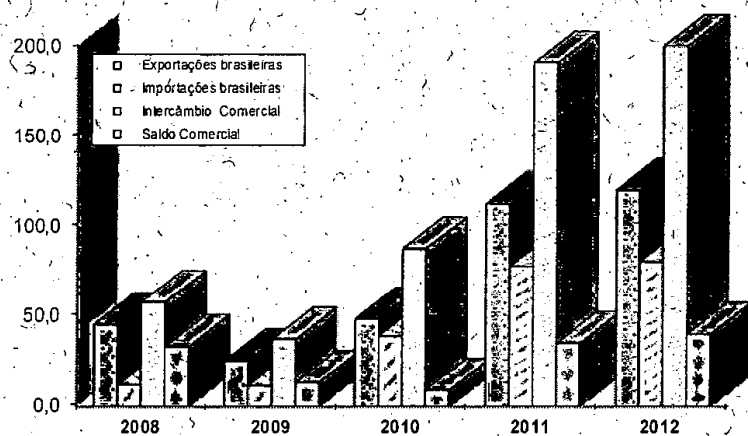
A pauta de importação do Cazaquistão é concentrada em produtos com alto valor agregado. As máquinas representaram 25% do total, seguidas de combustíveis (13%); obras de ferro e aço (5,3%); médicos e precisão (5,2%); e automóveis (4,9%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	45,6	25,5	48,4	112,8	120,2
Varição em relação ao ano anterior	10,6%	-44,1%	89,9%	133,0%	6,5%
Importações brasileiras	12,2	11,8	39,1	77,7	80,1
Varição em relação ao ano anterior	7,1%	-3,0%	230,2%	98,5%	3,1%
Intercâmbio Comercial	57,8	37,3	87,5	190,4	200,2
Varição em relação ao ano anterior	9,8%	-35,4%	134,4%	117,6%	5,2%
Saldo Comercial	33,4	13,6	9,3	35,1	40,1

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

O Cazaquistão foi o 93º parceiro no comércio exterior brasileiro de 2012, com 0,04% de participação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 246%, de US\$ 57,8 milhões, para US\$ 200,2 milhões, sendo 163% nas exportações e 556% nas importações (aumento dos desembarques de enxofre a granel nos últimos dois anos). O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, totalizou US\$ 40 milhões em 2012.

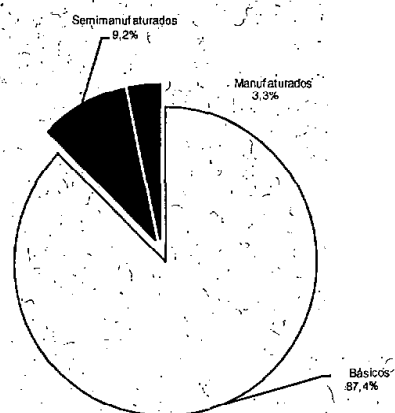
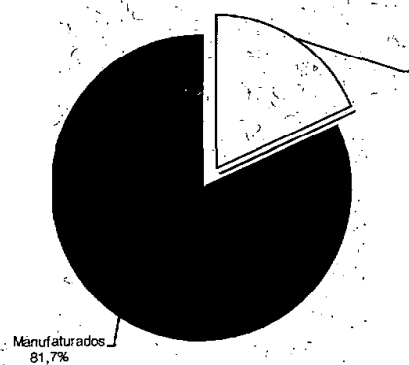


BRASIL-CAZAQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	22,0	18,3%	70,0	87,4%
Seminanufacturados	0,0	0,0%	7,4	9,2%
Manufaturados	98,1	81,7%	2,7	3,3%
Total	120,2	100,0%	80,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para o Cazaquistão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 81,7% das vendas em 2012, com destaque para aviões, seguidos pelos produtos básicos (18%). Pelo lado das importações, os produtos básicos representaram 87,4% do total em 2012, com destaque para enxofre a granel, seguidos dos semimanufacturados (9%) e dos manufaturados (3%).



BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob.

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Cazaquistão, 2012
			Valor	% no total	
Sal/pedras/cimento	27,3	57,2	70,0	87,4%	
Chumbo	8,0	7,1	5,3	6,6%	
Químicos inorgânicos	0,5	1,1	1,8	2,3%	
Ferro e aço	1,5	2,6	1,4	1,7%	
Borracha	0,0	0,0	0,3	0,4%	
Subtotal	37,3	68,0	78,8	98,3%	
Outros produtos	1,8	9,7	1,3	1,7%	
Total	39,1	77,7	80,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias do Cazaquistão apresentaram alto grau de concentração. Enxofre a granel foi o principal item da pauta em 2012, respondendo por 87,4% do total, seguido por chumbo (6,6%); produtos químicos inorgânicos (2,3%); e ferro e aço (1,7%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

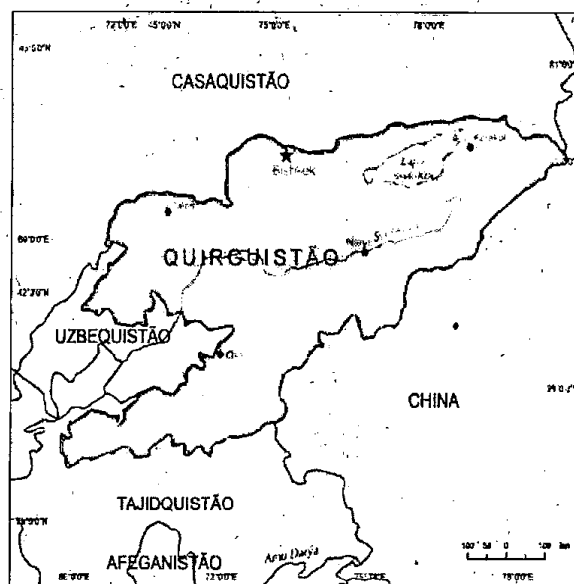
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Cazaquistão, 2012
			Valor	% no total	
Aviões	0	95	95	79,0%	
Carnes	31	8	16	13,3%	
Outs prods origem animal	0	0	4	3,0%	
Fumo	7	5	2	2,0%	
Subtotal	37,9	108,2	116,9	97,3%	
Outros produtos	10,5	4,6	3,3	2,7%	
Total	48,4	112,8	120,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Os aviões com peso superior a 15 mil Kg foram o principal item da pauta de exportação brasileira para o Cazaquistão. Em 2012 respondeu por cerca de 80% do total, seguido de carnes (13,3%) e outros produtos de origem animal (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA QUIRGUIZ



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2012
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Quirguiz
CAPITAL	Bishkek
ÁREA	198.500 km ² (quase igual ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2011)	5,5 milhões de habitantes (metade do Estado do Paraná)
IDIOMAS OFICIAIS	Quirguiz e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (80%), cristã ortodoxa (17%) e outras (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Conselho Supremo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Zhantoro Satybaldiyev (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdyl daev Bekeshovich
PIB nominal (2011)	US\$ 5,929 bilhões (Brasil: US\$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 13,212 bilhões (Brasil: US\$ 2,399 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2011)	US\$ 1.075 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)	US\$ 2.399 (Brasil: US\$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	5,7% (2011); - 0,5% (2010); 2,9% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,615 (125º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	67,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Som (1,00 USD = 46,95 KGS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	7

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL → REPÚBLICA QUIRGUIZ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	0,2	0,7	2,3	1,7	2,5	1,7	6,3	2,2	7,0	4,8
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL → REPÚBLICA QUIRGUIZ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	0,2	0,7	2,3	1,7	2,5	1,7	6,3	2,2	7,0	4,8
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8
Importações	0,01	-	-	0,3	0,3	0,2	0,02	0,2	0,2	0,003
Saldo	0,1	0,7	2,3	1,0	1,8	1,1	6,3	1,8	6,6	4,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Almazbek Atambayev

Presidente

Nasceu em 1956 na região de Chui, República Quirguiz. Formou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Administração de Moscou. Entre 1983 e 1987, foi Assessor do Conselho Supremo da República Soviética Socialista do Quirguistão. Em 1993, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Quirguistão.

Com a queda do Presidente Askar Akayev, durante a chamada Revolução das Tulipas, e a chegada ao poder de Kurmanbek Bakiyev, em 2005, Atambayev inicialmente aliou-se àquele novo Governo, servindo como Ministro da Indústria e Comércio de 2005 a 2006, quando se demitiu do cargo. Em novembro de 2006, tornou-se um dos líderes dos protestos antigoverno ocorridos em Bishkek. Após a queda do Primeiro-Ministro Azim Isabekov, em 2007, Atambayev foi nomeado Primeiro-Ministro provisório. Porém, no mesmo ano, Atambayev deixou o cargo e, em abril de 2009, disputou as eleições presidenciais contra Bakiyev, mas retirou-se do pleito no próprio dia da eleição, em protesto contra supostas fraudes eleitorais.

Após a queda de Bakiyev, em 2010, voltou à política, apoiando o Governo provisório de Roza Otunbayeva. Naquele ano, após as eleições parlamentares, foi escolhido Primeiro-Ministro. Em 2011, venceu as eleições presidenciais, e tomou posse em dezembro.

Zhantoro Satybaldiyev

Primeiro-Ministro

Nasceu em 1956, na região sul de Osh, República Quirguiz. Graduou-se no Departamento de Engenharia e Construção do Instituto Politécnico Frunze, em 1979. Iniciou sua carreira trabalhando na reconstrução da estrada Alai, onde permaneceu por 12 anos (1980-1992) e foi promovido a Chefe de Gestão. Posteriormente, tornou-se Vice-Ministro e Ministro dos Transportes e Comunicações.

Um ano após a Revolução das Tulipas, Satybaldiyev liderou o grupo parlamentar El Menen ("Com as Pessoas"). Em março de 2006, foi nomeado Governador da região de Osh pelo Presidente Bakiyev. No entanto, em novembro de 2007, foi destituído do cargo devido a acusações de abuso de poder.

Em 2010, tornou-se Presidente da agência estatal encarregada de reconstruir Osh e Jalalabad, após os conflitos étnicos naquelas cidades. Em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro após a destituição de seu antecessor, Omurbek Babanov, o qual foi acusado de corrupção.

Abdyldaev Bekeshovich

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1966 e graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou em 1989. No mesmo ano, tornou-se Assistente do Departamento de Países Socialistas da Ásia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

Entre 1989 e 1994, foi Secretário da Embaixada da então União Soviética na China. De 1994 a 1997, foi consultor do Departamento Internacional da Presidência da República Quirguiz. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Diretor de Departamento e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2001).

De 2001 a 2005, foi Embaixador da República Quirguiz em Pequim. Em 2007, tornou-se Diretor do Instituto de Guerra e Paz de seu país. Em setembro de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz ocorreu em 1993. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 1991.

Em setembro de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o Assessor Especial do MRE afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Após o apoio quirguiz à vitoriosa candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tem crescido o interesse em cooperação técnica, como se depreende da participação quirguiz em cursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de solicitações de apoio a projetos agrícolas.

A cooperação humanitária também tem crescido nos últimos anos. Em 2010, o Governo brasileiro doou US\$ 300 mil à República Quirguiz, em resposta ao apelo do Governo quirguiz por assistência humanitária após os conflitos étnicos em Osh e Jalalabad. Em janeiro de 2013, o Governo brasileiro doou US\$ 50 mil ao Governo quirguiz por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoiar atividades em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Vice-Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Sr. Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil em junho de 2012, representando o Presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Em encontro com a Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis, à margem da Rio+20, o Vice-Primeiro-Ministro quirguiz expressou especial interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade, e sobre a possibilidade de que empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo. Em fevereiro do ano corrente, o Embaixador não-residente do Brasil na República Quirguiz realizará visita a Bishkek, para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade, realizadas em 2011, no âmbito da apresentação de suas cartas credenciais ao Governo quirguiz.

O comércio bilateral ainda é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US\$ 4,8 milhões, uma queda de mais de US\$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Assuntos consulares

Há registro de 7 brasileiros residentes na República Quirguiz, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o Sr. Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado para exercer a função de Cônsul Honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

Diferentemente dos Presidentes dos outros países centro-asiáticos, o primeiro governante pós-soviético da República Quirguiz, Askar Akayev (1991-2005), não foi líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito por sua reputação como cientista proeminente, e por ter sido Presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica em parte por que a República Quirguiz não se enquadrou de imediato no modelo autoritário frequente na região. O país também alcançou, no Ocidente, a qualificação de “vitrine da democracia na Ásia Central”, em razão da adoção do regime parlamentarista.

Akayev realizou reformas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Empresas públicas foram privatizadas, e as minas de ouro, principal produto de exportação do país, passaram a ser controladas por investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-

soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ao final dos anos 1990, a situação econômica deteriorou-se, em razão dos problemas sociais que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 40% dos quirguizes passaram a viver abaixo da linha da pobreza, percentual que atingiria - ou mesmo ultrapassaria - 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país), o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado, bem como os conflitos étnicos com uzbeques e tadjiques.

Acuado pela oposição e pelas disputas com o Poder Legislativo, que obstruía suas reformas sociais, Akayev foi, aos poucos, abandonando os ideais de democracia multipartidária que permearam o início de seu Governo, e assumindo a posição autoritária comum nos demais países da Ásia Central. O Presidente aproximou-se de Moscou e passou a aplicar “métodos duros” em relação aos opositores. O resultado não foi, no entanto, sustentável, e Akayev renunciou em meio a protestos populares contra irregularidades na eleição de 2005, movimento conhecido como “Revolução das Tulipas”.

Após a queda de Akayev, Kurmanbek Bakiyev foi conduzido à Presidência de um Governo interino até a fixação de novas eleições parlamentares. A agitação política, no entanto, não diminuiu, pois os grupos de oposição seguiram realizando diversos protestos. Em uma tentativa de dividir e desestabilizar a oposição, o Presidente Bakiyev substituiu o Primeiro-Ministro Isabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento de oposição “Pelas Reformas”. A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento opositor. Em crise interna, o “Pelas Reformas” viu vários de seus líderes migrarem para o “Frente Unida”. O próprio Atambayev anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do “Pelas Reformas”, formar um novo bloco, intitulado “Por uma República Quirguiz Unida”.

Após a realização de reforma constitucional aprovada em plebiscito, ainda em 2007, o Presidente Bakiyev dissolveu o Parlamento, gesto autoritário que contradizia as aspirações da Revolução das Tulipas. Quase dois anos depois, em julho de 2009, ocorreram eleições presidenciais, inicialmente previstas para 2010, mas antecipadas pelo Parlamento, controlado pelo partido governista. A antecipação do pleito foi vista por analistas independentes como manobra que visava a favorecer a reeleição do Presidente Bakiyev, antes que eventual aprofundamento da crise

corroesse sua base de apoio. Atambayev, principal candidato opositorista, declarou não reconhecer os resultados das eleições, deturpados pela longa série de ilegalidades praticadas pelos apoiadores do Presidente eleito. O recrudescimento da oposição nos meses seguintes levou Bakiyev a renunciar ao cargo em 2010, assumindo Roza Otunbayeva a Presidência interina. Com isso, diminuíram os temores de irrupção de guerra civil entre o norte e o sul da República Quirguiz.

Apesar de receios de instabilidades políticas, foram realizadas eleições parlamentares ainda em 2010, e eleições presidenciais no final de 2011, nas quais Atambayev alcançou vitória tranquila. Ex-Primeiro-Ministro, com reputação de bom administrador, próximo ao governo, Atambayev representava, aos olhos do povo, não apenas uma força política moderna, mas praticamente a única garantia de estabilidade política para a Quirguízia. Entretanto, passados poucos meses após sua posse, o Governo de coalizão estabelecido no início de 2012 entrou em colapso, motivado pela retirada do Governo dos partidos Ar-Namys e Ata-Meken, deixando os demais partidos da coalizão - Social-Democrático e Respublika - sem maioria parlamentar. Acuado, o Chefe do partido Respublika, Omurbek Babanov, viu-se obrigado, em 01/09/2012, a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro. Os ataques a Babanov pelos partidos Ar-Namys e Ata-Meken foram motivados, segundo líderes daqueles partidos, pelo envolvimento do Primeiro-Ministro em episódios de corrupção. Seu substituto foi Zhantoro Satybaldiev, até então Chefe da Administração presidencial.

O Poder Legislativo é unicameral, denominado Conselho Supremo ou Jogorku Kengesh, e possui 120 membros, eleitos por voto popular para exercer um mandato de sete anos.

POLÍTICA EXTERNA

Por ser um país pequeno e empobrecido, com pouco a oferecer além da localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente (Estados Unidos) e, de maneira crescente, com a China.

O Presidente Atambayev afirmou que a Rússia é o principal parceiro estratégico da República Quirguiz. Nesse sentido, o país já pleiteou oficialmente aderir à União Aduaneira Belarus-Cazaquistão-Rússia. Pragmático, Atambayev vê a integração da economia quirguiz às economias da Rússia e Cazaquistão como a única forma de impulsionar o desenvolvimento econômico de seu país.

No campo político-militar, a República Quirguiz concedeu à Rússia em 2003, “para uso eterno”, uma base militar a apenas 20 km da capital Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas para dar apoio aéreo a 5.000 militares da “Força de Reação Rápida” da Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), organização militar composta pelos membros da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEÁ) e pela Armênia. Em 2009, o Governo quirguiz firmou com a Rússia acordo para criação de uma nova base militar russa no Vale do Fergana, na fronteira com o Uzbequistão, região marcada por instabilidade política e atividades de extremismo religioso. Em seguida ao anúncio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão declarou profunda insatisfação com a medida, pois a nova base poderia causar o incremento da militarização na região e dos confrontos étnicos, e ameaçou cortar o suprimento de gás para a República Quirguiz.

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o Governo quirguiz firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em seu território (Manas). Contudo, atendendo a uma antiga reivindicação russa, Atambayev confirmou que seu Governo fechará a base militar dos Estados Unidos em Manas, tão logo termine o acordo bilateral de “leasing” em 2014. Em encontro no início de 2012 com Robert Blake, Subsecretário para Ásia Central e Meridional do Governo norte-americano, Atambayev confirmou-lhe essa decisão, comentando que os US\$ 150 milhões que Bishkek recebe anualmente dos Estados Unidos a título de aluguel “não compensariam os riscos” associados à localização da base militar norte-americana ao lado do principal aeroporto civil do país. Atambayev, justificando sua decisão ao público interno, declarou temer que, à luz dos conflitos militares dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão e da deterioração das relações Estados Unidos - Irã, o aeroporto de Manas poderia eventualmente sofrer ataque, caso a base continue em mãos dos Estados Unidos. Como solução de compromisso, Atambayev estaria oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de utilizar uma instalação civil em conjunto com a Rússia após 2014, para apoiar seus contingentes militares no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, o Governo chinês trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, República Quirguiz e Uzbequistão, e estuda iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1990, a República Quirguiz foi considerada exemplar entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de “reformas de mercado”, especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na OMC. Entretanto, as reformas, apoiadas pelos organismos financeiros internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O índice de desemprego é elevado, e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia mantém-se expressiva (cerca de 10% da população quirguiz trabalha nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, frequentemente sem registro oficial e em condições discriminatórias).

Em relação ao crescimento do PIB, a República Quirguiz possui o pior desempenho entre os países da Ásia Central. Em 2012 houve retração de 0,9%, conforme informações da Divisão de Inteligência Comercial do MRE. O setor agrícola é predominante na economia do país e os principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são o búro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é pobre em combustíveis fósseis, e dependente da importação de petróleo e gás natural. A população enfrenta cortes de eletricidade no inverno, e o racionamento de energia atingiu até mesmo a capital. Desta maneira, o Governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidroelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. A República Quirguiz poderá, caso esse programa seja bem conduzido, simultaneamente industrializar-se e obter divisas estrangeiras via exportação de energia elétrica.

O Governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial. Para avançar nesses objetivos, o Presidente Atambayev buscou empréstimos do exterior (que tiveram como garantias a participação estatal na mina de ouro “Kumtor”, avaliada em US\$ 1,5 bilhão).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1998	Acessão à OMC.
2005	O Presidente Askar Akayev renuncia ao cargo após os protestos populares da Revolução das Tulipas. Kurmanbek Bakiyev assume a Presidência interina. Almazbek Atambayev torna-se Primeiro-Ministro.
2007	O Presidente Bakiyev dissolve o Parlamento.
2009	Bakiyev é reeleito Presidente, em eleições antecipadas pelo Parlamento.
2010	Bakiyev renuncia ao cargo após pressão da oposição. Roza Otunbayeva assume a Presidência interina; Conflitos entre quirguizes e uzbeques nas cidades de Osh e Jalalabad deixam quase 500 mortos e centenas de feridos.
2011	Almazbek Atambayev é eleito Presidente.
2012	O Primeiro-Ministro Omurbek Babanov renuncia ao cargo; Zhanторо Satybaldiyev torna-se Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações bilaterais

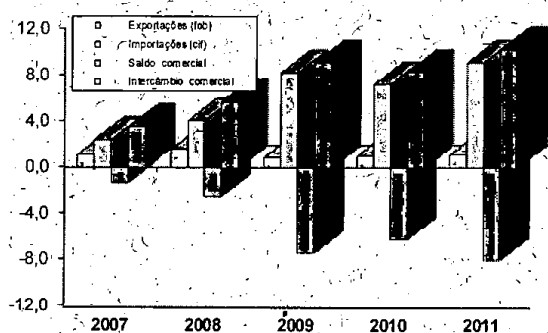
1993	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão à República Quirguiz do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2010	O Governo brasileiro doa US\$ 300 mil em auxílio às vítimas dos conflitos em Osh e Jalalabad.
2012	O Vice-Primeiro-Ministro Djoomart Otorbaev visita o Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a Subsecretária-Geral de Política do MRE à margem do evento.

Dados econômico-comerciais

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,1	1,6	0,9	1,0	1,1	0,8	0,9
Importações (cif)	2,4	4,1	8,2	7,2	9,1	6,5	7,0
Saldo comercial	-1,3	-2,5	-7,3	-6,2	-7,9	-5,7	-6,1
Intercâmbio comercial	3,5	5,7	9,1	8,3	10,2	7,4	7,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

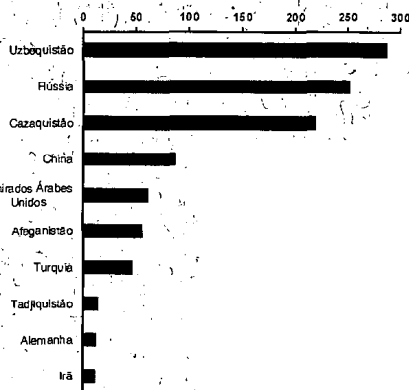


O comércio exterior da República Quirguiz apresentou, em 2011, variação de 188% em relação a 2007, passando de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 10,2 bilhões. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações, que cresceram em 276% entre 2007 e 2011. No ranking do FMI de 2011, a República do Quirguiz figurou como o 140º mercado mundial, sendo o 140º exportador e o 103º importador.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Uzbequistão	289	25,4%	235	26,7%
Rússia	253	22,3%	167	19,1%
Cazaquistão	220	19,4%	190	21,6%
China	89	7,8%	58	6,6%
Emirados Árabes Unidos	63	5,5%	51	5,8%
Afganistão	57	5,0%	46	5,3%
Turquia	47	4,2%	32	3,6%
Tadjiquistão	16	1,4%	14	1,5%
Alemanha	14	1,2%	12	1,4%
Irã	13	1,1%	11	1,3%
Brasil	0,2	0,02%	0,0	0,00%
Subtotal	1.060	93,4%	816	92,9%
Outros países	75	6,6%	62	7,1%
Total	1.135	100,0%	878	100,0%



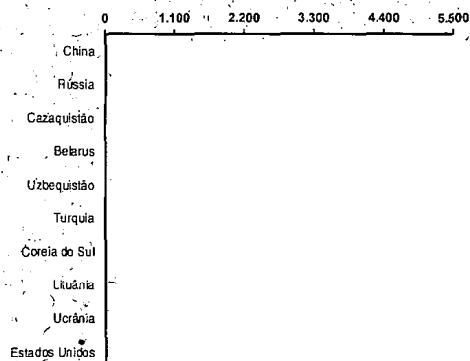
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As vendas da República Quirguiz são direcionadas em grande parte aos países europeus, que responderam por 77% das vendas em 2011. Individualmente, o Uzbequistão foi o principal parceiro, com 25,4% do total, seguido da Rússia (22,3%); Cazaquistão (19,4%); China (7,8%); Emirados Árabes Unidos (5,8%); Afeganistão (5%); e Turquia (5%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os destinos em 2011.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

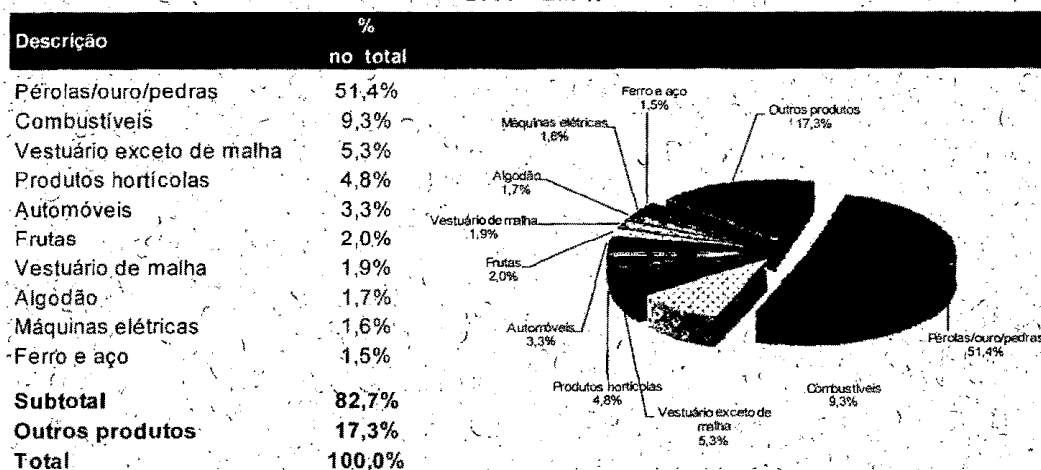
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5.366	59,1%	3.994	57,1%
Rússia	1.248	13,7%	1.070	15,3%
Cazaquistão	558	6,1%	481	6,9%
Belarus	240	2,6%	103	1,5%
Uzbequistão	199	2,2%	163	2,3%
Turquia	198	2,2%	210	3,0%
Coreia do Sul	156	1,7%	137	2,0%
Lituânia	127	1,4%	60	0,9%
Ucrânia	122	1,3%	97	1,4%
Estados Unidos	113	1,2%	114	1,6%
Brasil	7,5	0,1%	4,2	0,1%
Subtotal	8.335	91,8%	6.433	92,0%
Outros países	744	8,2%	557	8,0%
Total	9.078	100,0%	6.990	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A importação da República Quirguiz origina-se principalmente dos países em desenvolvimento da Ásia, sendo a China o principal parceiro, fornecendo 59,1% do total importado em 2011. Em seguida, destacaram-se: Rússia (13,7%); Cazaquistão (6,1%); Belarus (2,6%); Uzbequistão (2,2%); e Turquia (2,2%). O Brasil obteve o 34º lugar entre os principais vendedores para país em 2011, com 0,1% do total.

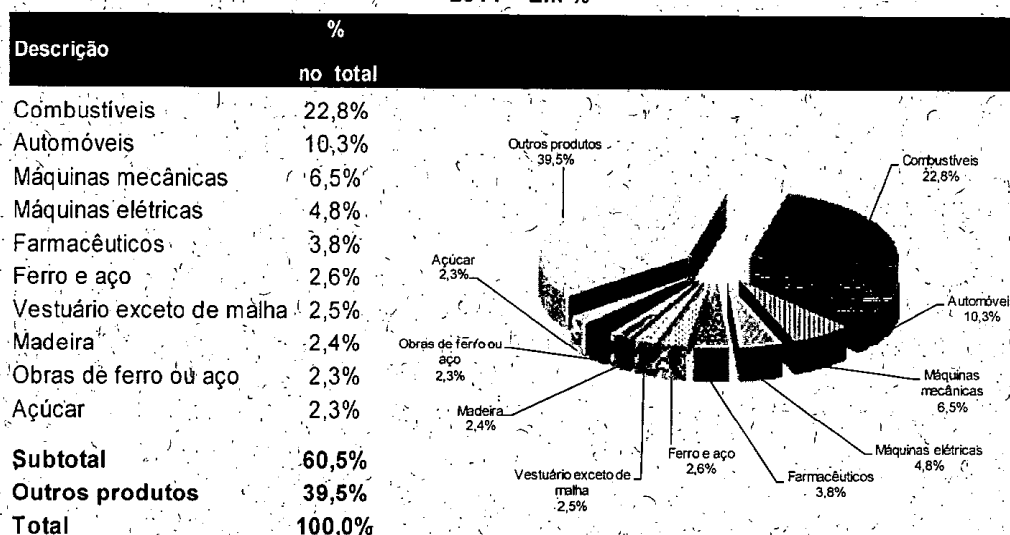
REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

A pauta de exportações da República Quirguiz é concentrada em pérolas/ouro/pedras (principalmente ouro em bruto), que representaram 51,4% do total exportado em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9,3%); vestuário exceto de malha (5,3%); produtos hortícolas (4,8%); e automóveis (3,3%).

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

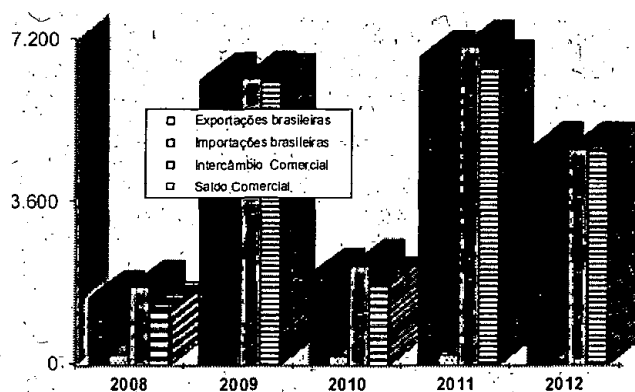
A pauta de importações da República Quirguiz é concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2011, os combustíveis, automóveis, máquinas e produtos farmacêuticos representaram 48,3% do total. Seguiram-se: ferro e aço (2,6%); vestuário exceto de malha (2,5%); madeira (2,4%); obras de ferro ou aço (2,3%); açúcar (2,3%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	1.491	6.323	2.003	6.807	4.777
Varição em relação ao ano anterior	-30,6%	324,1%	-68,3%	239,8%	-29,8%
Importações brasileiras	240	21	205	225	3
Varição em relação ao ano anterior	-24,5%	-91,3%	876,2%	9,8%	-98,5%
Intercâmbio Comercial	1.731	6.344	2.208	7.032	4.780
Varição em relação ao ano anterior	-29,8%	266,5%	-65,2%	218,5%	-32,0%
Saldo Comercial	1.251	6.302	1.798	6.582	4.774

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicoweb.

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a República Quirguiz posicionou-se como 174º parceiro comercial, sendo o 161º na exportação e o 211º na importação. Entre 2008 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 176%, passando de US\$ 1,7 milhão para US\$ 4,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 220% e as importações caíram em 99%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US\$ 4,8 milhões.

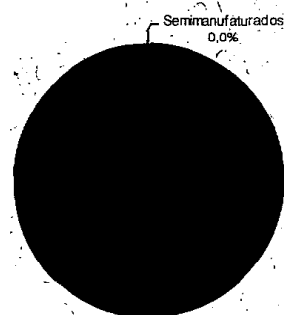
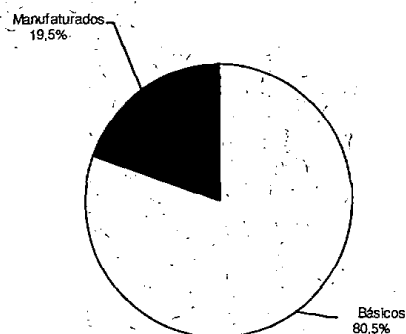


BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob (2012)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	3.844	80,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	933	19,5%	3	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	4.777	100,0%	3,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a República Quirguiz são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 80,5% das vendas em 2012 (com destaque para carnes de frango e suína), seguidos dos manufaturados com 19,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para outros metais comuns e logo após os manufaturados com 37%, com destaque para produtos químicos e borracha.



BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Rep. Quirguiz, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	568	3.938	3.764	78,8%	
Preparações de carnes	191	241	857	17,9%	
Fumo	1.244	1.770	80	1,7%	
Subtotal	2.003	5.949	4.701	98,4%	
Outros produtos	0	858	76	1,6%	
Total	2.003	6.807	4.777	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de exportações brasileiras para a República Quirguiz é concentrada em carnes, sobretudo carne de frango e suína. Em 2012, as carnes "in natura" representaram 78,8% do total, seguidas das preparações de carnes (17,9%); e fumo (1,7%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

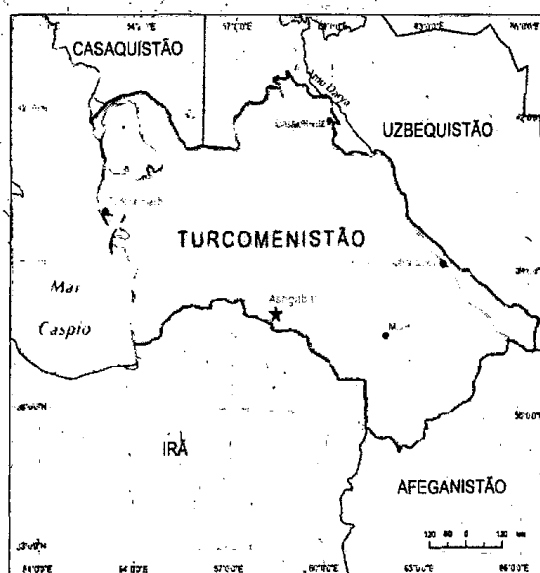
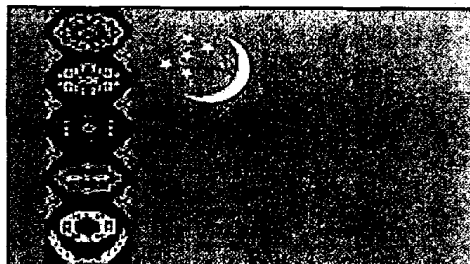
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Rep. Quirguiz, 2012
			Valor	% no total	
Químicos orgânicos	0,0	0,0	2,2	64,1%	
Borracha	1,5	82,6	1,0	29,4%	
Outros metais comuns	0,0	142,0	0,0	0,0%	
Subtotal	1,5	224,6	3,2	93,5%	
Outros produtos	203,5	0,4	0,2	6,5%	
Total	205,0	225,0	3,4	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de importações brasileiras originárias da República Quirguiz foi composta basicamente por dois grupos de produtos em 2012: químicos orgânicos (propilparabeno) (64,1%); e borracha (29,4%).

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Répública do Turcomenistão
CAPITAL	Ashgabat
ÁREA	488.100 km ² (aproximadamente, duas vezes o Estado de São Paulo)
POPULAÇÃO (2011)	5,1 milhões de habitantes (pouco menos que metade do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (89%), cristã ortodoxa (9%) e outras (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rashid Meredov (desde 2007)
PIB nominal (2011)	US\$ 28,062 bilhões (Brasil: US\$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 48,093 bilhões (Brasil: US\$ 2,399 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)	US\$ 9.420 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PPP per capita (2011)	US\$ 9.420 (Brasil: US\$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	14,7% (2011); 9,2% (2010); - 4,8% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,686 (101º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	65,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat Turcomeno (1,00 USD = 2,85 TMT)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há estimativa

Fontes: Banco Mundial e PNUD.

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL → TURCOMENISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	15,1	9,9	6,9	8,1	13,3	13,8	5,5	4,0	7,5	3,41
Exportações	7,4	8,0	3,5	7,5	12,6	12,3	5,1	3,6	7,2	3,4
Importações	7,7	1,9	3,4	0,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,3	0,01
Saldo	-0,3	6,1	0,1	6,9	11,9	10,8	4,7	3,2	6,9	3,39

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gurbanguly Berdimuhamedov

Presidente

Nasceu em 1957, em Babarat, próxima à capital do Turcomenistão, Ashgabat. Formou-se em Odontologia no Instituto Estatal Médico Turcomeno em 1979, e especializou-se em Ciências Médicas em Moscou.

Em 1992, tornou-se parte do corpo docente do Instituto Médico Estatal e, em 1995, foi nomeado Chefe do Centro Odontológico do Ministério da Saúde e Indústria Médica.

Sua carreira política iniciou-se em 1997, quando foi escolhido Ministro da Saúde e Indústria Médica. Em 2001, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 21 de dezembro de 2006, com a morte do Presidente Saparmurat Niyazov, foi designado Presidente provisório, até ser eleito em fevereiro de 2007. Foi reeleito em 2012.

Rashid Meredov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Ashgabat, em 1960. De 1990 a 1991, foi Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão e, de 1991 a 1993, Chefe do Departamento de Direito da Presidência. Em 1994 tornou-se Presidente do Comitê de Direito da Assembleia Turcomena e, em 1996, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.

Em 1999, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro das Relações Exteriores. Ainda em 1999, tornou-se Vice Presidente da Assembleia do Turcomenistão e, em 2001, foi eleito Presidente da Assembleia. Naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2001, tornou-se Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão e, de 2003 a 2005, Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros. Em 2007, foi nomeado novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão ocorreu em 1996. As relações permaneceram protocolares até 2006, quando a abertura de Embaixada residente do Brasil em Astana viabilizou contatos mais regulares entre autoridades dos dois países.

Em maio de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Ashgabat no âmbito de missão a países da região, e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia do MRE também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilham vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

Em 2010, o então Embaixador do Brasil em Astana, Frederico Meyer, visitou Ashgabat, ocasião em que manteve contatos exploratórios sobre cooperação agrícola com o Presidente da Empresa Estatal de Recursos da Terra, Sr. Veli Mamedov, em especial na esfera do algodão. Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento entre o clube de futebol brasileiro “Olé Brasil Futebol Clube” e as autoridades turcomenas, para o treinamento de jogadores turcomenos em Ribeirão Preto.

No âmbito do esforço turcomeno de expandir a presença diplomática do país no mundo, o Presidente Berdimuhamedov afirmou, em dezembro de 2010, que “é chegada a hora de fortalecer os laços com a América Latina, uma das áreas mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento”, e fez menção ao Brasil como um dos países da região onde “se deve pensar em designar Embaixador”. Nesse sentido, o Governo turcomeno designou a Senhora Aksoltan Toreevna Ataeva, representante do país na ONU, como Embaixadora não-residente no Brasil.

Em 2011, o então Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Astana visitou o Turcomenistão, para solicitar o apoio turcomeno à vitoriosa candidatura do Professor José Gaziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta ocasião, o Chanceler turcomeno transmitiu-lhe o interesse de seu Governo em poder contar com a presença da Petrobrás nas atividades de extração de gás e petróleo no Turcomenistão, mormente no setor “off-shore” no Mar Cáspio.

Em 2011, por ocasião de entrega de credenciais do atual Embaixador brasileiro junto ao Governo turcomeno, Oswaldo Biato Jr., foi transmitido convite do Ministro das Relações Exteriores para que o Chanceler Rashid

Meredov visitasse o Brasil, como parte do processo de aprofundamento das relações bilaterais. Na ocasião, o Chanceler turcomeno agradeceu o convite e propôs que, como passo inicial preparatório, fosse constituído mecanismo bilateral regular de consultas políticas. Durante a mesma visita, foi mencionado pelo Ministro da Agricultura do país o interesse turcomeno em importar carne brasileira, que poderia chegar ao país através do Irã, para o qual o Brasil já exporta montantes consideráveis do produto.

A Embaixadora não-residente no Brasil, Aksoltan Ataeva, fez entrega da cópia de suas credenciais à Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 14/05/2012. Após o referido ato, manteve encontros com a área política do Itamaraty, tendo reconhecido que a falta de conhecimento mútuo deve ser superada. Indicou a intenção de acercar-se da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de setores relacionados a energia, carne, “alimentos em geral”, além de algodão, seda e têxteis. Consultou, ainda, sobre como fazer uma eventual nomeação de um cônsul honorário no Rio de Janeiro, até que houvesse uma decisão sobre a abertura de uma Embaixada residente de seu país.

A vinda do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, em junho de 2012, para chefiar a delegação turcomena à Conferência Rio+20 foi a primeira visita de grande relevância política bilateral. Está prevista, para abril do corrente ano, visita ao Turcomenistão da Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis.

A Embaixada do Brasil em Astana indicou que haveria oportunidades para empresas brasileiras atuarem no Turcomenistão nos setores de aviação, petróleo e gás, construção civil e alimentação. Na área de aviação civil, a Embraer está ciente das oportunidades no país, cuja linha aérea estatal, “Turkmenhowayollary” (Turkmenistan Airlines), pretende substituir seus velhos e desatualizados Boeing 717, até 2014, por aviões mais modernos, com características semelhantes aos dos E-jets da Embraer. Em maio de 2010, delegação da Embraer visitou Ashgabat e convidou altos funcionários da “Turkmenhowayollary” para realizar visita ao Brasil, o que acabou ocorrendo no contexto de missão precursora enviada pelo Governo turcomeno para preparar a vinda do Presidente Berdimuhamedov à Rio+20.

Na área de construção civil, o Turcomenistão possui metas ambiciosas para expandir e reconstruir diversas cidades, dentro de um estilo peculiar associado ao país, a começar por Ashgabat, a capital. Contando com os recursos gerados pelas exportações de gás, e sem maiores planos de industrialização ou investimentos em educação, o Governo do Presidente Berdimuhamedov destina a maior parte de suas verbas à construção de moradias, palácios e praças monumentais. Tais obras são

entregues, em geral, a construtoras turcas, que faturam US\$ 4 bilhões por ano no país, ou à empresa “Bouygues”, que se especializou em erguer os principais prédios oficiais do Governo.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US\$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o valor do intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladores (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheiteiras, que já ocorreu em anos anteriores, e de aviões da Embraer, que poderia impulsionar as cifras comerciais.

Assuntos consulares

Não há informação sobre brasileiros vivendo no Turcomenistão, e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, ou *Turkmenbashi* (“pai dos turcomenos”, título que outorgou a si mesmo oficialmente), governou o Turcomenistão desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o “Partido Democrático”, único partido legal do país, para dar sustentação política ao Governo. Acumulava o cargo de Presidente (vitalício, a partir de 1999) com o de Primeiro-Ministro e de Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder suprimindo a oposição, restringindo a liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do Governo.

O dirigente, falecido em 2006, gozava de popularidade, moldada pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação, e à custa de benefícios como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás natural. Após a morte de Niyazov, o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo *Khalk Maslahaty* (“Conselho do Povo”), que referendaram seu nome no cargo de Presidente da República.

Em janeiro de 2012, foi aprovada pelo legislativo turcomeno a criação de um novo partido político, representando os interesses da “União de Industriais e Empreendedores do Turcomenistão”. O novo partido, embora alinhado ao Governo, pôs fim ao regime de “partido único” que vigorava desde 1991. A iniciativa de propor a criação do novo partido coube ao próprio Presidente, que já em 2010 anunciava sua intenção de pôr fim ao unipartidarismo.

Apesar de Berdimuhamedov ter eliminado os excessos do Governo Niyazov, o país ainda é fortemente autocrático e a sociedade turcomena é reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro. Não existe separação de poderes, nem uma economia de mercado, na medida em que órgãos estatais controlam todos os aspectos da vida do país. Por esse motivo, o Turcomenistão é objeto regular de avaliações negativas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no que tange aos Direitos Humanos. Não obstante a falta de liberdade democrática, a maior parte dos analistas considera que, devido à disponibilidade de serviços sociais e públicos altamente subsidiados para a população, não há instabilidade no plano interno. Nesse sentido, cabe observar a ausência no Turcomenistão de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população professar a fé muçulmana (sunita).

O Parlamento é unicameral e denominado Assembleia Nacional, ou *Mejlis*. Há 125 membros eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos, mas todos são pré-aprovados pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1991, a política externa do Turcomenistão tem sido orientada pelo princípio constitucional da “neutralidade permanente”. Porém, contrariamente ao seu antecessor, que intencionalmente isolou o país dos seus vizinhos e da comunidade internacional, o Presidente Berdimuhamedov tem procurado elevar o perfil do Turcomenistão no exterior. Assim, logrou que as Nações Unidas aceitassem estabelecer, em Ashgabat, a sede do Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central em 2007, aberto com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas, e cujo foco é o tratamento de problemas transfronteiriços críticos na Ásia Central, como ameaças à segurança, compartilhamento de recursos hídricos e o desastre ambiental do Mar de Aral.

Além disso, em 2012, o Presidente Berdimuhamedov realizou duas visitas internacionais não dirigidas a parceiros bilaterais, as quais são pouco frequentes na diplomacia do país. Além de comparecer à Rio+20, o Presidente turcomeno esteve, no final de agosto, na 17ª Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, em Teerã. Berdimuhamedov evitou envolver seu país nos acalorados debates sobre a crise síria, mas aproveitou a ocasião para oferecer Ashgabat como sede da Conferência dos Países Não-Alinhados em 2015, dedicada ao fortalecimento do “diálogo global para a paz e segurança”. Berdimuhamedov vê o Movimento-Não-Alinhado, para o qual seu país acedeu logo após a independência, como um foro valioso para aumentar o perfil internacional do Turcomenistão. Entretanto, o Turcomenistão não participa de mecanismos regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

De qualquer modo, o relacionamento externo do país ainda é pautado, em sua maior parte, pelas questões energéticas. No tocante à Rússia, tradicional aliado, a relação sofreu desgaste após a interrupção unilateral da importação do gás turcomeno em 2009. A China aproveitou-se dessa oportunidade para oferecer-se como parceiro confiável, construindo, naquele mesmo ano, gasoduto que liga o Turcomenistão à China através do Uzbequistão e do Cazaquistão. Além disso, o Governo chinês ofereceu um total de US\$ 13 bilhões em empréstimos a Ashgabat entre 2009 e 2011.

A União Europeia, por sua vez, vem apoiando o chamado consórcio Nabucco - projeto que prevê um gasoduto conectando a região do Mar Cáspio, o Oriente Médio e o Egito com os mercados da Europa Ocidental e Central - o qual necessita do gás turcomeno para ser viabilizado. No entanto, defendendo seus interesses, Rússia e China se posicionaram contra a construção do referido gasoduto. Em julho e setembro de 2012, a nova Representante Especial da União Europeia para a Ásia Central, Sra.

Patrícia Flor, e o Comissário de Energia da União Europeia, Günter Oettinger, visitaram o Turcomenistão com a missão de convencer Ashgabat a engajar-se na construção do projeto.

O Turcomenistão também tem atraído, recentemente, a atenção das potências ocidentais, por sua posição estratégica vizinha ao Afeganistão e ao Irã, além de ser um aliado comum na luta contra o terrorismo islâmico. Assim, o Turcomenistão coopera com as forças da OTAN no Afeganistão, permitindo a entrega de suprimentos não-letais através de seu território e espaço aéreo, e procura apoiar o atual Governo afegão. Em 2007, assinou com Cabul um Acordo de Cooperação que abrange temas como a construção do gasoduto TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), fornecimento de energia e realização de esforços conjuntos para o combate ao narcotráfico.

As relações com o Azerbaijão são marcadas por disputas de soberania do Mar Cáspio, zona rica em recursos energéticos. Em julho de 2012, aflorou novamente a disputa entre Ashgabat e Baku em torno do controle do campo de petróleo Serdar/Kyapaz, depois que o Turcomenistão anunciou planos para realizar estudos geológicos nessa área. Um barco de prospecção turcomeno, que realizaria levantamento científico no campo, foi detido por unidade naval azeri, motivando protestos do Governo turcomeno. O Azerbaijão, por sua vez, afirmou que o levantamento geológico turcomeno violaria entendimento bilateral de 2008, pelo qual ambos os países se comprometeram a não realizar estudos ou explorar petróleo em áreas litigiosas. Após ameaças, com o Azerbaijão reservando-se o direito de tomar medidas para defender seus direitos de soberania no Mar Cáspio, e o Turcomenistão aventando levar a questão à arbitragem internacional, as autoridades dos dois países concordaram em reiniciar negociações bilaterais sobre a posse de Serdar/Kyapaz.

Assim como o Uzbequistão, o Turcomenistão preocupa-se com o gerenciamento da água na Ásia Central, quase toda oriunda do Tadjiquistão e da República Quirguiz, países pobres em recursos energéticos, porém ricos em recursos hídricos. Os planos destes países para construir barragens põem em risco a capacidade do Turcomenistão e do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Por ser país majoritariamente constituído por desertos, que ocupam 80% de sua área, o Turcomenistão depende primordialmente de seus enormes recursos de gás natural e petróleo para a sua sobrevivência econômica. O gás é o carro-chefe da economia, totalizando cerca de 80% das exportações, seguido por petróleo, petroquímicos, têxteis e algodão.

O Ministro do Petróleo e Gás do Turcomenistão, Kakageldy Abdullayev, anunciou, em 2012, durante “Conferência de Petróleo e Gás do Turcomenistão”, que o país possui reservas de 20,8 bilhões de toneladas de petróleo e 50,8 trilhões de m³ de gás. Na mesma oportunidade, o Ministro anunciou que o Turcomenistão, que hoje produz 75 bilhões de m³ por ano, iria aumentar a sua produção para 250 bilhões de m³ em 2030. Naturalmente, esses planos dependerão não apenas da capacidade do país de explorar campos hoje intocados, por meio de investimentos externos, como também da criação de novos meios de escoamento do gás para o exterior, especialmente por meio dos gasodutos Trans-Cáspio e TAPI.

Ambos os gasodutos têm ocupado a atenção das autoridades turcomenas recentemente. Apesar do forte interesse da União Europeia no Trans-Cáspio, o aumento das tensões bilaterais com o Azerbaijão dificulta o processo de incorporação dos azeris no empreendimento, a rigor mais interessante para europeus e turcomenos do que para o Azerbaijão. Na ausência de uma solução que permita expandir consideravelmente as exportações de gás turcomeno para a Europa, o principal beneficiado é mesmo a China, que continua a fortalecer seu relacionamento energético com o Turcomenistão. Assim, ao cabo de importantes negociações bilaterais em julho último, o Turcomenistão e China acordaram aumentar o volume de gás turcomeno a ser exportado à China de 30 para 65 bilhões de m³ por ano. A esse entendimento seguiu-se a assinatura de Acordo de Cooperação Bilateral que prevê a concessão de empréstimos subsidiados chineses para o Turcomenistão, a serem utilizados na aquisição de equipamentos para desenvolver o maior campo de gás do país, Galkynysh.

As dificuldades relacionadas à construção do gasoduto Trans-Cáspio, bem como a preocupação do Turcomenistão em não reeditar com a China sua antiga dependência com a Rússia, levou o Governo turcomeno a, mais uma vez, priorizar o projetado gasoduto Turcomenistão-Afganistão-Paquistão-Índia (TAPI). Com 1.800 km de extensão, o TAPI ligaria os depósitos de gás no centro-sul do Turcomenistão ao grande mercado consumidor da Índia. Embora sejam muitos os obstáculos à construção do TAPI - o maior deles a relutância da Índia em aceitar receber gás turcomeno via território paquistanês - o Turcomenistão continua

empenhado no projeto, sobretudo após a vitória expressiva que representou a assinatura, em maio último, do acordo constitutivo do TAPI, após mais de vinte anos de negociações.

A despeito da insistência com a qual as autoridades turcomenas transmitem a mensagem de que o país é imune à crise econômica mundial, crescem os indícios de dificuldades econômicas que atingem não apenas cidadãos, mas também empresas estatais de grande porte. Assim, em 2012, ocorreu um choque de preços de alimentos básicos. O preço do trigo aumentou entre 200 e 300%, aparentemente como resultado da má colheita. O preço da carne igualmente sofreu aumento significativo, levando as autoridades a impor controle de preços, o que só favoreceu o crescimento do mercado negro. Finalmente, os preços médios dos voos internacionais operados pela companhia aérea nacional “Turkmenhowayollary” duplicaram, enquanto os preços dos voos internos sofreram aumento de 12%.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1992	Saparmurat Niyazov é eleito Presidente por voto popular, em eleição sem outros candidatos.
1994	O mandato presidencial é estendido até 2002 por meio de referendo popular.
1999	Por meio de voto da Assembleia Nacional, Niyazov é declarado Presidente vitalício.
2006	O Presidente Niyazov falece após sofrer enfarto. Gurbanguly Berdimuhamedov assume a Presidência interina.
2007	Berdimuhamedov é eleito Presidente em eleição sem outros candidatos.
2012	Berdimuhamedov é reeleito Presidente concorrendo com outros candidatos.

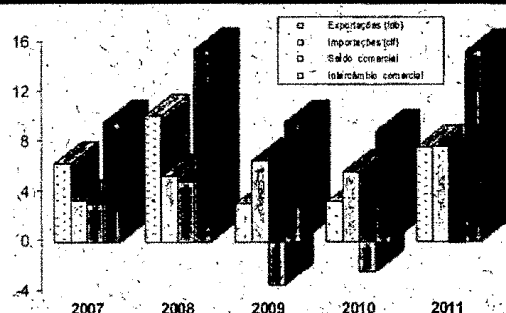
Cronologia das relações bilaterais

1996	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão ao Turcomenistão do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov para participar da Conferência Rio +20.

Dados econômico-comerciais
TURCOMENISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR
 US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	10,1	3,1	3,2	7,6	5,3	7,8
Importações (cif)	3,3	5,3	6,5	5,6	7,7	5,8	7,1
Saldo comercial	3,0	4,8	-3,5	-2,4	-0,1	-0,5	0,6
Intercâmbio comercial	9,6	15,4	9,6	8,9	15,3	11,1	14,9

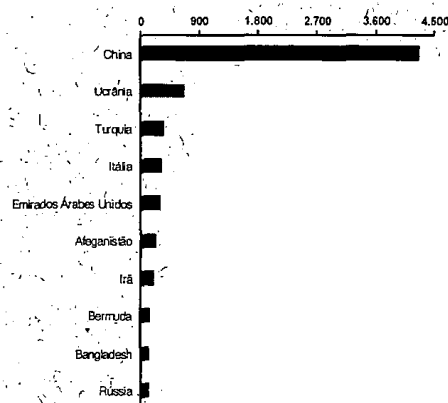
Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013



O comércio exterior do Turcomenistão apresentou, em 2011, variação de 59% em relação a 2007, passando de US\$ 9,6 bilhões para US\$ 15,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Turcomenistão figurou como o 95º mercado mundial, sendo 95º na exportação e 111º na importação.

TURCOMENISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Descrição	US\$ milhões			
	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	4.267	56,2%	5.093	65,6%
Ucrânia	669	8,8%	443	5,7%
Turquia	357	4,7%	205	2,6%
Itália	335	4,4%	352	4,5%
Emirados Árabes Unidos	309	4,1%	239	3,1%
Afganistão	241	3,2%	208	2,7%
Irã	206	2,7%	159	2,0%
Bermuda	138	1,8%	119	1,5%
Bangladesh	131	1,7%	82	1,1%
Rússia	130	1,7%	118	1,5%
Brasil	0,34	0,0%	0,01	0,0%
Subtotal	6.782	89,4%	7.017	90,3%
Outros países	804	10,6%	753	9,7%
Total	7.586	100,0%	7.770	100,0%



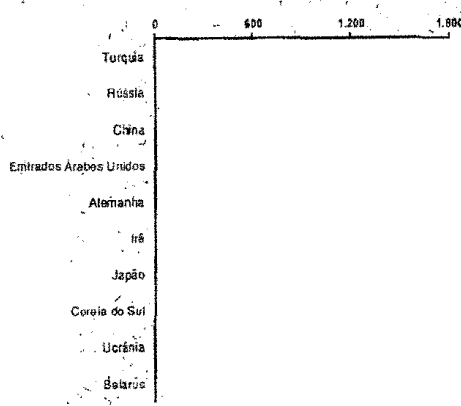
Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países em desenvolvimento, que corresponderam a 90% do total exportado. Em 2011, dos quais 61% das vendas foram destinadas aos vizinhos asiáticos em desenvolvimento. As economias avançadas foram destino de apenas 7% do total em 2011. A China destacou-se com 56,2% da pauta. O Brasil obteve o 48º lugar entre os compradores em 2011.

TURCOMENISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Turquia	1.642	21,4%	1.213	17,0%
Rússia	1.093	14,2%	979	13,7%
China	864	11,2%	1.518	21,2%
Emirados Árabes Unidos	619	8,1%	478	6,7%
Alemanha	454	5,9%	311	4,4%
Irã	303	3,9%	234	3,3%
Japão	297	3,9%	97	1,4%
Coreia do Sul	267	3,5%	187	2,6%
Ucrânia	266	3,5%	196	2,7%
Belarus	253	3,3%	181	2,5%
...				
Brasil	7,88	0,1%	3,48	0,0%
Subtotal	6.066	78,9%	5.398	75,5%
Outros países	1.618	21,1%	1.750	24,5%
Total	7.684	100,0%	7.148	100,0%



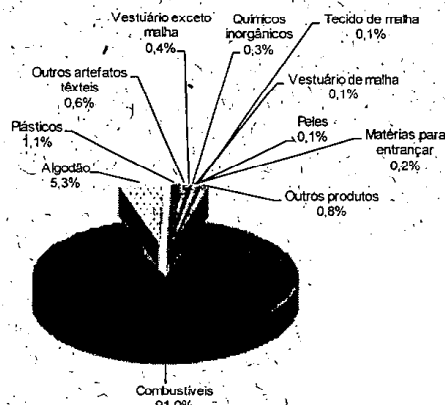
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Em 2011, Turquia, Rússia, China e Emirados Árabes Unidos foram os principais fornecedores de produtos para o Turcomenistão e corresponderam a 55% das necessidades de importação do país. Destacaram-se também a Alemanha (5,9%); Irã (3,9%); Japão (3,9%); Coreia do Sul (3,5%); Ucrânia (3,5%) e Belarus (3,3%). O Brasil obteve o 37º lugar entre os vendedores em 2011.

TURCOMENISTÃO⁽¹⁾: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - em %

Descrição	% no total
Combustíveis	91,0%
Algodão	5,3%
Plásticos	1,1%
Outros artefatos têxteis	0,6%
Vestuário exceto malha	0,4%
Químicos inorgânicos	0,3%
Matérias para entrançar	0,2%
Vestuário de malha	0,1%
Pele	0,1%
Tecido de malha	0,1%
Subtotal	99,2%
Outros produtos	0,8%
Total	100,0%

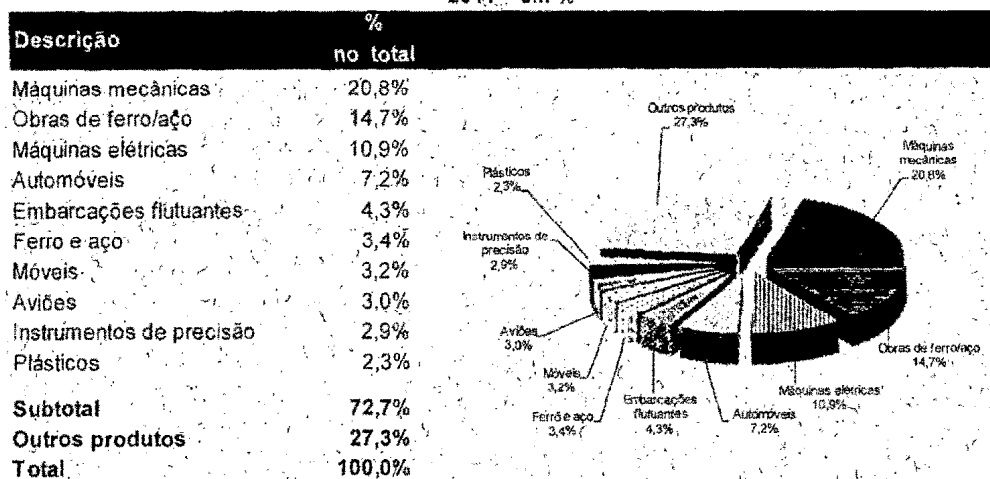


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao Trademap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Combustíveis (gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos e óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos) representam o principal produto da pauta de exportação com aproximadamente 91% do total em 2011. Em seguida destacaram-se algodão (5%) e plásticos (1%).

TURCOMENISTÃO⁽¹⁾: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados no TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

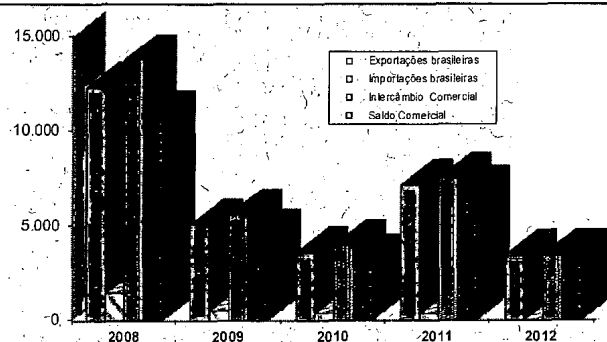
Máquinas mecânicas, obras de ferro/aço e máquinas elétricas totalizaram 46% da pauta de importações do Turcomenistão. Destacaram-se, também, automóveis (7%); embarcações flutuantes (4%); ferro e aço (3%); e móveis (3%).

BRASIL-TURCOMENISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	12.276	5.080	3.607	7.165	3.438
Variação em relação ao ano anterior	-2,3%	-58,6%	-29,0%	98,6%	-52,0%
Importações brasileiras	1.462	534	382	339	11
Variação em relação ao ano anterior	120,0%	-63,5%	-28,5%	-11,1%	-96,8%
Intercâmbio Comercial	13.739	5.614	3.989	7.505	3.449
Variação em relação ao ano anterior	3,9%	-59,1%	-28,9%	88,1%	-54,0%
Saldo Comercial	10.814	4.546	3.226	6.826	3.427

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Turcomenistão figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo em todo o quinquênio analisado, passando de US\$13,7 milhões em 2008 para US\$ 3,5 milhões em 2012.

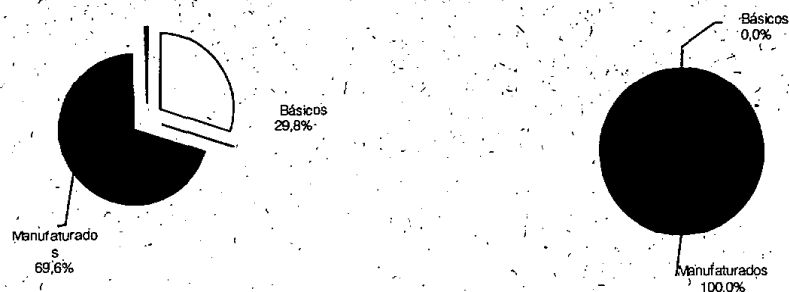


BRASIL-TURCOMENISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	1.025,6	29,8%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	2.393,1	69,6%	10,9	100,0%
Transações especiais	19,3	0,6%	---	---
Total	3.438,0	100,0%	10,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para o Turcomenistão são compostas por produtos manufaturados sendo a maior parte representada por preparações de conservas de bovinos, no ano de 2012. Carnes de frango representaram 29,8% dos produtos básicos exportados para o país em 2012. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados totalizam a pauta em 2012, quais sejam: camisetas de malha, microprocessadores e negros de carbono.



BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Turcomenistão, 2012
			Valor	% no total	
Preparações de carne	1.470	427	2.179	63,4%	
Carnes	0	0	1.026	29,8%	
Máquinas mecânicas	1.071	6.640	155	4,5%	
Perfumaria	63	52	48	1,4%	
Subtotal	2.604	7.118	3.408	99,1%	
Outros produtos	1.004	47	30	0,9%	
Total	3.607	7.165	3.438	100,0%	

Elaborado pelo MNE/PRADIC - Divisão de Intelligência Comercial, com base em dados da ADIC/SECEN/Alice web

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão é concentrada. Preparações de carne, principalmente preparações alimentícias e conservas de bovinos, representaram 63,4% do total. Carnes, principalmente carnes de frango congeladas, representaram 29,8%. Seguiram-se máquinas mecânicas com 4,5% e perfumaria 1,4%.

BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

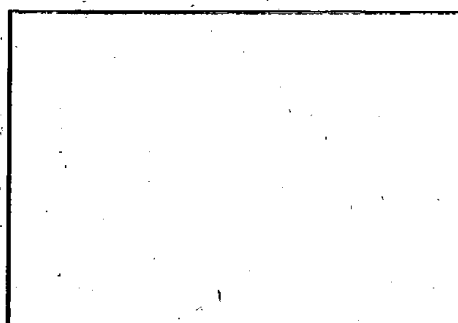
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias do Turcomenistão, 2012
			Valor	% no total	
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,8	44,5%	
Máquinas elétricas	0,0	1,3	3,3	30,1%	
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	2,8	25,3%	
Algodão	242,8	337,6	0,0	0,0%	
Subtotal	242,8	338,9	10,9	100,0%	
Outros produtos	139,1	0,5	0,0	0,0%	
Total	381,9	339,4	10,9	100,0%	

Elaborado pelo MNE/PRADIC - Divisão de Intelligência Comercial, com base em dados da ADIC/SECEN/Alice web

As importações brasileiras originárias do Turcomenistão apresentaram alto grau de concentração. Apenas três produtos totalizaram a pauta em 2012: camisetas "T-Shirts" de malha de algodão representaram 44,5% do total, microprocessadores com 30,1% e negros de carbono com 25,3%.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Cazaquistão
CAPITAL	Astana
ÁREA	2.717.300 km ² (pouco menos que as áreas dos Estados do Amazonas e Pará juntos)
POPULAÇÃO (2011)	16,2 milhões (equivalente à população do Estado do Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Cazaque e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (70,2%); cristãos ortodoxos (26,6%), budistas, judeus e outras (3,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado e "Majilis" (Conselho)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nursultan Nazarbayev (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Srik Akhmetov (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Erlan Idrissov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2011)	US\$ 188,050 bilhões (Brasil: US\$ 2,785 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 216,907 bilhões (Brasil: US\$ 2,289 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US\$ 11.357 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US\$ 13.099 (Brasil: US\$ 51.760)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (2011); 7,3% (2010); 1,2% (2009); 3,3% (2008)
IDH (2011)	0,745 (67º lugar entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Tenge
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	39 indivíduos

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL→ CAZAQUISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	10,5	18,4	40,3	75,2	52,6	57,8	37,6	87,4	190,3	200,2
Exportações	7,4	13,3	31,8	40,1	41,2	45,6	25,8	48,3	112,7	120,1
Importações	3,1	5,1	8,5	35,1	11,4	12,2	11,8	39,1	77,6	80,1
Saldo	4,3	8,2	23,3	5	29,8	33,4	14	9,2	35,1	40

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nursultan Nazarbayev Presidente da República

Nasceu em 1940, na vila de Chemolgan, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Em 1984, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo) da República Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado Primeiro-Secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão pelo então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Em 1990, assumiu a Presidência do Soviete Supremo da República Soviética do Cazaquistão e, em 1991, foi eleito Presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005 e 2011.

Serik Akhmetov Primeiro-Ministro

Nasceu em 1958, em Temirtau, Cazaquistão. Graduou-se na Academia de Gestão da Indústria Metalúrgica de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Trabalhou na administração da Província de Karaganda e na Presidência da República. Foi Prefeito de Temirtau e Vice-Prefeito de Astana. Também foi Presidente da associação nacional de empresários Atameken.

Em 2006, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Em 2009, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e, em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Nazarbayev.

Erlan Idrissov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1959, em Karkaralinsk, Cazaquistão. Estudou Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (1976-1981), e Relações Internacionais na Academia Diplomática da União Soviética (1990-1992).

Trabalhou no Comitê de Cooperação Econômica da União Soviética (1981-1985), sediado no Paquistão, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Soviética do Cazaquistão (1985-1990). Após a independência de seu país, foi Primeiro Secretário na Missão do Cazaquistão na ONU (1992-1995), Diretor do Departamento das Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995-1996), Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente do Cazaquistão (1996-1997) e Vice-Primeiro-Ministro de Negócios Estrangeiros (1997-1999).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1999, cargo que exerceu até 2002. Posteriormente, foi Embaixador do Cazaquistão no Reino Unido (2002-2007) e nos Estados Unidos (2007-2012). Em setembro de 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. Em 2006, o Brasil abriu Embaixada residente em Astana, capital cazaque.

O decreto de abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina, foi publicado em 2012, e o Embaixador do Cazaquistão no Brasil, Bakhytzhan Ordabayev, apresentou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013. A cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília deverá ter lugar em setembro de 2013, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, deverá visitar o Brasil.

O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, visitou Brasília, em 2007. Por ocasião da visita, foram assinados: Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio; Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Astana em 2009.

O Brasil e o Cazaquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, a última das quais ocorreu em Brasília, no dia 13 de abril de 2012. A próxima reunião está prevista para realizar-se em abril do ano corrente, em Astana.

Há iniciativas em curso em áreas como: cooperação técnica em agricultura (está em negociação Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja assinatura viabilizaria iniciativas como a implementação de Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e a empresa agrícola cazaque KazAgroInnovation); extração mineral (a VALE possui escritório de representação na cidade cazaque de Almaty); e esportes – o clube de futebol Olé Brasil Futebol Clube assinou Protocolo de Entendimento com o Ministério do Esporte e Turismo do Cazaquistão para treinamento, no Brasil (Ribeirão Preto/SP), de jovens atletas e treinadores cazaques (o projeto já está na segunda fase de implementação). Há também potencial de cooperação em setores como construção civil e energias renováveis.

O fluxo comercial bilateral tem crescido significativamente nos últimos anos. O intercâmbio comercial atingiu o pico histórico em 2012, no valor de US\$ 200,2 milhões. O Brasil teve superávit de US\$ 40,1 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%).

Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

A empresa catarinense WEG, que atua nas áreas de motores, automação, energia e tintas, analisa a possibilidade de instalar fábrica no Cazaquistão, de onde produziria e exportaria motores elétricos para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupamento formado por países da ex-União Soviética).

A Andrade Gutierrez, por sua vez, tem interesse em explorar o mercado cazaque de construção civil por meio de sua filial em Portugal, a Zagopé. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão empresarial exploratória ao Cazaquistão em 2005, e está organizando nova missão ao país, prevista para realizar-se no corrente ano. O Itamaraty também enviará representante para o VI Fórum Econômico de Astana, que acontecerá em maio deste ano.

A sintonia de opiniões em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. Além disso, o Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assuntos consulares

Há registro de 39 cidadãos brasileiros que residem atualmente no Cazaquistão. Dez desses brasileiros trabalham em clubes de futebol.

Ademais do setor consular da Embaixada do Brasil em Astana, brasileiros no Cazaquistão contam com assistência de um Consulado Honorário em Almaty (maior cidade do país).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

O Cazaquistão foi a ex-república soviética que melhor lidou com os desafios políticos e econômicos após a independência, em 1991, e goza de sistema político estável. O Cazaquistão evoluiu de uma república soviética atrasada, palco de testes nucleares e desastres ambientais, ao país mais próspero e mais bem-sucedido da Ásia Central.

As transformações positivas vividas pelo Cazaquistão podem ser creditadas, em certa medida, à liderança do Presidente Nazarbayev, que soube modernizar a economia cazaque, construindo uma base jurídica e legal capaz de atrair vultosos investimentos estrangeiros. Uma política econômica liberal e bons fundamentos macroeconômicos foram o diferencial que permitiu ao Cazaquistão – diferentemente do Turcomenistão e do Uzbequistão – converter suas grandes reservas de petróleo, gás e urânio em vetores de desenvolvimento econômico.

Em setembro de 2012, o Presidente Nazarbayev implementou reforma política, com a designação de um novo Primeiro-Ministro e nomeação de novo Conselho de Ministros. Pode-se depreender que a reforma é consequência da crescente preocupação do Presidente em equilibrar o crescimento econômico – até então a preocupação quase única do Governo – com políticas sociais que venham a diminuir a insatisfação de determinadas camadas populares e regiões do país, as quais se consideram excluídas das riquezas que vêm sendo geradas pela economia cazaque com o “boom” petrolífero. O “efeito Zhanaozen”, referência aos distúrbios populares que eclodiram naquela cidade, em dezembro de 2011, e que foram seguidos de greves em uma série de empresas estatais e multinacionais no começo de 2012, impactou profundamente o Presidente e seus aliados, antes seguros da popularidade do regime.

Inovação da reforma ministerial foi a recente nomeação de Ministros jovens, que iniciaram suas carreiras após a independência do país, em 1991, e que, portanto, estariam livres do conservadorismo de quadros mais antigos, ainda muito influenciados pela herança soviética. No Cazaquistão, tem-se chamado “geração *Bolashak*” (“futuro”) a esses novos políticos, essencialmente tecnocratas educados no exterior, que seriam supostamente mais capazes do que a velha burocracia de dirigir o país na globalizada economia mundial.

O Parlamento cazaque é dividido em duas casas, o Senado (Câmara alta) e o “Majilis” (“Conselho”, a Câmara baixa).

O Senado possui 47 membros, assim eleitos: de cada uma das 14 regiões (“oblasts”) do país, bem como de Astana e Almaty, as maiores e mais importantes cidades, são escolhidos dois Senadores, por votação indireta, com mandatos de seis anos. Os outros 15 Senadores são designados pelo Presidente, de modo a garantir a representação de interesses nacionais e culturais da sociedade.

Noventa e oito Deputados do Majilis são eleitos por voto popular. Os nove Deputados restantes são eleitos pela Assembleia do Povo do Cazaquistão – órgão consultivo, subordinado ao Presidente da República, e que representa numerosas nacionalidades do país. O mandato dos Deputados é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

As duas linhas mestras da política externa cazaque são: tornar o Cazaquistão uma das 50 maiores economias do mundo até 2015, e consolidar sua “política multivetorial”, cujo objetivo é usar a aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia para contrabalançar o peso dos dois vizinhos gigantes, Rússia e China.

O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a declarar sua independência em relação à União Soviética, em 16 de dezembro de 1991.

A Rússia continua a ser o principal parceiro econômico do país. Em 1996, Cazaquistão, Rússia e Belarus deram início a projeto de União Aduaneira, consolidado em 2010. Ademais da livre circulação de pessoas entre os três países, foram extintas todas as barreiras aduaneiras ou alfandegárias no interior do Mercado Comum (razão pela qual os gráficos econômico-comerciais, ao final, não contemplam a participação de Rússia ou Belarus nas exportações e importações do Cazaquistão).

O Cazaquistão depende quase inteiramente de oleodutos russos para exportar seu petróleo ao exterior. Para a Rússia, o Cazaquistão é um parceiro vital, pois hospeda cinco milhões de habitantes russos e sua principal base de lançamentos espaciais (Baikonur). Da mesma maneira, o Cazaquistão representa um lucrativo mercado consumidor de bens industriais russos, e coopera estreitamente com o país em temas militares e estratégicos.

Para o Cazaquistão, quase tão importante quanto a Rússia é a China, país que vem aumentando rapidamente sua penetração econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial do Cazaquistão, em especial o suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio. Para o Cazaquistão, em contrapartida, a China representa não apenas uma fonte inesgotável de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo.

Do ponto de vista cazaque, as relações com os Estados Unidos e a União Europeia servem para contrabalançar o peso econômico e político da Rússia e da China. Neste ponto, o interesse cazaque se coaduna perfeitamente com os interesses dos norte-americanos e europeus, que

buscam ocupar espaços na economia cazaque e tentam convencer o Cazaquistão (assim como o Azerbaijão e o Turcomenistão) a aderir a um projeto turco-europeu de estabelecer uma rota via Cáucaso, para o petróleo originário do Mar Cáspio chegar ao Ocidente sem transitar por território russo. A solução preferida por europeus e americanos é, assim, um gasoduto transcaspiano ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão e à Turquia. Consciente da oposição russa ao projeto, o Cazaquistão hesita em apoiá-lo abertamente, embora tenha até mais interesse do que os europeus em diminuir sua dependência da Rússia.

Decidido também a impulsionar a presença internacional do país, o Presidente Nazarbayev vem se dedicando a diversificar as relações do país. De um lado, tomou a decisão de abrir diversas Embaixadas em 2012, uma das quais no Brasil (outras foram criadas no Sudeste Asiático e uma na Finlândia). De outro, vem patrocinando iniciativas multilaterais de impacto. A primeira delas é a defesa do desarmamento e não proliferação nucleares, originária do prestígio conquistado pelo fato de o país ter renunciado à manutenção do arsenal herdado da União Soviética. Nesse esforço, o Cazaquistão alterna posições ao gosto das grandes potências – como a defesa do Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua disposição de sediar um banco de combustível nuclear disponível para os signatários do TNP – e posturas com as quais a Rússia e Estados Unidos divergem (a formação de uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central e a campanha em favor de uma declaração favorável ao fim das armas nucleares).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A independência do Cazaquistão foi seguida de grande crise econômica no país. Para fazer frente ao desafio de reerguer a economia cazaque, o Governo empreendeu uma década de penosas, porém bem sucedidas, reformas econômicas inspiradas em modelos ocidentais (ao contrário do Uzbequistão, que adotou política econômica autárquica e pouco dependente de investimentos externos).

As reformas resultaram em um “boom” de investimentos estrangeiros ao longo da década de 2000 (US\$ 100 bilhões), boa parte dos quais se dirigiu ao setor de petróleo e gás, viabilizando o início da exploração de grandes reservas de petróleo, como Kashagan (9 bilhões de barris), TIngis (7 bilhões) e Karagachanak (8 bilhões). Quando esses grandes depósitos estiverem em plena produção, sobretudo Kashagan, o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020, espera-se que o país esteja entre os cinco maiores exportadores mundiais de petróleo. Não obstante esse

sucesso econômico, o Cazaquistão conta com indústria e agricultura pouco diversificadas, o que exige importações de ampla gama de produtos, muitos dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil.

A decisão do Cazaquistão de aderir à União Aduaneira Rússia-Belarus é compreensível à luz da vulnerabilidade histórica do país em relação à Rússia. Afinal, as autoridades cazaques são profundamente conscientes do fato de que a quase totalidade de suas exportações e importações depende de direitos de trânsito sobre território russo, que poderiam ser interrompidos no caso de uma confrontação bilateral. Contudo, em consonância com a concomitante aproximação com o Ocidente, o Cazaquistão também está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Governo cazaque lançou, em 14/12/2012, novo e ambicioso plano de desenvolvimento econômico e social para o Cazaquistão, denominado “Estratégia 2050”. O novo plano sucederá o anterior, denominado “Estratégia 2030”, o qual foi adotado em 1997, quando o país ainda sofria para reerguer-se após a dissolução da União Soviética, e cujas principais metas já estariam praticamente alcançadas. A Estratégia 2050, comparativamente à sua antecessora, é consideravelmente mais ambiciosa. Enquanto a Estratégia 2030 buscava promover uma economia estável com padrões médios de consumo e produção, a Estratégia 2050 busca transformar o Cazaquistão em uma economia altamente desenvolvida até 2050, perspectiva inimaginável em 1997.

Para tanto, o documento propõe construir uma grande e moderna indústria manufatureira, por meio da expansão da infraestrutura energética e de transportes, e com base no mercado consumidor de 200 milhões de pessoas ao qual o país passou a ter acesso com sua participação na União Aduaneira com Rússia e Belarus. Preconiza o documento também a diversificação das exportações do país (atualmente fortemente concentradas em petróleo e gás), promoção da inovação tecnológica, incentivo a políticas ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento da agricultura, inclusive por meio do abastecimento adequado de água. Finalmente, o novo plano prevê elevar o país ao rol das 30 maiores e mais desenvolvidas economias do planeta até 2050. O foco da “Estratégia 2050” não se restringe, entretanto, a metas econômicas, estendendo-se à área social (saúde e educação), que ganhou especial importância após as manifestações anti-Governo de dezembro de 2011, as quais evidenciaram haver setores sociais fortemente insatisfeitos com a distribuição da riqueza nacional e com a pobreza que persiste fora dos grandes centros populacionais.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Com o colapso da União Soviética, o Cazaquistão ganha independência. Nursultan Nazarbayev é eleito Presidente da República.
1995	Aprovada nova Constituição do Cazaquistão. Mandato presidencial é estendido por meio de referendo popular.
1996	Iniciados trâmites para o estabelecimento de União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus.
1997	Astana torna-se a capital do Cazaquistão.
1999	Nazarbayev é reeleito Presidente.
2000	Criada a Comunidade Econômica Eurasiática, também integrada por Tadjiquistão e Quirguistão, com livre circulação de pessoas entre os cinco países membros.
2006	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão assinam Tratado que proíbe a seus membros a elaboração, posse ou aquisição de armas nucleares ("Tratado de Semipalatinsk").
2009	Entrada em vigor do Tratado de Semipalatinsk, que estabelece uma "zona livre de armas nucleares" na Ásia Central.
2010	Estabelecida a União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus, com vistas ao estabelecimento de um Mercado Comum.
2010	Cazaquistão assume a Presidência da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OCSE).
2011	Nazarbayev é novamente reeleito Presidente. O Cazaquistão assume a Presidência do Conselho de Chanceleres da Organização da Conferência Islâmica (OIC).

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão.
1995	Visita ao Brasil do Chanceler Kassym-Jomart Tokayev para assistir à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2005	Missão empresarial brasileira ao Cazaquistão.
2006	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty

	ao Cazaquistão; visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil; abertura da Embaixada residente do Brasil em Astana.
2007	Visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.
2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão.
2011	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2012	Visita de dois Vice-Ministros de Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil. Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília.

Atos bilaterais

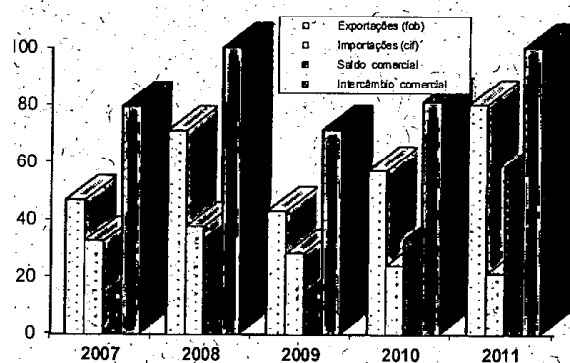
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	06/09/2008	05/09/2008
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio	27/09/2007	01/10/2009	06/02/2013

Dados econômico-comerciais

CAZAQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	47,0	71,2	43,2	57,2	80,2	60,2	43,8
Importações (cif)	32,6	37,8	28,4	24,0	21,4	15,5	28,4
Saldo comercial	14,4	33,4	14,8	33,2	58,8	44,7	15,4
Intercâmbio comercial	79,6	109,0	71,5	81,3	101,6	75,7	72,2

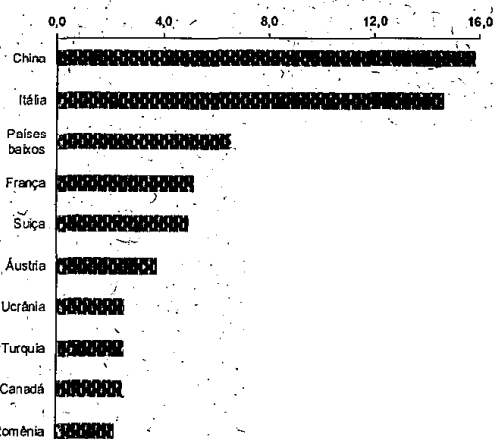
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics. February 2013.



O comércio exterior do Cazaquistão apresentou, em 2011, variação de 27,6% em relação a 2007, de US\$ 79,6 bilhões para US\$ 101,6 bilhões. No ranking do FMI, o Cazaquistão figurou como o 57º mercado mundial, sendo o 60º principal exportador e o 56º importador.

CAZAQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	15,9	19,8%	9,0	20,7%
Itália	14,7	18,3%	2,4	5,4%
Países baixos	6,6	8,2%	1,6	3,7%
França	5,2	6,5%	4,3	9,9%
Suíça	5,0	6,2%	0,4	0,9%
Áustria	3,8	4,7%	1,3	3,0%
Ucrânia	2,6	3,2%	2,0	4,5%
Turquia	2,6	3,2%	1,4	3,1%
Canadá	2,5	3,2%	2,2	5,1%
Romênia	2,3	2,8%	1,9	4,4%
Brasil	0,05	0,1%	0,05	0,1%
Subtotal	61,1	76,2%	26,7	61,0%
Outros países	19,1	23,8%	17,1	39,0%
Total	80,2	100,0%	43,8	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Aproximadamente 1/5 das exportações do Cazaquistão são destinadas à China. Em 2011, as importações chinesas somaram 19,8% do total, seguida de Itália (18,3%); Países Baixos (8,2%); França (6,5%); e Suíça (6,2%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os destinos do país em 2011, absorvendo 0,1% da oferta exportadora do Cazaquistão.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de exportações)

CAZAQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

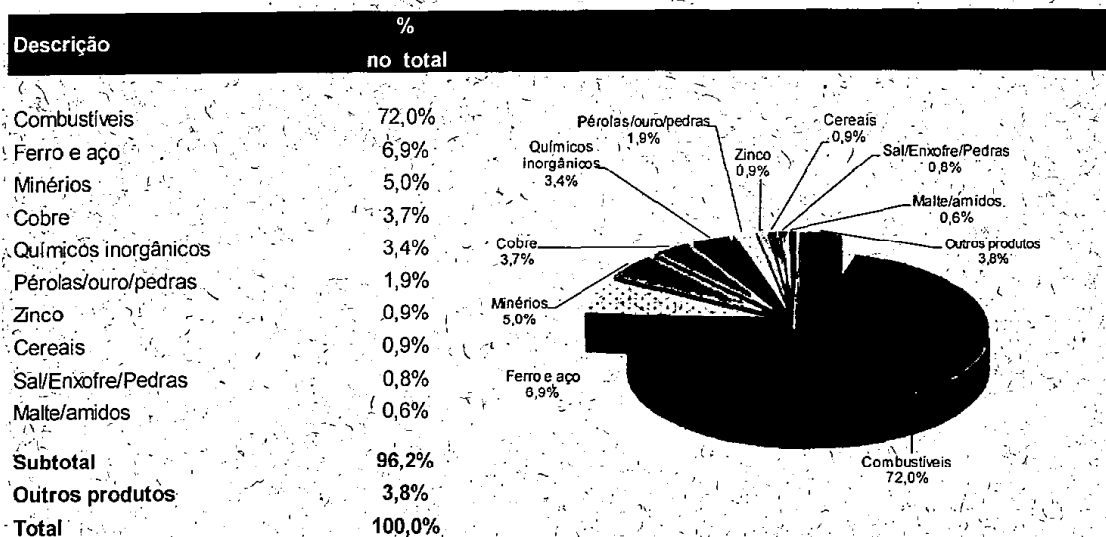
Descrição	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total	
China	5,0	23,4%	8,3	29,4%	
Alemanha	2,2	10,3%	1,8	6,5%	
Ucrânia	1,8	8,2%	1,4	4,8%	
Estados Unidos	1,6	7,6%	0,8	2,6%	
Itália	1,2	5,4%	0,9	3,0%	
Turquia	0,8	3,5%	0,9	3,1%	
Uzbequistão	0,8	3,5%	0,6	2,3%	
França	0,7	3,3%	0,3	1,1%	
Coreia do Sul	0,6	3,0%	0,7	2,5%	
Japão	0,6	3,0%	0,5	1,6%	
Brasil	0,3	1,6%	0,1	0,3%	
Subtotal	15,6	72,9%	16,3	57,4%	
Outros países	5,8	27,1%	12,1	42,6%	
Total	21,4	100,0%	28,4	100,0%	

Elaborado pelo M&D/PRD/C - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do Fiti/ Direction of Trade Statistics - February 2013

A China destaca-se como a principal fornecedora de bens ao Cazaquistão. Em 2011 respondeu com 23,4% do total, seguido da Alemanha (10,3%), Ucrânia (8,2%), e Itália (5,4%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar, detendo 1,6% da demanda importadora do país.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de importações)

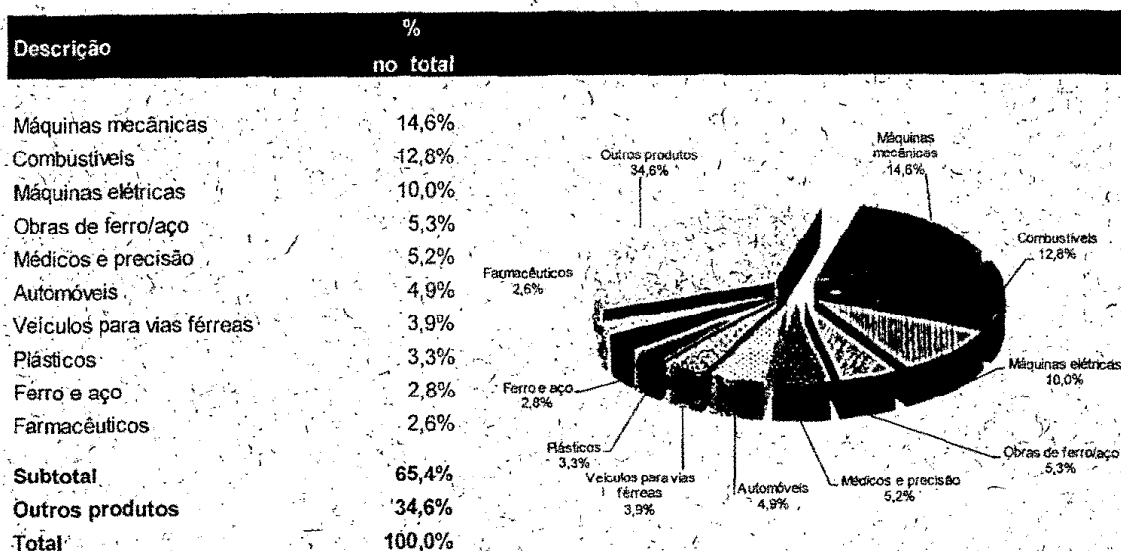
CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A pauta de exportações do Cazaquistão é bastante concentrada. Combustíveis - sobretudo óleos brutos de petróleo - foram responsáveis por mais de 70% do total em 2011. Em seguida destacaram-se: ferro e aço (7%); minérios (5%) e cobre (4%).

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

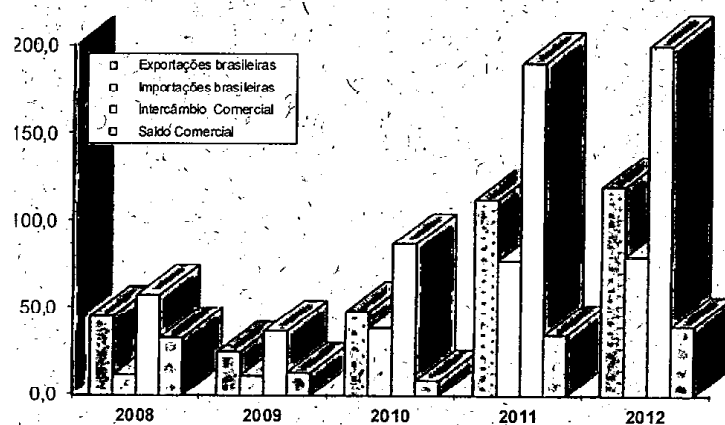
A pauta de importação do Cazaquistão é concentrada em produtos com alto valor agregado. As máquinas representaram 25% do total, seguidas de combustíveis (13%); obras de ferro e aço (5,3%); médicos e precisão (5,2%); e automóveis (4,9%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	45,6	25,5	48,4	112,8	120,2
Varição em relação ao ano anterior	10,6%	-44,1%	89,9%	133,0%	6,5%
Importações brasileiras	12,2	11,8	39,1	77,7	80,1
Varição em relação ao ano anterior	7,1%	-3,0%	230,2%	98,5%	3,1%
Intercâmbio Comercial	57,8	37,3	87,5	190,4	200,2
Varição em relação ao ano anterior	9,8%	-35,4%	134,4%	117,6%	5,2%
Saldo Comercial	33,4	13,6	9,3	35,1	40,1

Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

O Cazaquistão foi o 93º parceiro no comércio exterior brasileiro de 2012, com 0,04% de participação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 246%, de US\$ 57,8 milhões, para US\$ 200,2 milhões, sendo 163% nas exportações e 556% nas importações (aumento dos desembarques de enxofre a granel nos últimos dois anos). O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, totalizou US\$ 40 milhões em 2012.

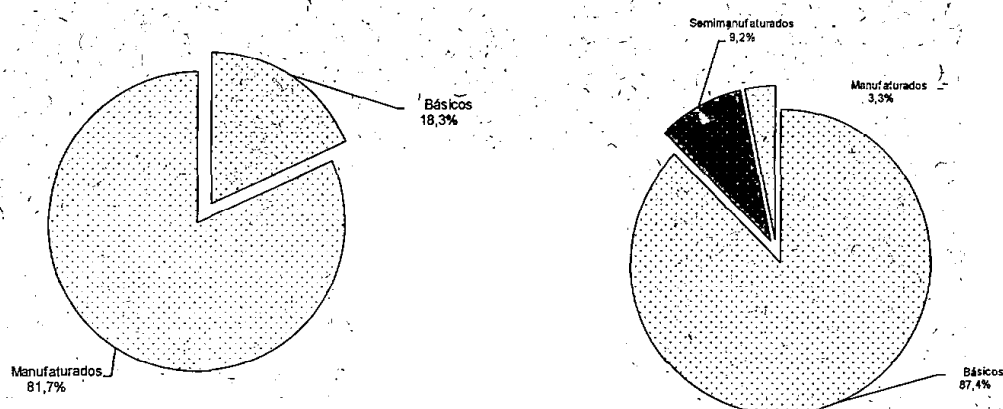


BRASIL-CAZAQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

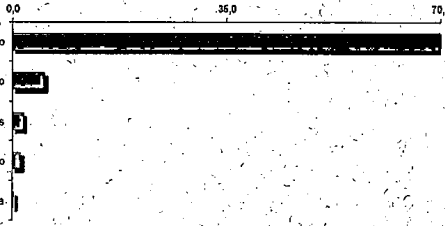
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	22,0	18,3%	70,0	87,4%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	7,4	9,2%
Manufaturados	98,1	81,7%	2,7	3,3%
Total	120,2	100,0%	80,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para o Cazaquistão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 81,7% das vendas em 2012, com destaque para aviões, seguidos pelos produtos básicos (18%). Pelo lado das importações, os produtos básicos representaram 87,4% do total em 2012, com destaque para enxofre a granel, seguidos dos semimanufaturados (9%) e dos manufaturados (3%).



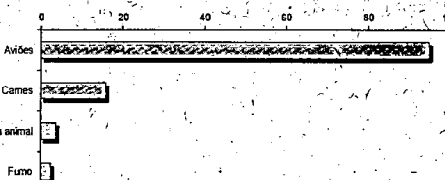
BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Cazaquistão, 2012
			Valor	% no total	
Sal/pedras/cimento	27,3	57,2	70,0	87,4%	
Chumbo	8,0	7,1	5,3	6,6%	
Químicos inorgânicos	0,5	1,1	1,8	2,3%	
Ferro e aço	1,5	2,6	1,4	1,7%	
Borracha	0,0	0,0	0,3	0,4%	
Subtotal	37,3	68,0	78,8	98,3%	
Outros produtos	1,8	9,7	1,3	1,7%	
Total	39,1	77,7	80,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

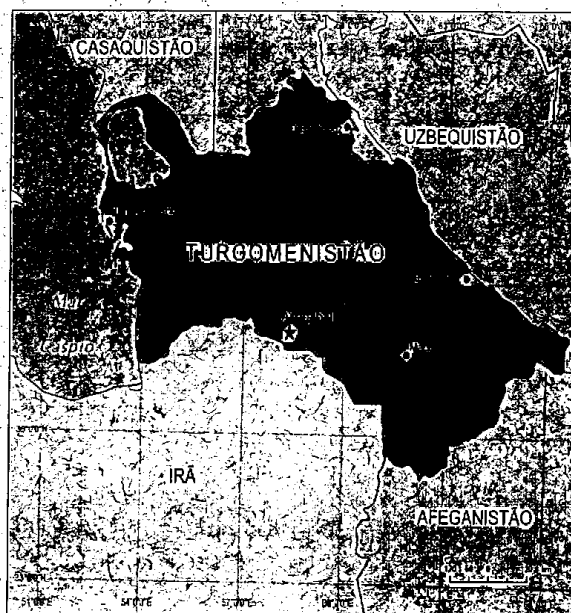
As importações brasileiras originárias do Cazaquistão apresentaram alto grau de concentração. Enxofre a granel foi o principal item da pauta em 2012, respondendo por 87,4% do total, seguido por chumbo (6,6%); produtos químicos inorgânicos (2,3%); e ferro e aço (1,7%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Cazaquistão, 2012
			Valor	% no total	
Aviões	0	95	95	79,0%	
Carnes	31	8	16	13,3%	
Ous prods origem animal	0	0	4	3,0%	
Fumo	7	5	2	2,0%	
Subtotal	37,9	108,2	116,9	97,3%	
Outros produtos	10,5	4,6	3,3	2,7%	
Total	48,4	112,8	120,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Os aviões com peso superior a 15 mil Kg foram o principal item da pauta de exportação brasileira para o Cazaquistão. Em 2012 respondeu por cerca de 80% do total, seguido de carnes (13,3%) e outros produtos de origem animal (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Turcomenistão
CAPITAL	Ashgabat
ÁREA	488.100 km ² (aproximadamente duas vezes o Estado de São Paulo)
POPULAÇÃO (2011)	5,1 milhões de habitantes (pouco menos que metade do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (89%), cristã ortodoxa (9%) e outras (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rashid Meredov (desde 2007)
PIB nominal (2011)	US\$ 28,062 bilhões (Brasil: US\$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 48,093 bilhões (Brasil: US\$ 2,399 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)	US\$ 9.420 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PPP per capita (2011)	US\$ 9.420 (Brasil: US\$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	14,7% (2011); 9,2% (2010); - 4,8% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,686 (101º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	65,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat Turcomeno (1,00 USD = 2,85 TMT)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há estimativa

Fontes: Banco Mundial e PNUD.

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL → TURCOMENISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	15,1	9,9	6,9	8,1	13,3	13,8	5,5	4,0	7,5	3,41
Exportações	7,4	8,0	3,5	7,5	12,6	12,3	5,1	3,6	7,2	3,4
Importações	7,7	1,9	3,4	0,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,3	0,01
Saldo	-0,3	6,1	0,1	6,9	11,9	10,8	4,7	3,2	6,9	3,39

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gurbanguly Berdimuhamedov

Presidente

Nasceu em 1957, em Babarat, próxima à capital do Turcomenistão, Ashgabat. Formou-se em Odontologia no Instituto Estatal Médico Turcomeno em 1979, e especializou-se em Ciências Médicas em Moscou.

Em 1992, tornou-se parte do corpo docente do Instituto Médico Estatal e, em 1995, foi nomeado Chefe do Centro Odontológico do Ministério da Saúde e Indústria Médica.

Sua carreira política iniciou-se em 1997, quando foi escolhido Ministro da Saúde e Indústria Médica. Em 2001, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 21 de dezembro de 2006, com a morte do Presidente Saparmurat Niyazov, foi designado Presidente provisório, até ser eleito em fevereiro de 2007. Foi reeleito em 2012.

Rashid Meredov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Ashgabat, em 1960. De 1990 a 1991, foi Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão e, de 1991 a 1993, Chefe do Departamento de Direito da Presidência. Em 1994 tornou-se Presidente do Comitê de Direito da Assembleia Turcomena e, em 1996, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.

Em 1999, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro das Relações Exteriores. Ainda em 1999, tornou-se Vice Presidente da Assembleia do Turcomenistão e, em 2001, foi eleito Presidente da Assembleia. Naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2001, tornou-se Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão e, de 2003 a 2005, Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros. Em 2007, foi nomeado novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão ocorreu em 1996. As relações permaneceram protocolares até 2006, quando a abertura de Embaixada residente do Brasil em Astana viabilizou contatos mais regulares entre autoridades dos dois países.

Em maio de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Ashgabat no âmbito de missão a países da região, e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia do MRE também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilham vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

Em 2010, o então Embaixador do Brasil em Astana, Frederico Meyer, visitou Ashgabat, ocasião em que manteve contatos exploratórios sobre cooperação agrícola com o Presidente da Empresa Estatal de Recursos da Terra, Sr. Veli Mamedov, em especial na esfera do algodão. Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento entre o clube de futebol brasileiro “Olé Brasil Futebol Clube” e as autoridades turcomenas, para o treinamento de jogadores turcomenos em Ribeirão Preto.

No âmbito do esforço turcomeno de expandir a presença diplomática do país no mundo, o Presidente Berdimuhamedov afirmou, em dezembro de 2010, que “é chegada a hora de fortalecer os laços com a América Latina, uma das áreas mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento”, e fez menção ao Brasil como um dos países da região onde “se deve pensar em designar Embaixador”. Nesse sentido, o Governo turcomeno designou a Senhora Aksoltan Toreevna Ataeva, representante do país na ONU, como Embaixadora não-residente no Brasil.

Em 2011, o então Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Astana visitou o Turcomenistão, para solicitar o apoio turcomeno à vitoriosa candidatura do Professor José Gaziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta ocasião, o Chanceler turcomeno transmitiu-lhe o interesse de seu Governo em poder contar com a presença da Petrobrás nas atividades de extração de gás e petróleo no Turcomenistão, mormente no setor “off-shore” no Mar Cáspio.

Em 2011, por ocasião de entrega de credenciais do atual Embaixador brasileiro junto ao Governo turcomeno, Oswaldo Biato Jr., foi transmitido convite do Ministro das Relações Exteriores para que o Chanceler Rashid Meredov visitasse o Brasil, como parte do processo de aprofundamento das relações bilaterais. Na ocasião, o Chanceler turcomeno agradeceu o convite e propôs que, como passo inicial preparatório, fosse constituído mecanismo bilateral regular de consultas políticas. Durante a mesma visita, foi mencionado pelo Ministro da Agricultura do país o interesse turcomeno em importar carne brasileira, que poderia chegar ao país através do Irã, para o qual o Brasil já exporta montantes consideráveis do produto.

A Embaixadora não-residente no Brasil, Aksoltan Ataeva, fez entrega da cópia de suas credenciais à Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 14/05/2012. Após o referido ato, manteve encontros com a área política do Itamaraty, tendo reconhecido que a falta de conhecimento mútuo deve ser superada. Indicou a intenção de acercar-se da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de setores relacionados a energia, carne, “alimentos em geral”, além de algodão, seda e têxteis. Consultou, ainda, sobre como fazer uma eventual nomeação de um cônsul honorário no Rio de Janeiro, até que houvesse uma decisão sobre a abertura de uma Embaixada residente de seu país.

A vinda do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, em junho de 2012, para chefiar a delegação turcomena à Conferência Rio+20 foi a primeira visita de grande relevância política bilateral. Está prevista, para abril do corrente ano, visita ao Turcomenistão da Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis.

A Embaixada do Brasil em Astana indicou que haveria oportunidades para empresas brasileiras atuarem no Turcomenistão nos setores de aviação, petróleo e gás, construção civil e alimentação. Na área de aviação civil, a Embraer está ciente das oportunidades no país, cuja linha aérea estatal, “Turkmenhowayollary” (Turkmenistan Airlines), pretende substituir seus velhos e desatualizados Boeing 717, até 2014, por aviões mais modernos, com características semelhantes aos dos E-jets da Embraer. Em maio de 2010, delegação da Embraer visitou Ashgabat e convidou altos funcionários da “Turkmenhowayollary” para realizar visita ao Brasil, o que acabou ocorrendo no contexto de missão precursora enviada pelo Governo turcomeno para preparar a vinda do Presidente Berdimuhamedov à Rio+20.

Na área de construção civil, o Turcomenistão possui metas ambiciosas para expandir e reconstruir diversas cidades, dentro de um estilo peculiar associado ao país, a começar por Ashgabat, a capital. Contando com os recursos gerados pelas exportações de gás, e sem maiores

planos de industrialização ou investimentos em educação, o Governo do Presidente Berdimuhamedov destina a maior parte de suas verbas à construção de moradias, palácios e praças monumentais. Tais obras são entregues, em geral, a construtoras turcas, que faturam US\$ 4 bilhões por ano no país, ou à empresa “Bouygues”, que se especializou em erguer os principais prédios oficiais do Governo.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US\$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o valor do intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladores (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu em anos anteriores, e de aviões da Embraer, que poderia impulsionar as cifras comerciais.

Assuntos consulares

Não há informação sobre brasileiros vivendo no Turcomenistão, e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, ou *Turkmenbashi* (“pai dos turcomenos”, título que outorgou a si mesmo oficialmente), governou o Turcomenistão desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o “Partido Democrático”, único partido legal do país, para dar sustentação política ao Governo. Acumulava o cargo de Presidente (vitalício, a partir de 1999) com o de Primeiro-Ministro e de Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder suprimindo a oposição, restringindo a

liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do Governo.

O dirigente, falecido em 2006, gozava de popularidade, moldada pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação, e à custa de benefícios como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás natural. Após a morte de Niyazov, o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo Khalk Maslahaty (“Conselho do Povo”), que referendaram seu nome no cargo de Presidente da República.

Em janeiro de 2012, foi aprovada pelo legislativo turcomeno a criação de um novo partido político, representando os interesses da “União de Industriais e Empreendedores do Turcomenistão”. O novo partido, embora alinhado ao Governo, pôs fim ao regime de “partido único” que vigorava desde 1991. A iniciativa de propor a criação do novo partido coube ao próprio Presidente, que já em 2010 anunciava sua intenção de pôr fim ao unipartidarismo.

Apesar de Berdimuhamedov ter eliminado os excessos do Governo Niyazov, o país ainda é fortemente autocrático e a sociedade turcomena é reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro. Não existe separação de poderes, nem uma economia de mercado, na medida em que órgãos estatais controlam todos os aspectos da vida do país. Por esse motivo, o Turcomenistão é objeto regular de avaliações negativas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no que tange aos Direitos Humanos. Não obstante a falta de liberdade democrática, a maior parte dos analistas considera que, devido à disponibilidade de serviços sociais e públicos altamente subsidiados para a população, não há instabilidade no plano interno. Nesse sentido, cabe observar a ausência no Turcomenistão de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população professar a fé muçulmana (sunita).

O Parlamento é unicameral e denominado Assembleia Nacional, ou Mejlis. Há 125 membros eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos, mas todos são pré-aprovados pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1991, a política externa do Turcomenistão tem sido orientada pelo princípio constitucional da “neutralidade permanente”. Porém, contrariamente ao seu antecessor, que intencionalmente isolou o país dos seus vizinhos e da comunidade internacional, o Presidente Berdimuhamedov tem procurado elevar o perfil do Turcomenistão no exterior. Assim, logrou que as Nações Unidas aceitassem estabelecer, em Ashgabat, a sede do Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central em 2007, aberto com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas, e cujo foco é o tratamento de problemas transfronteiriços críticos na Ásia Central, como ameaças à segurança, compartilhamento de recursos hídricos e o desastre ambiental do Mar de Aral.

Além disso, em 2012, o Presidente Berdimuhamedov realizou duas visitas internacionais não dirigidas a parceiros bilaterais, as quais são pouco frequentes na diplomacia do país. Além de comparecer à Rio+20, o Presidente turcomeno esteve, no final de agosto, na 17ª Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, em Teerã. Berdimuhamedov evitou envolver seu país nos acalorados debates sobre a crise síria, mas aproveitou a ocasião para oferecer Ashgabat como sede da Conferência dos Países Não-Alinhados em 2015, dedicada ao fortalecimento do “diálogo global para a paz e segurança”. Berdimuhamedov vê o Movimento-Não-Alinhado, para o qual seu país acedeu logo após a independência, como um foro valioso para aumentar o perfil internacional do Turcomenistão. Entretanto, o Turcomenistão não participa de mecanismos regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

De qualquer modo, o relacionamento externo do país ainda é pautado, em sua maior parte, pelas questões energéticas. No tocante à Rússia, tradicional aliado, a relação sofreu desgaste após a interrupção unilateral da importação do gás turcomeno em 2009. A China aproveitou-se dessa oportunidade para oferecer-se como parceiro confiável, construindo, naquele mesmo ano, gasoduto que liga o Turcomenistão à China através do Uzbequistão e do Cazaquistão. Além disso, o Governo chinês ofereceu um total de US\$ 13 bilhões em empréstimos a Ashgabat entre 2009 e 2011.

A União Europeia, por sua vez, vem apoiando o chamado consórcio Nabucco - projeto que prevê um gasoduto conectando a região do Mar

Cáspio, o Oriente Médio e o Egito com os mercados da Europa Ocidental e Central - o qual necessita do gás turcomeno para ser viabilizado. No entanto, defendendo seus interesses, Rússia e China se posicionaram contra a construção do referido gasoduto. Em julho e setembro de 2012, a nova Representante Especial da União Europeia para a Ásia Central, Sra. Patrícia Flor, e o Comissário de Energia da União Europeia, Günter Oettinger, visitaram o Turcomenistão com a missão de convencer Ashgabat a engajar-se na construção do projeto.

O Turcomenistão também tem atraído, recentemente, a atenção das potências ocidentais, por sua posição estratégica vizinha ao Afeganistão e ao Irã, além de ser um aliado comum na luta contra o terrorismo islâmico. Assim, o Turcomenistão coopera com as forças da OTAN no Afeganistão, permitindo a entrega de suprimentos não-letais através de seu território e espaço aéreo, e procura apoiar o atual Governo afegão. Em 2007, assinou com Cabul um Acordo de Cooperação que abrange temas como a construção do gasoduto TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), fornecimento de energia e realização de esforços conjuntos para o combate ao narcotráfico.

As relações com o Azerbaijão são marcadas por disputas de soberania do Mar Cáspio, zona rica em recursos energéticos. Em julho de 2012, aflorou novamente a disputa entre Ashgabat e Baku em torno do controle do campo de petróleo Serdar/Kyapaz, depois que o Turcomenistão anunciou planos para realizar estudos geológicos nessa área. Um barco de prospecção turcomeno, que realizaria levantamento científico no campo, foi detido por unidade naval azeri, motivando protestos do Governo turcomeno. O Azerbaijão, por sua vez, afirmou que o levantamento geológico turcomeno violaria entendimento bilateral de 2008, pelo qual ambos os países se comprometeram a não realizar estudos ou explorar petróleo em áreas litigiosas. Após ameaças, com o Azerbaijão reservando-se o direito de tomar medidas para defender seus direitos de soberania no Mar Cáspio, e o Turcomenistão aventando levar a questão à arbitragem internacional, as autoridades dos dois países concordaram em reiniciar negociações bilaterais sobre a posse de Serdar/Kyapaz.

Assim como o Uzbequistão, o Turcomenistão preocupa-se com o gerenciamento da água na Ásia Central, quase toda oriunda do Tadjiquistão e da República Quirguiz, países pobres em recursos energéticos, porém ricos em recursos hídricos. Os planos destes países para construir barragens põem em risco a capacidade do Turcomenistão e do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Por ser país majoritariamente constituído por desertos, que ocupam 80% de sua área, o Turcomenistão depende primordialmente de seus enormes recursos de gás natural e petróleo para a sua sobrevivência econômica. O gás é o carro-chefe da economia, totalizando cerca de 80% das exportações, seguido por petróleo, petroquímicos, têxteis e algodão.

O Ministro do Petróleo e Gás do Turcomenistão, Kakageldy Abdullayev, anunciou, em 2012, durante “Conferência de Petróleo e Gás do Turcomenistão”, que o país possui reservas de 20,8 bilhões de toneladas de petróleo e 50,8 trilhões de m³ de gás. Na mesma oportunidade, o Ministro anunciou que o Turcomenistão, que hoje produz 75 bilhões de m³ por ano, iria aumentar a sua produção para 250 bilhões de m³ em 2030. Naturalmente, esses planos dependerão não apenas da capacidade do país de explorar campos hoje intocados, por meio de investimentos externos, como também da criação de novos meios de escoamento do gás para o exterior, especialmente por meio dos gasodutos Trans-Cáspio e TAPI.

Ambos os gasodutos têm ocupado a atenção das autoridades turcomenas recentemente. Apesar do forte interesse da União Europeia no Trans-Cáspio, o aumento das tensões bilaterais com o Azerbaijão dificulta o processo de incorporação dos azeris no empreendimento, a rigor mais interessante para europeus e turcomenos do que para o Azerbaijão. Na ausência de uma solução que permita expandir consideravelmente as exportações de gás turcomeno para a Europa, o principal beneficiado é mesmo a China, que continua a fortalecer seu relacionamento energético com o Turcomenistão. Assim, ao cabo de importantes negociações bilaterais em julho último, o Turcomenistão e China acordaram aumentar o volume de gás turcomeno a ser exportado à China de 30 para 65 bilhões de m³ por ano. A esse entendimento seguiu-se a assinatura de Acordo de Cooperação Bilateral que prevê a concessão de empréstimos subsidiados chineses para o Turcomenistão, a serem utilizados na aquisição de equipamentos para desenvolver o maior campo de gás do país, Galkynysh.

As dificuldades relacionadas à construção do gasoduto Trans-Cáspio, bem como a preocupação do Turcomenistão em não reeditar com a China sua antiga dependência com a Rússia, levou o Governo turcomeno a, mais

uma vez, priorizar o projetado gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Pakistão-Índia (TAPI). Com 1.800 km de extensão, o TAPI ligaria os depósitos de gás no centro-sul do Turcomenistão ao grande mercado consumidor da Índia. Embora sejam muitos os obstáculos à construção do TAPI - o maior deles a relutância da Índia em aceitar receber gás turcomeno via território paquistanês - o Turcomenistão continua empenhado no projeto, sobretudo após a vitória expressiva que representou a assinatura, em maio último, do acordo constitutivo do TAPI, após mais de vinte anos de negociações.

A despeito da insistência com a qual as autoridades turcomenas transmitem a mensagem de que o país é imune à crise econômica mundial, crescem os indícios de dificuldades econômicas que atingem não apenas cidadãos, mas também empresas estatais de grande porte. Assim, em 2012, ocorreu um choque de preços de alimentos básicos. O preço do trigo aumentou entre 200 e 300%, aparentemente como resultado da má colheita. O preço da carne igualmente sofreu aumento significativo, levando as autoridades a impor controle de preços, o que só favoreceu o crescimento do mercado negro. Finalmente, os preços médios dos voos internacionais operados pela companhia aérea nacional "Turkmenhowayollary" duplicaram, enquanto os preços dos voos internos sofreram aumento de 12%.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1992	Saparmurat Niyazov é eleito Presidente por voto popular, em eleição sem outros candidatos.
1994	O mandato presidencial é estendido até 2002 por meio de referendo popular.
1999	Por meio de voto da Assembleia Nacional, Niyazov é declarado Presidente vitalício.
2006	O Presidente Niyazov falece após sofrer enfarto. Gurbanguly Berdimuhamedov assume a Presidência interina.
2007	Berdimuhamedov é eleito Presidente em eleição sem outros candidatos.
2012	Berdimuhamedov é reeleito Presidente concorrendo com outros candidatos.

Cronologia das relações bilaterais

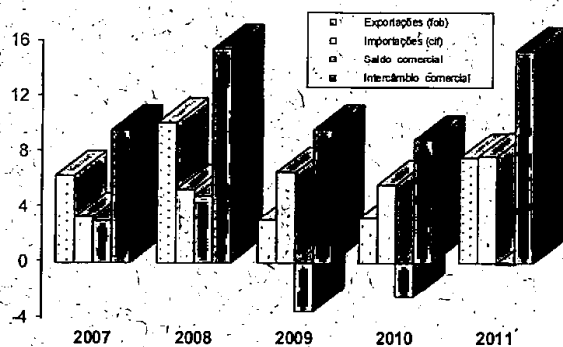
1996	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão ao Turcomenistão do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov para participar da Conferência Rio +20.

Dados econômico-comerciais

TURCOMENISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	10,1	3,1	3,2	7,6	5,3	7,8
Importações (cif)	3,3	5,3	6,5	5,6	7,7	5,8	7,1
Saldo comercial	3,0	4,8	-3,5	-2,4	-0,1	-0,5	0,6
Intercâmbio comercial	9,6	15,4	9,6	8,9	15,3	11,1	14,9

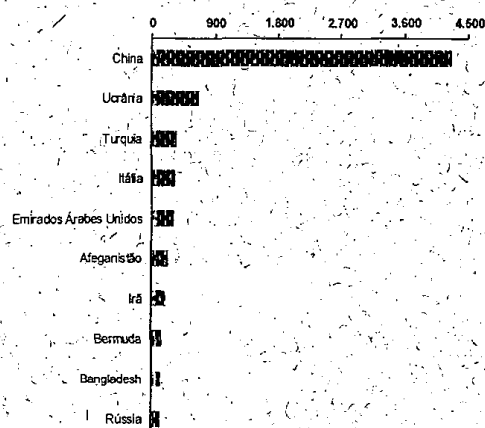
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics - February 2013



O comércio exterior do Turcomenistão apresentou, em 2011, variação de 59% em relação a 2007, passando de US\$ 9,6 bilhões para US\$ 15,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Turcomenistão figurou como o 95º mercado mundial, sendo 95º na exportação e 111º na importação.

TURCOMENISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	4.267	56,2%	5.093	65,6%
Ucrânia	669	8,8%	443	5,7%
Turquia	367	4,7%	205	2,6%
Itália	335	4,4%	352	4,5%
Emirados Árabes Unidos	309	4,1%	239	3,1%
Afeganistão	241	3,2%	208	2,7%
Irã	206	2,7%	159	2,0%
Bermuda	138	1,8%	119	1,5%
Bangladesh	131	1,7%	82	1,1%
Rússia	130	1,7%	118	1,5%
Brasil	0,34	0,0%	0,01	0,0%
Subtotal	6.782	89,4%	7.017	90,3%
Outros países	804	10,6%	753	9,7%
Total	7.586	100,0%	7.770	100,0%



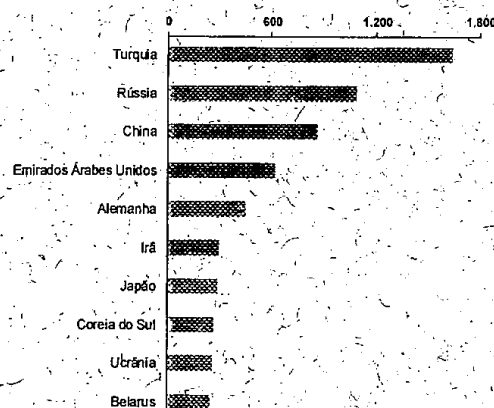
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics February 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países em desenvolvimento, que corresponderam a 90% do total exportado em 2011, dos quais 61% das vendas foram destinadas aos vizinhos asiáticos em desenvolvimento. As economias avançadas foram destino de apenas 7% do total em 2011. A China destacou-se com 56,2% da pauta. O Brasil obteve o 48º lugar entre os compradores em 2011.

TURCOMENISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

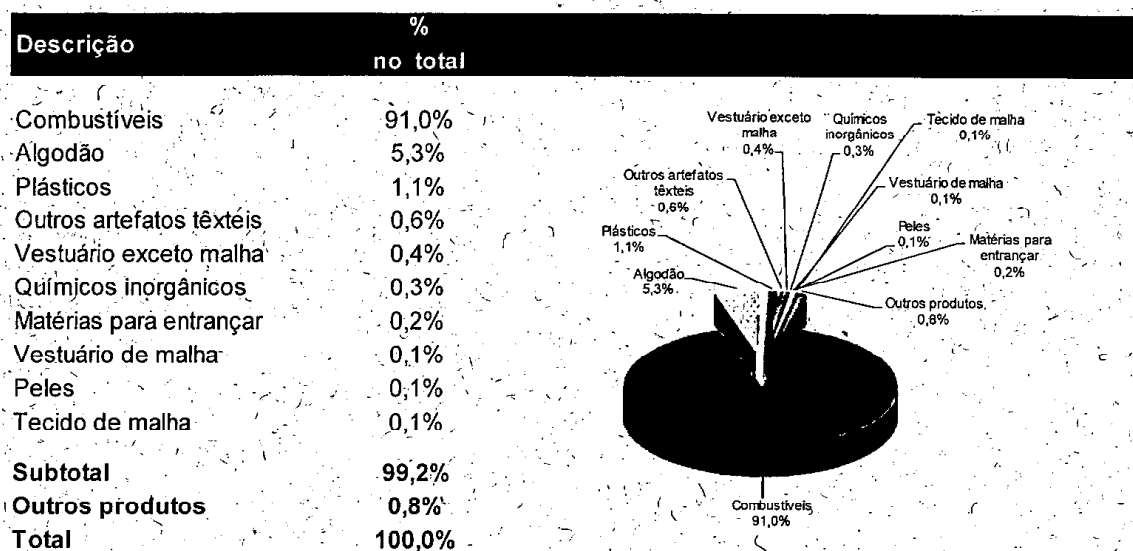
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Turquia	1.642	21,4%	1.213	17,0%
Rússia	1.093	14,2%	979	13,7%
China	864	11,2%	1.518	21,2%
Emirados Árabes Unidos	619	8,1%	478	6,7%
Alemanha	454	5,9%	311	4,4%
Irã	303	3,9%	234	3,3%
Japão	297	3,9%	97	1,4%
Coreia do Sul	267	3,5%	187	2,6%
Ucrânia	266	3,5%	196	2,7%
Belarus	253	3,3%	181	2,5%
Brasil	7,88	0,1%	3,48	0,0%
Subtotal	6.066	78,9%	5.398	75,5%
Outros países	1.618	21,1%	1.750	24,5%
Total	7.684	100,0%	7.148	100,0%



Elaborado pelo IN/RE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Em 2011, Turquia, Rússia, China e Emirados Árabes Unidos foram os principais fornecedores de produtos para o Turcomenistão e corresponderam a 55% das necessidades de importação do país. Destacaram-se também a Alemanha (5,9%); Irã (3,9%); Japão (3,9%); Coreia do Sul (3,5%); Ucrânia (3,5%) e Belarus (3,3%). O Brasil obteve o 37º lugar entre os vendedores em 2011.

TURCOMENISTÃO⁽¹⁾: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - em %

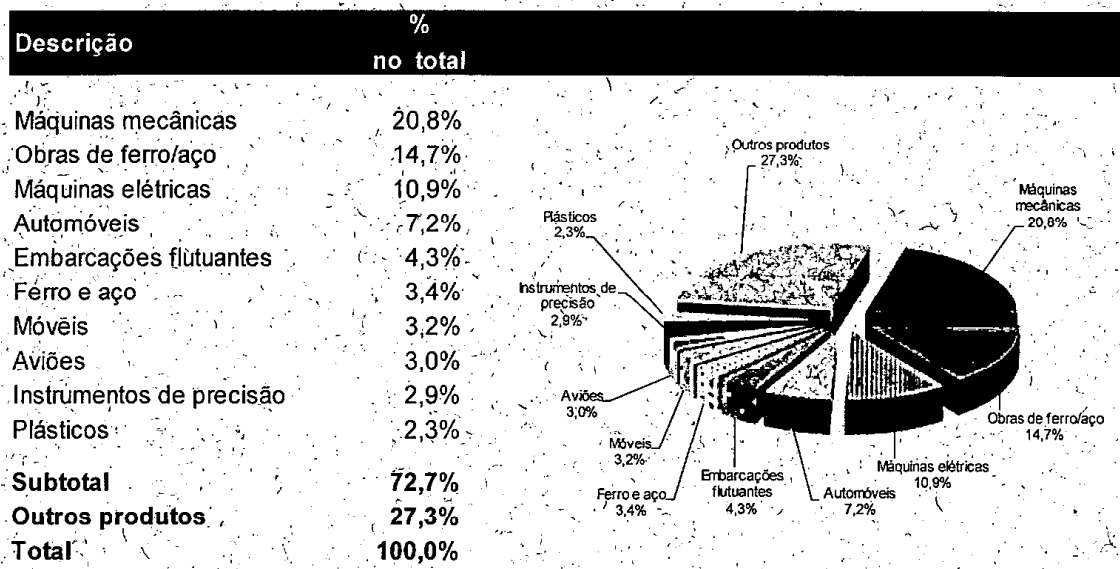


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Combustíveis (gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos e óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos) representam o principal produto da pauta de exportação com aproximadamente 91% do total em 2011. Em seguida destacaram-se algodão (5%) e plásticos (1%).

TURCOMENISTÃO⁽¹⁾: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

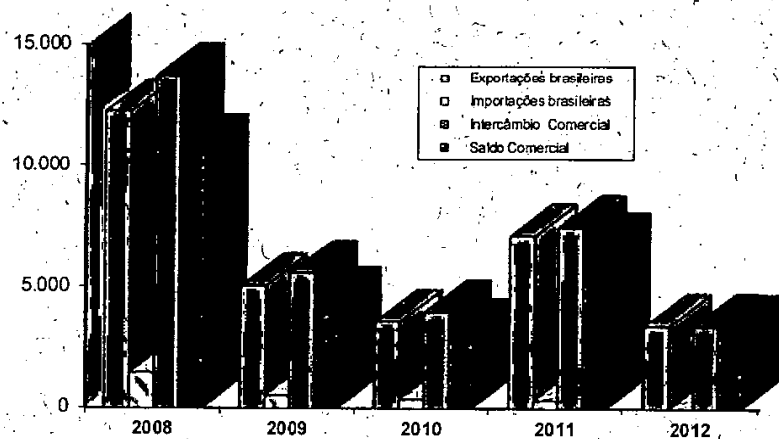
Máquinas mecânicas, obras de ferro/aço e máquinas elétricas totalizaram 46% da pauta de importações do Turcomenistão. Destacaram-se, também, automóveis (7%); embarcações flutuantes (4%); ferro e aço (3%); e móveis (3%).

BRASIL-TURCOMENISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	12.276	5.080	3.607	7.165	3.438
Varição em relação ao ano anterior	-2,3%	-58,6%	-29,0%	98,6%	-52,0%
Importações brasileiras	1.462	534	382	339	11
Varição em relação ao ano anterior	120,0%	-63,5%	-28,5%	-11,1%	-96,8%
Intercâmbio Comercial	13.739	5.614	3.989	7.505	3.449
Varição em relação ao ano anterior	3,9%	-59,1%	-28,9%	88,1%	-54,0%
Saldo Comercial	10.814	4.546	3.226	6.826	3.427

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Turcomenistão figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo em todo o quinquênio analisado, passando de US\$13,7 milhões em 2008 para US\$ 3,5 milhões em 2012.

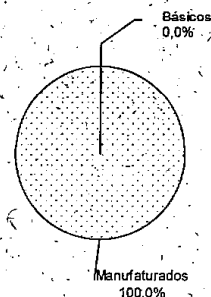
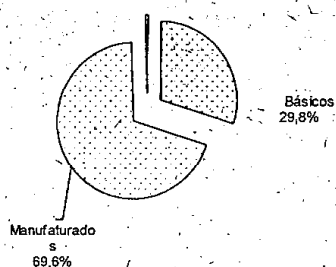


BRASIL-TURCOMENISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	1.025,6	29,8%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	2.393,1	69,6%	10,9	100,0%
Transações especiais	19,3	0,6%	—	—
Total	3.438,0	100,0%	10,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para o Turcomenistão são compostas por produtos manufaturados, sendo a maior parte representada por preparações de conservas de bovinos, no ano de 2012. Carnes de frango representaram 29,8% dos produtos básicos exportados para o país em 2012. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados totalizam a pauta em 2012, quais sejam: camisetas de malha, microprocessadores e negros de carbono.



BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Turcomenistão, 2012
			Valor	% no total	
Preparações de carne	1.470	427	2.179	63,4%	
Carnes	0	0	1.026	29,8%	
Máquinas mecânicas	1.071	6.640	155	4,5%	
Perfumaria	63	52	48	1,4%	
Subtotal	2.604	7.118	3.408	99,1%	
Outros produtos	1.004	47	30	0,9%	
Total	3.607	7.165	3.438	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão é concentrada. Preparações de carne, principalmente preparações alimentícias e conservas de bovinos, representaram 63,4% do total. Carnes, principalmente carnes de frango congeladas, representaram 29,8%. Seguiram-se máquinas mecânicas com 4,5% e perfumaria 1,4%.

BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

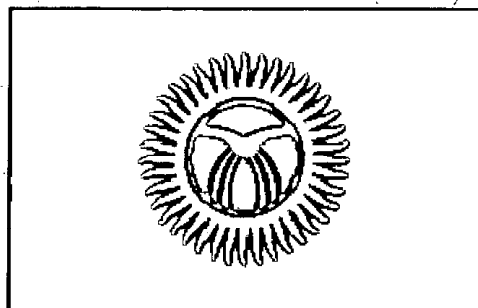
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias do Turcomenistão, 2012
			Valor	% no total	
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,8	44,5%	
Máquinas elétricas	0,0	1,3	3,3	30,1%	
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	2,8	25,3%	
Algodão	242,8	337,6	0,0	0,0%	
Subtotal	242,8	338,9	10,9	100,0%	
Outros produtos	139,1	0,5	0,0	0,0%	
Total	381,9	339,4	10,9	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

As importações brasileiras originárias do Turcomenistão apresentaram alto grau de concentração. Apenas três produtos totalizaram a pauta em 2012: camisetas, "Shirts" de malha de algodão representaram 44,5% do total, microprocessadores com 30,1% e negros de carbono com 25,3%.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA QUIRGUIZ



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Quirguiz
CAPITAL	Bishkek
ÁREA	198.500 km ² (quase igual ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2011)	5,5 milhões de habitantes (metade do Estado do Paraná)
IDIOMAS OFICIAIS	Quirguiz e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (80%), cristã ortodoxa (17%) e outras (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Conselho Supremo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Zhanotor Satybaldiyev (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdyldaev Bekeshovich
PIB nominal (2011)	US\$ 5,929 bilhões (Brasil: US\$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 13,212 bilhões (Brasil: US\$ 2,399 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)	US\$ 1.075 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PPP per capita (2011)	US\$ 2.399 (Brasil: US\$ 11.640)
VARIACÃO DO PIB (%)	5,7% (2011); - 0,5% (2010); 2,9% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,615 (125º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	67,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Som (1,00 USD = 46,95 KGS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	7

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ REPÚBLICA QUIRGUIZ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	0,2	0,7	2,3	1,7	2,5	1,7	6,3	2,2	7,0	4,8
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8
Importações	0,01	-	-	0,3	0,3	0,2	0,02	0,2	0,2	0,003
Saldo	0,1	0,7	2,3	1,0	1,8	1,1	6,3	1,8	6,6	4,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Almazbek Atambayev

Presidente

Nasceu em 1956 na região de Chui, República Quirguiz. Formou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Administração de Moscou. Entre 1983 e 1987, foi Assessor do Conselho Supremo da República Soviética Socialista do Quirguistão. Em 1993, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Quirguistão.

Com a queda do Presidente Askar Akayev, durante a chamada Revolução das Tulipas, e a chegada ao poder de Kurmanbek Bakiyev, em 2005, Atambayev inicialmente aliou-se àquele novo Governo, servindo como Ministro da Indústria e Comércio de 2005 a 2006, quando se demitiu do cargo. Em novembro de 2006, tornou-se um dos líderes dos protestos antigoverno ocorridos em Bishkek. Após a queda do Primeiro-Ministro Azim Isabekov, em 2007, Atambayev foi nomeado Primeiro-Ministro provisório. Porém, no mesmo ano, Atambayev deixou o cargo e, em abril de 2009, disputou as eleições presidenciais contra Bakiyev, mas retirou-se do pleito no próprio dia da eleição, em protesto contra supostas fraudes eleitorais.

Após a queda de Bakiyev, em 2010, voltou à política, apoiando o Governo provisório de Roza Otunbayeva. Naquele ano, após as eleições parlamentares, foi escolhido Primeiro-Ministro. Em 2011, venceu as eleições presidenciais, e tomou posse em dezembro.

Zhantoro Satybaldiyev

Primeiro-Ministro

Nasceu em 1956, na região sul de Osh, República Quirguiz. Graduiu-se no Departamento de Engenharia e Construção do Instituto Politécnico Frunze, em 1979. Iniciou sua carreira trabalhando na reconstrução da estrada Alai, onde permaneceu por 12 anos (1980-1992) e foi promovido a Chefe de Gestão. Posteriormente, tornou-se Vice-Ministro e Ministro dos Transportes e Comunicações.

Um ano após a Revolução das Tulipas, Satybaldiyev liderou o grupo parlamentar El-Menen ("Com as Pessoas"). Em março de 2006, foi nomeado Governador da região de Osh pelo Presidente Bakiyev. No entanto, em novembro de 2007, foi destituído do cargo devido a acusações de abuso de poder.

Em 2010, tornou-se Presidente da agência estatal encarregada de reconstruir Osh e Jalalabad, após os conflitos étnicos naquelas cidades. Em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro após a destituição de seu antecessor, Omurbek Babanov, o qual foi acusado de corrupção.

Abdyldaev Bekeshovich

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1966 e graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou em 1989. No mesmo ano, tornou-se Assistente do Departamento de Países Socialistas da Ásia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

Entre 1989 e 1994, foi Secretário da Embaixada da então União Soviética na China. De 1994 a 1997, foi consultor do Departamento Internacional da Presidência da República Quirguiz. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Diretor de Departamento e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2001).

De 2001 a 2005, foi Embaixador da República Quirguiz em Pequim. Em 2007, tornou-se Diretor do Instituto de Guerra e Paz de seu país. Em setembro de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz ocorreu em 1993. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 1991.

Em setembro de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o Assessor Especial do MRE afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Após o apoio quirguiz à vitoriosa candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tem crescido o interesse em cooperação técnica, como se depreende da participação quirguiz em cursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de solicitações de apoio a projetos agrícolas.

A cooperação humanitária também tem crescido nos últimos anos. Em 2010, o Governo brasileiro doou US\$ 300 mil à República Quirguiz, em resposta ao apelo do Governo quirguiz por assistência humanitária após os conflitos étnicos em Osh e Jalalabad. Em janeiro de 2013, o Governo brasileiro doou US\$ 50 mil ao Governo quirguiz por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoiar atividades em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Vice-Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Sr. Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil em junho de 2012, representando o Presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Em encontro com a Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis, à margem da Rio+20, o Vice-Primeiro-Ministro quirguiz expressou especial interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade, e sobre a possibilidade de que

empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo. Em fevereiro do ano corrente, o Embaixador não-residente do Brasil na República Quirguiz realizará visita a Bishkek, para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade, realizadas em 2011, no âmbito da apresentação de suas cartas credenciais ao Governo quirguiz.

O comércio bilateral ainda é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US\$ 4,8 milhões, uma queda de mais de US\$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Assuntos consulares

Há registro de 7 brasileiros residentes na República Quirguiz, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o Sr. Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado para exercer a função de Cônsul Honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

Diferentemente dos Presidentes dos outros países centro-asiáticos, o primeiro governante pós-soviético da República Quirguiz, Askar Akayev (1991-2005), não foi líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito por sua reputação como cientista proeminente, e por ter sido Presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica em parte por que a República Quirguiz não se enquadrava de imediato no modelo autoritário frequente na região. O país também alcançou, no Ocidente, a qualificação de “vitrine da democracia na Ásia Central”, em razão da adoção do regime parlamentarista.

Akayev realizou reformas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Empresas públicas foram privatizadas, e as minas de ouro, principal produto de exportação do país, passaram a ser controladas por investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ao final dos anos 1990, a situação econômica deteriorou-se, em razão dos problemas sociais que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 40% dos quirguizes passaram a viver abaixo da linha da pobreza, percentual que atingiria - ou mesmo ultrapassaria - 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país), o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado, bem como os conflitos étnicos com uzbeques e tadjiques.

Acusado pela oposição e pelas disputas com o Poder Legislativo, que obstruía suas reformas sociais, Akayev foi, aos poucos, abandonando os ideais de democracia multipartidária que permearam o início de seu Governo, e assumindo a posição autoritária comum nos demais países da Ásia Central. O Presidente aproximou-se de Moscou e passou a aplicar “métodos duros” em relação aos opositores. O resultado não foi, no entanto, sustentável, e Akayev renunciou em meio a protestos populares contra irregularidades na eleição de 2005, movimento conhecido como “Revolução das Tulipas”.

Após a queda de Akayev, Kurmanbek Bakiyev foi conduzido à Presidência de um Governo interino até a fixação de novas eleições parlamentares. A agitação política, no entanto, não diminuiu, pois os grupos de oposição seguiram realizando diversos protestos. Em uma tentativa de dividir e desestabilizar a oposição, o Presidente Bakiyev substituiu o Primeiro-Ministro Isabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento de oposição "Pelas Reformas". A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento oposicionista. Em crise interna, o "Pelas Reformas" viu vários de seus líderes migrarem para o "Frente Unida". O próprio Atambayev anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do "Pelas Reformas", formar um novo bloco, intitulado "Por uma República Quirguiz Unida".

Após a realização de reforma constitucional aprovada em plebiscito, ainda em 2007, o Presidente Bakiyev dissolveu o Parlamento, gesto autoritário que contradizia as aspirações da Revolução das Tulipas. Quase dois anos depois, em julho de 2009, ocorreram eleições presidenciais, inicialmente previstas para 2010, mas antecipadas pelo Parlamento, controlado pelo partido governista. A antecipação do pleito foi vista por analistas independentes como manobra que visava a favorecer a reeleição do Presidente Bakiyev, antes que eventual aprofundamento da crise corroesse sua base de apoio. Atambayev, principal candidato oposicionista, declarou não reconhecer os resultados das eleições, deturpados pela longa série de ilegalidades praticadas pelos apoiadores do Presidente eleito. O recrudescimento da oposição nos meses seguintes levou Bakiyev a renunciar ao cargo em 2010, assumindo Roza Otunbayeva a Presidência interina. Com isso, diminuíram os temores de irrupção de guerra civil entre o norte e o sul da República Quirguiz.

Apesar de receios de instabilidades políticas, foram realizadas eleições parlamentares ainda em 2010, e eleições presidenciais no final de 2011, nas quais Atambayev alcançou vitória tranquila. Ex-Primeiro-Ministro, com reputação de bom administrador, próximo ao governo, Atambayev representava, aos olhos do povo, não apenas uma força política moderna, mas praticamente a única garantia de estabilidade política para a Quirguízia. Entretanto, passados poucos meses após sua posse, o Governo de coalizão estabelecido no início de 2012 entrou em colapso, motivado pela retirada do Governo dos partidos Ar-Namys e Ata-Meken, deixando os demais partidos da coalizão - Social-Democrático e Respublika - sem

maioria parlamentar. Acuada, o Chefe do partido Respublika, Omurbek Babanov, viu-se obrigado, em 01/09/2012, a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro. Os ataques a Babanov pelos partidos Ar-Namys e Ata-Meken foram motivados, segundo líderes daqueles partidos, pelo envolvimento do Primeiro-Ministro em episódios de corrupção. Seu substituto foi Zhantoro Satybaldiev, até então Chefe da Administração presidencial.

O Poder Legislativo é unicameral, denominado Conselho Supremo ou Jogorku Kengesh, e possui 120 membros, eleitos por voto popular para exercer um mandato de sete anos.

POLÍTICA EXTERNA

Por ser um país pequeno e empobrecido, com pouco a oferecer além da localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente (Estados Unidos) e, de maneira crescente, com a China.

O Presidente Atambayev afirmou que a Rússia é o principal parceiro estratégico da República Quirguiz. Nesse sentido, o país já pleiteou oficialmente aderir à União Aduaneira Belarus-Cazaquistão-Rússia. Pragmático, Atambayev vê a integração da economia quirguiz às economias da Rússia e Cazaquistão como a única forma de impulsionar o desenvolvimento econômico de seu país.

No campo político-militar, a República Quirguiz concedeu à Rússia, em 2003, "para uso eterno", uma base militar a apenas 20 km da capital Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas para dar apoio aéreo a 5.000 militares da "Força de Reação Rápida" da Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), organização militar composta pelos membros da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEa) e pela Armênia. Em 2009, o Governo quirguiz firmou com a Rússia acordo para criação de uma nova base militar russa no Vale do Fergana, na fronteira com o Uzbequistão, região marcada por instabilidade política e atividades de extremismo religioso. Em seguida ao anúncio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão declarou profunda insatisfação com a medida, pois a nova

base poderia causar o incremento da militarização na região e dos confrontos étnicos, e ameaçou cortar o suprimento de gás para a República Quirguiz.

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o Governo quirguiz firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em seu território (Manas). Contudo, atendendo a uma antiga reivindicação russa, Atambayev confirmou que seu Governo fechará a base militar dos Estados Unidos em Manas, tão logo termine o acordo bilateral de "leasing" em 2014. Em encontro no início de 2012 com Robert Blake, Subsecretário para Ásia Central e Meridional do Governo norte-americano, Atambayev confirmou-lhe essa decisão, comentando que os US\$ 150 milhões que Bishkek recebe anualmente dos Estados Unidos a título de aluguel "não compensariam os riscos" associados à localização da base militar norte-americana ao lado do principal aeroporto civil do país. Atambayev, justificando sua decisão ao público interno, declarou temer que, à luz dos conflitos militares dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão e da deterioração das relações Estados Unidos - Irã, o aeroporto de Manas poderia eventualmente sofrer ataque, caso a base continue em mãos dos Estados Unidos. Como solução de compromisso, Atambayev estaria oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de utilizar uma instalação civil em conjunto com a Rússia após 2014, para apoiar seus contingentes militares no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, o Governo chinês trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, República Quirguiz e Uzbequistão, e estuda iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1990, a República Quirguiz foi considerada exemplar entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de "reformas de mercado", especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na OMC. Entretanto, as reformas, apoiadas pelos organismos financeiros

internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O índice de desemprego é elevado, e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia mantém-se expressiva (cerca de 10% da população quirguiz trabalha nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, frequentemente sem registro oficial e em condições discriminatórias).

Em relação ao crescimento do PIB, a República Quirguiz possui o pior desempenho entre os países da Ásia Central. Em 2012 houve retração de 0,9%, conforme informações da Divisão de Inteligência Comercial do MRE. O setor agrícola é predominante na economia do país e os principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são o ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é pobre em combustíveis fósseis, e dependente da importação de petróleo e gás natural. A população enfrenta cortes de eletricidade no inverno, e o racionamento de energia atingiu até mesmo a capital. Desta maneira, o Governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidroelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. A República Quirguiz poderá, caso esse programa seja bem conduzido, simultaneamente industrializar-se e obter divisas estrangeiras via exportação de energia elétrica.

O Governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial. Para avançar nesses objetivos, o Presidente Atambayev buscou empréstimos do exterior (que tiveram como garantias a participação estatal na mina de ouro “Kumptor”, avaliada em US\$ 1,5 bilhão).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1998	Acessão à OMC.
2005	O Presidente Askar Akayev renuncia ao cargo após os protestos populares da Revolução das Tulipas. Kurmanbek Bakiyev assume a Presidência interina. Almazbek Atambayev torna-se Primeiro-Ministro.
2007	O Presidente Bakiyev dissolve o Parlamento.
2009	Bakiyev é reeleito Presidente, em eleições antecipadas pelo Parlamento.
2010	Bakiyev renuncia ao cargo após pressão da oposição. Roza Otunbayeva assume a Presidência interina; Conflitos entre quirguizes e uzbeques nas cidades de Osh e Jalalabad deixam quase 500 mortos e centenas de feridos.
2011	Almazbek Atambayev é eleito Presidente.
2012	O Primeiro-Ministro Omurbek Babanov renuncia ao cargo; Zhantoro Satybaldiyev torna-se Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações bilaterais

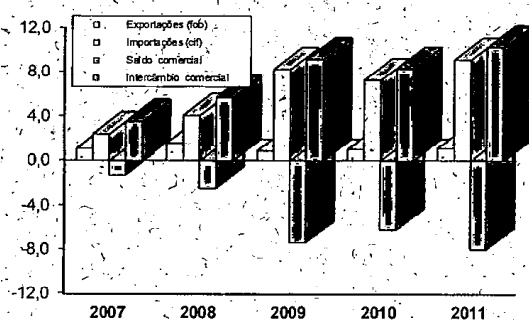
1993	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão à República Quirguiz do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2010	O Governo brasileiro doa US\$ 300 mil em auxílio às vítimas dos conflitos em Osh e Jalalabad.
2012	O Vice-Primeiro-Ministro Djoomart Otorbaev visita o Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a Subsecretária-Geral de Política do MRE à margem do evento.

Dados econômico-comerciais

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,1	1,6	0,9	1,0	1,1	0,8	0,9
Importações (cif)	2,4	4,1	8,2	7,2	9,1	6,5	7,0
Saldo comercial	-1,3	-2,5	-7,3	-6,2	-7,9	-5,7	-6,1
Intercâmbio comercial	3,5	5,7	9,1	8,3	10,2	7,4	7,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

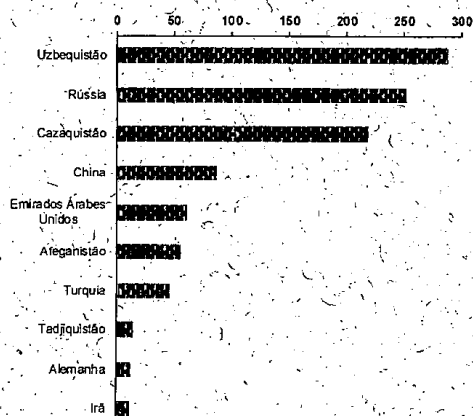


O comércio exterior da República Quirguiz apresentou, em 2011, variação de 188% em relação a 2007, passando de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 10,2 bilhões. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações, que cresceram em 276% entre 2007 e 2011. No ranking do FMI de 2011, a República do Quirguiz figurou como o 140º mercado mundial, sendo o 140º exportador e o 103º importador.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Uzbequistão	289	25,4%	235	26,7%
Rússia	253	22,3%	167	19,1%
Cazaquistão	220	19,4%	190	21,6%
China	89	7,8%	58	6,6%
Emirados Árabes Unidos	63	5,5%	51	5,8%
Afganistão	57	5,0%	46	5,3%
Turquia	47	4,2%	32	3,6%
Tadjiquistão	16	1,4%	14	1,5%
Alemanha	14	1,2%	12	1,4%
Irã	13	1,1%	11	1,3%
...				
Brasil	0,2	0,02%	0,0	0,00%
Subtotal	1.060	93,4%	816	92,9%
Outros países	75	6,6%	62	7,1%
Total	1.135	100,0%	878	100,0%



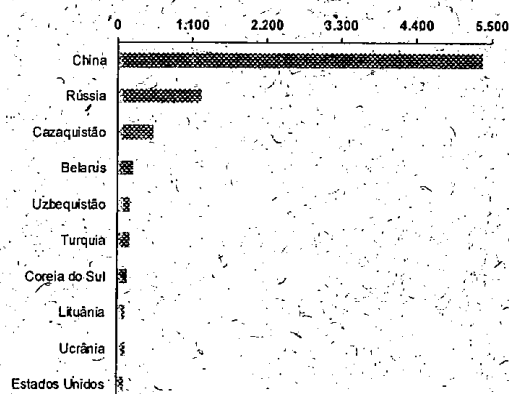
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FIM/ Direction of Trade Statistics, February 2013

As vendas da República Quirguiz são direcionadas em grande parte aos países europeus, que responderam por 77% das vendas em 2011. Individualmente, o Uzbequistão foi o principal parceiro, com 25,4% do total, seguido da Rússia (22,3%); Cazaquistão (19,4%); China (7,8%); Emirados Árabes Unidos (5,8%); Afeganistão (5%); e Turquia (5%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os destinos em 2011.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

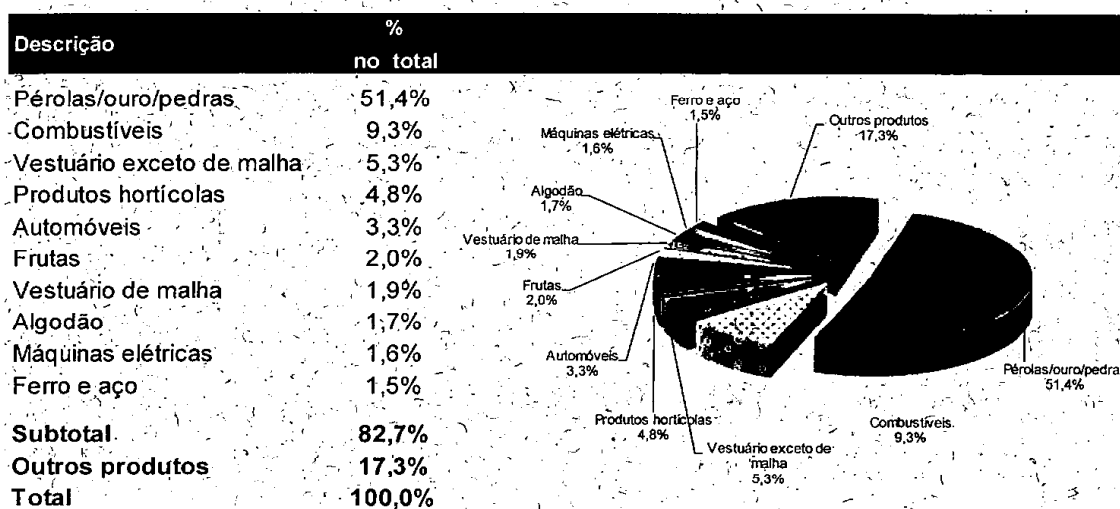
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5.366	59,1%	3.994	57,1%
Rússia	1.248	13,7%	1.070	15,3%
Cazaquistão	558	6,1%	481	6,9%
Belarus	240	2,6%	103	1,5%
Uzbequistão	199	2,2%	163	2,3%
Turquia	198	2,2%	210	3,0%
Coreia do Sul	156	1,7%	137	2,0%
Lituânia	127	1,4%	60	0,9%
Ucrânia	122	1,3%	97	1,4%
Estados Unidos	113	1,2%	114	1,6%
Brasil	7,5	0,1%	4,2	0,1%
Subtotal	8.335	91,8%	6.433	92,0%
Outros países	744	8,2%	557	8,0%
Total	9.078	100,0%	6.990	100,0%



Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A importação da República Quirguiz origina-se principalmente dos países em desenvolvimento da Ásia, sendo a China o principal parceiro, fornecendo 59,1% do total importado em 2011. Em seguida, destacaram-se: Rússia (13,7%); Cazaquistão (6,1%); Belarus (2,6%); Uzbequistão (2,2%); e Turquia (2,2%). O Brasil obteve o 34º lugar entre os principais vendedores para país em 2011, com 0,1% do total.

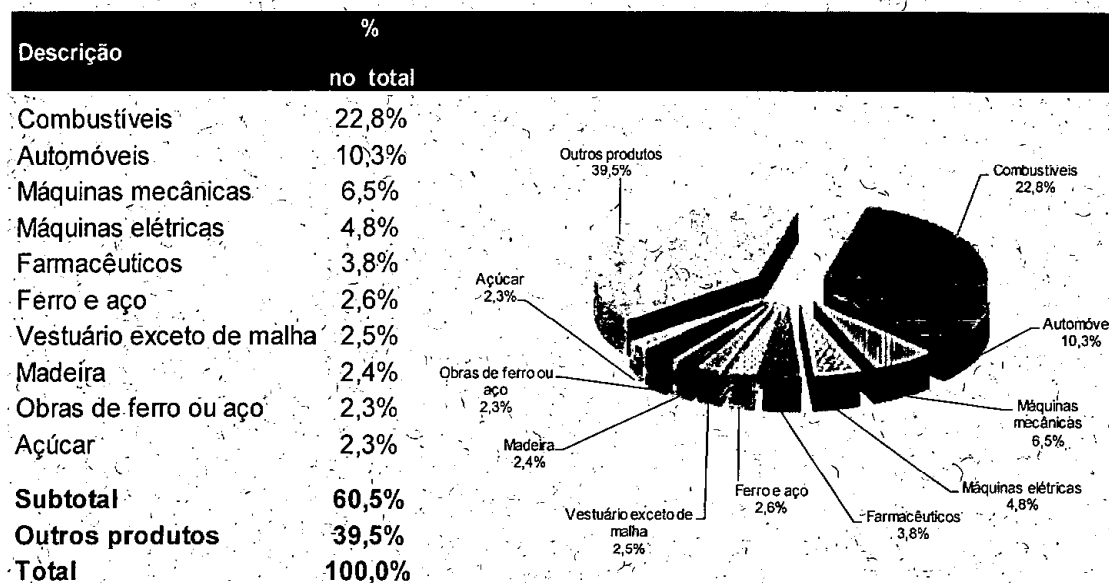
REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A pauta de exportações da República Quirguiz é concentrada em pérolas/ouro/pedras (principalmente ouro em bruto), que representaram 51,4% do total exportado em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9,3%); vestuário exceto de malha (5,3%); produtos hortícolas (4,8%); e automóveis (3,3%).

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

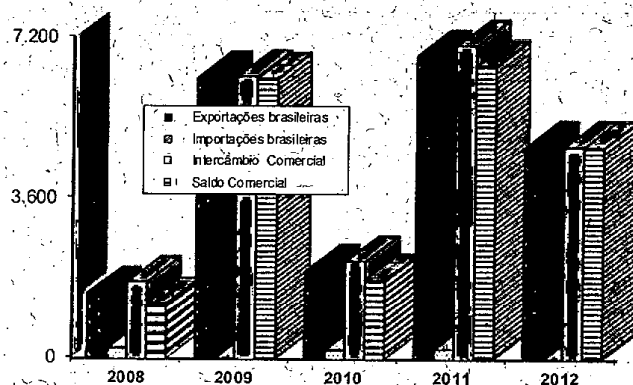
A pauta de importações da República Quirguiz é concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2011, os combustíveis, automóveis, máquinas e produtos farmacêuticos representaram 48,3% do total. Seguiram-se: ferro e aço (2,6%); vestuário exceto de malha (2,5%); madeira (2,4%); obras de ferro ou aço (2,3%); açúcar (2,3%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	1.491	6.323	2.003	6.807	4.777
Varição em relação ao ano anterior	-30,6%	324,1%	-68,3%	239,8%	-29,8%
Importações brasileiras	240	21	205	225	3
Varição em relação ao ano anterior	-24,5%	-91,3%	876,2%	9,8%	-98,5%
Intercâmbio Comercial	1.731	6.344	2.208	7.032	4.780
Varição em relação ao ano anterior	-29,8%	266,5%	-65,2%	218,5%	-32,0%
Saldo Comercial	1.251	6.302	1.798	6.582	4.774

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a República Quirguiz posicionou-se como 174º parceiro comercial, sendo o 161º na exportação e o 211º na importação. Entre 2008 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 176%, passando de US\$ 1,7 milhão para US\$ 4,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 220% e as importações caíram em 99%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US\$ 4,8 milhões.

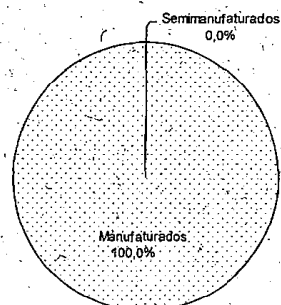
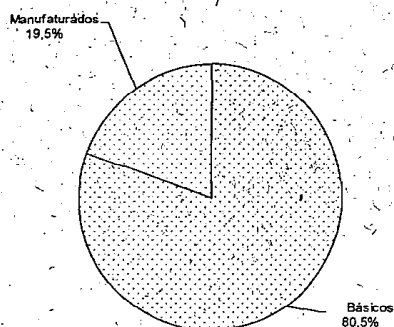


BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob (2012)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	3.844	80,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	933	19,5%	3	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	4.777	100,0%	3,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a República Quirguiz são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 80,5% das vendas em 2012 (com destaque para carnes de frango e suína), seguidos dos manufaturados com 19,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para outros metais comuns e logo após os manufaturados com 37%, com destaque para produtos químicos e borracha.



BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Rep. Quirguiz, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	568	3.938	3.764	78,8%	
Preparações de carnes	191	241	857	17,9%	
Fumo	1.244	1.770	80	1,7%	
Subtotal	2.003	5.949	4.701	98,4%	
Outros produtos	0	858	76	1,6%	
Total	2.003	6.807	4.777	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

A pauta de exportações brasileiras para a República Quirguiz é concentrada em carnes, sobretudo carne de frango e suína. Em 2012, as carnes "in natura" representaram 78,8% do total, seguidas das preparações de carnes (17,9%); e fumo (1,7%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Rep. Quirguiz, 2012
			Valor	% no total	
Químicos orgânicos	0,0	0,0	2,2	64,1%	
Borracha	1,5	82,6	1,0	29,4%	
Outros metais comuns	0,0	142,0	0,0	0,0%	
Subtotal	1,5	224,6	3,2	93,5%	
Outros produtos	203,5	0,4	0,2	6,5%	
Total	205,0	225,0	3,4	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

A pauta de importações brasileiras originárias da República Quirguiz foi composta basicamente por dois grupos de produtos em 2012: químicos orgânicos (propilparabeno) (64,1%); e borracha (29,4%).

Aviso nº 188 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

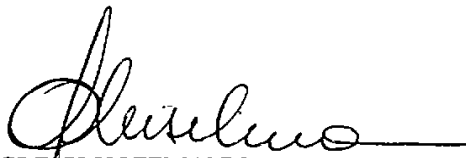
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 26, de 2013 (Mensagem nº 129, de 8 de abril de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto do Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). À luz disso damos início à análise curricular do indicado, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo MRE.

Consta no documento que o Ministro Marcus Camacho Vincenzi entrou para o Curso Preparatório à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco, em 1966, tendo se tornado Terceiro Secretário no ano seguinte e ascendido à atual condição de Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2009.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a Assistência da Divisão da África (1969), da Divisão de Produtos de Base (1970), da Divisão de Política Comercial (1972), do Departamento de Organismos Internacionais (1980); a assessoria internacional da Vice-Presidência da República (1990); e a chefia do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro (2008).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Washington (1972); junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (1976); em Bogotá (1984 e 1998); em Londres (1987); em Nova Iorque (1995); em Beirute (2002); e em Londres (2011).

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador, a Dinamarca, é uma monarquia constitucional com 99% de índice de alfabetização e expectativa de vida de 78,8 anos. A estimativa é de que três mil brasileiros vivem na Dinamarca.

A cooperação bilateral é promissora no âmbito acadêmico (sobretudo em face do programa Ciência Sem Fronteiras), nas áreas de energia renovável, mudança climática e agropecuária. No âmbito do concerto político, as posições brasileira e dinamarquesa nos fóruns internacionais são coincidentes.

No âmbito comercial, as exportações brasileiras para a Dinamarca são compostas em 70% por produtos manufaturados; em 26%, básico; em 4%, semifaturados. Quanto às importações provenientes da Dinamarca, elas são, em mais de 99%, compostas por produtos farmacêuticos. Segundo dados do Banco Central, os investimentos diretos dinamarqueses no Brasil somaram US\$ 483 milhões, ao passo que o Brasil investiu US\$ 156 milhões naquele país. Somam dez o número de empresas dinamarquesas no Brasil e dois o número de empresas brasileiras na Dinamarca.

No que atine à Lituânia, trata-se de democracia parlamentarista que conta com a figura de uma Presidente, como no Brasil. Seu poder legislativo é unicameral, o índice de alfabetização é de 99,78% e a maioria da população é católica.

Assim como a Dinamarca, a Lituânia possui posições coordenadas no campo internacional com o Brasil, apoiando-o em seus

principais pleitos nos fóruns internacionais, assim como comércio bilateral em consistente aumento nos últimos anos.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 26, DE 2013

(nº 129, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Os méritos do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de abril de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma assinatura principal e uma assinatura secundária abaixo dela.

EM nº 00086/2013 MRE

Brasília, 22 de Março de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00086 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

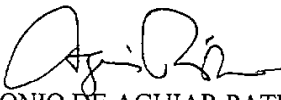
Brasília, 22 de março de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *MARCUS CAMACHO DE VINCENZI***

CPF.: 239.970.601-34

ID.: 8610 MRE

1946 Filho de Oscar Raphael Castro e Silva de Vincenzi e Dora Yedda de Vincenzi, nasce em 21 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1966 CPCD - IRBr

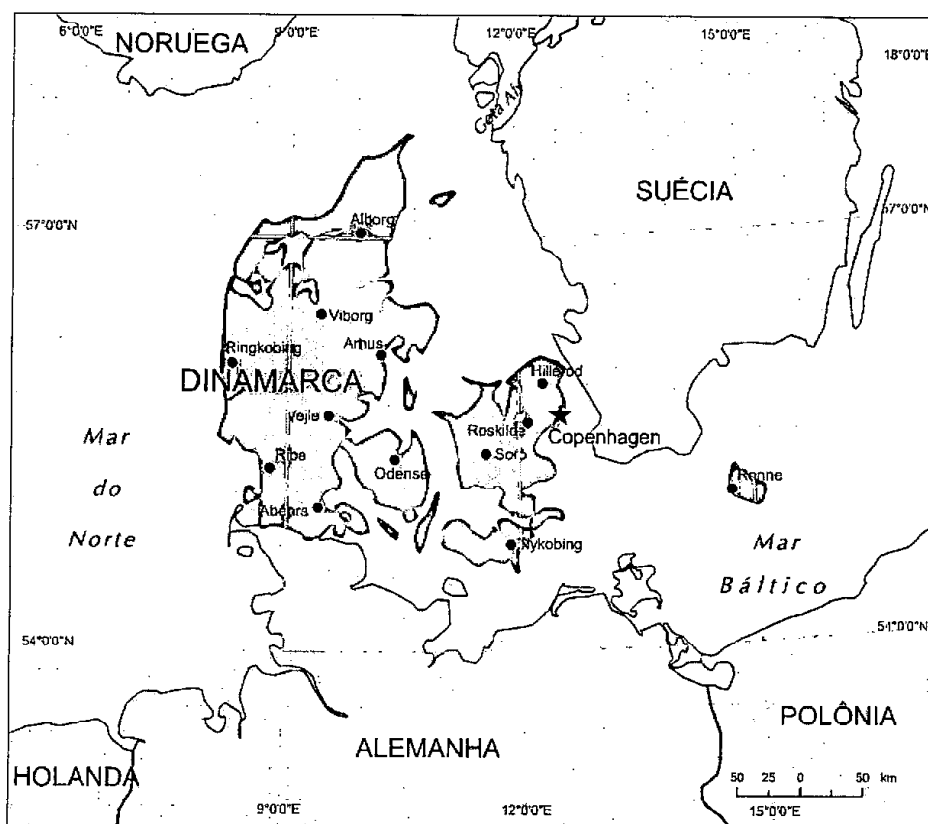
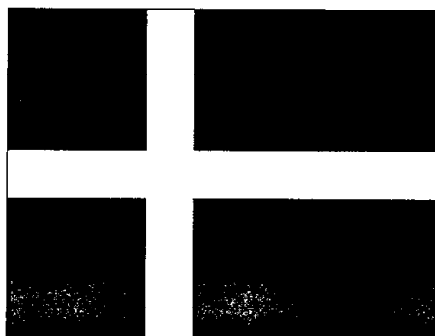
Cargos:

1967 Terceiro Secretário
1971 Segundo-Secretário
1977 Primeiro-Secretário
1981 Conselheiro
1990 Ministro de Segunda Classe
1994 Ministro de Primeira Classe
2009 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1967 Cerimonial, Assistente
1969 Divisão da África, Assistente
1970 Divisão de Produtos de Base, Assessor
1972 Divisão de Política Comercial, Assessor
1972 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
1976 Missão junto à ALALC, Montevidéu, Segundo e Primeiro-Secretário
1980 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
1984 Embaixada em Bogotá, Conselheiro
1987 Embaixada em Londres, Conselheiro
1990 Vice-Presidência da República, Assessor Internacional
1992 Presidência da República, Cerimonial, Chefe
1995 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral
1998 Embaixada em Bogotá, Embaixador
2002 Embaixada em Beirute, Embaixador
2005 Consulado-Geral em Munique, Cônsul-Geral
2008 Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, Chefe
2011 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REINO DA DINAMARCA**

**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Dinamarca
CAPITAL	Copenhague
ÁREA	43.094 km ² , mais 1.399 km ² das Ilhas Féroe e 2.166.086 km ² da Groenlândia
POPULAÇÃO (2012)	5,58 milhões de habitantes, mais 57.695 na Groenlândia e 49.483 nas Ilhas Féroe
IDIOMA OFICIAL	Dinamarquês (o feroês, o groenlandês e o alemão são línguas regionais; 86% dos dinamarqueses falam inglês como língua estrangeira)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Igreja Evangélica Luterana da Dinamarca (74% – religião oficial do país); ateus (20%); outros cristãos (3%); muçulmanos (3%);
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (<i>Folketinget</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (desde outubro de 2011; Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Villy Søvndal (Partido Socialista Popular)
PIB NOMINAL (2012)	US\$ 311,5 bilhões
PIB PPP (2012)	US\$ 231,7 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2012)	US\$ 55.625
PIB PPP PER CAPITA (2012)	US\$ 41.378
VARIAÇÃO DO PIB	-0,4% (2012); 0,9% (2011); 2,1% (2010); -5,2% (2009)
IDH (2012)	0,901 (14ª posição entre 185 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA (2012)	78,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2012)	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (DEZ/2012)	6,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa dinamarquesa
EMBAIXADOR DA DINAMARCA EM BRASÍLIA	Svend Roed Nielsen
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2011)	3 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	292,6	316,2	389,2	487,4	636,8	777,0	609,0	911,8	1.140,9	1.168,6
Exportações	107,3	128,1	151,9	219,9	279,5	320,3	257,8	367,7	408,1	446,6
Importações	185,3	188,1	237,3	267,5	357,3	456,7	351,2	544,1	732,8	721,9
Saldo	-78,0	-60,0	-85,4	-47,6	-77,8	-136,4	-93,4	-176,4	-324,7	-275,3

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rainha Margrethe II da Dinamarca

A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, e remonta ininterruptamente ao século X. A família real da Dinamarca pertence à Casa de Gluecksborg, inaugurada por Christian IX (1863-1906).

Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 16 de abril de 1940, em Amalienborg, filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid. Seu aniversário é a data nacional da Dinamarca.

Casou-se em 1967 com o diplomata francês Henri-Marie-Jean-André, Conde de Laborde de Monpezat, hoje Príncipe Henrik. São filhos do casal o Príncipe Herdeiro Frederik (nascido em 1968) e o Príncipe Joachim (nascido em 1969).

Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Integra o Conselho de Estado desde 1958 e é Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas.

A Rainha Margrethe II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciências Políticas na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na *London School of Economics*.

A Rainha e sua família – composta pelo Príncipe Consorte, Henrik, seus dois filhos, Frederik e Joachim, e sua nora, Princesa Alexandra – desfrutam de elevado prestígio no país. A Rainha não tem intenção de abdicar em favor do Príncipe Herdeiro, tendo manifestado em diversas ocasiões que pretende “cumprir com essa obrigação até que chegue o meu fim”.

Antes de seu casamento, visitou o Brasil, em 1966. A Rainha Margrethe II realizou visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que viajou a Brasília, Foz do Iguaçu, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Helle Thorning-Schmidt
Primeira-Ministra da Dinamarca

Helle Thorning-Schmidt, líder do Partido Social-Democrata, é a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra da Dinamarca.

Nasceu em 1966 e formou-se em ciência política pela Universidade de Copenhague. Estudou no Colégio Europeu de Bruges, onde conheceu seu marido, Stephen Kinnock, filho do político trabalhista britânico Neil Kinnock. Casaram-se em 1996 e têm duas filhas.

Helle Thorning-Schmidt iniciou sua carreira como consultora da Confederação Dinamarquesa de Sindicatos. Ingressou no Parlamento em 1999 e, em 2005, foi eleita líder do Partido Social-Democrata, então na oposição.

Sua eleição para a liderança do partido ocorreu em momento difícil para os social-democratas. O Partido, tradicionalmente o maior do país, havia perdido apelo junto ao centro do eleitorado e precisava recuperar espaço. Thorning-Schmidt, assim, foi escolhida como alguém que poderia aproximar o partido da classe média. A estratégia surtiu efeito e Thorning-Schmidt levou o partido à vitória nas eleições de 2011.

Villy Søvndal
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca

Villy Søvndal nasceu em 4 de abril de 1952, em família de pequenos agricultores, no pequeno vilarejo de Linde, na região da Jultândia. Em 1976, iniciou estudos de magistério no Seminário de Kolding, vindo a se formar em 1980. Entre 1980 e 1992, Villy Søvndal lecionou na escola municipal de Kolding.

Sua carreira política iniciou-se em 1982, quando foi eleito para a Câmara Municipal de Kolding. Ali, presidiu a Comissão de Temas Sociais por muitos anos. Foi Diretor do Fundo de Pensão dos Pedagogos entre 1991 e 1994, quando foi eleito para o Parlamento, onde foi Porta-Voz de Defesa e Políticas Sociais do Partido Socialista-Popular (SF). Em 2005, Søvndal assumiu a liderança do partido. As suas habilidades comunicativas levaram a um crescimento constante do SF, que teve em 2007 seu melhor desempenho eleitoral, quando o partido cresceu de 11 para 23 assentos. Nas eleições de setembro de 2011, porém o partido obteve apenas 16 assentos, tendo parte de seus eleitores migrado, aparentemente, para o Partido Radical e para a Lista Unitária, agremiação mais à esquerda.

Esse resultado forçou os Socialistas-Populares a ceder influência em assuntos econômicos no Governo para o Partido Radical, agremiação de centro, mantendo terreno na área externa com a nomeação de Søvndal para a Chancelaria.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais do Brasil com a Dinamarca são tradicionalmente cordiais. Ambos os países compartilham valores no plano internacional, e a Dinamarca apoia a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O aspecto econômico-comercial do relacionamento tem especial relevo.

Recentemente, tem sido digno de nota o interesse mútuo no desenvolvimento de parcerias na área de ciência, tecnologia e inovação. Foi assinado, em fevereiro de 2011, Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e seu congênere dinamarquês para cooperação nas áreas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação. A Ministra da Ciência e da Tecnologia da Dinamarca realizou missão ao Brasil, em março de 2011.

Universidades dinamarquesas têm manifestado interesse pelo Programa Ciência sem Fronteiras. No segundo semestre de 2012, havia pouco mais de 30 brasileiros realizando pesquisa ou parte de seus cursos de graduação ou pós-graduação em universidades dinamarquesas, no âmbito do Programa.

Entre 2007 e 2009, o crescente interesse mútuo culminou em sequência de visitas: em abril de 2007, o então Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen visitou o Brasil e, em setembro do mesmo ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Dinamarca. Em 2009, o Presidente Lula esteve por duas vezes na Dinamarca (outubro e dezembro) para participar da escolha da sede das Olimpíadas de 2016, e da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), respectivamente.

No campo da política externa, há ampla faixa de coincidência e afinidades entre as posições de ambos os países. Brasil e Dinamarca partilham os ideais de coexistência internacional, defendendo a solução pacífica de controvérsias e valorizando o papel de organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação internacional. De modo geral, a Dinamarca tem dado apoio regular a candidaturas brasileiras em organismos internacionais, inclusive a um assento permanente no CSNU. A Dinamarca, inclusive, copatrocinou projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59ª AGNU sobre reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Os setores empresariais do país têm claro interesse pela exportação de seus produtos para a crescente classe média brasileira. Diante dos efeitos da atual crise financeira, a Dinamarca vem dando prioridade ao relacionamento com os BRICS, como forma de abrir novos mercados e equilibrar as contas do país. O foco comercial está nitidamente retratado pela recente visita ao Brasil do Príncipe

Herdeiro Frederik, de 16 a 21 de setembro de 2012, acompanhado de expressiva delegação empresarial.

Por ocasião da Rio+20, em junho de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro bilateral com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt. Além dos temas multilaterais, as duas Chefes de Governo demonstraram interesse mútuo no aprofundamento da cooperação tecnológica, científica e educacional, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras. A PM Thorning-Schmidt ressaltou ainda o interesse dinamarquês no envolvimento do Brasil no “Global Green Growth Forum – 3GF”, voltado para parcerias no âmbito da “economia verde”.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

As relações de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre o Brasil e a Dinamarca são regidas pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em junho de 1986 e em vigor desde 1989.

Foram assinados entre os dois países, em 2007, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética e o Memorando de Cooperação nas Áreas de Mudança do Clima e Desenvolvimento de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Em fevereiro de 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MCTI e o MEC brasileiros e o Ministério da Ciência, Inovação e Educação Superior dinamarquês, com vistas a dinamizar a cooperação na área.

Foi assinado, ainda, em outubro de 2011, Memorando de Entendimento entre a CAPES e o Conselho das Universidades da Dinamarca. O documento prevê, como um de seus objetivos, a promoção de pesquisas científicas conjuntas, assim como a mobilidade de cientistas e pesquisadores. O Memorando ampara o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de ambos os países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

A área de Ciência de Alimentos é uma das mais promissoras do relacionamento bilateral em CT&I. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Dinamarquesa de Ciência, Tecnologia e Inovação (DASTI) já mantêm cooperação nessa área, tendo identificado quatro eixos potenciais para a ação conjunta: pós-colheita, compostos bioativos, percepção do consumidor e produtos orgânicos de origem animal.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Conselho Dinamarquês para Pesquisa Estratégica (DCSR) também mantêm cooperação nessa área, da qual resultaram dois editais de pesquisa conjunta.

Comércio Bilateral

O aumento contínuo da renda oriunda do setor exportador é uma das principais diretrizes da economia dinamarquesa. No caso do comércio com o Brasil, a estratégia dinamarquesa parece estar colhendo frutos. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 50%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 777 milhões, para US\$ 1,2 bilhão. A participação da Dinamarca no comércio exterior brasileiro foi de 0,25% em 2012. A Dinamarca foi o 54º parceiro comercial brasileiro em 2012.

As exportações brasileiras para a Dinamarca são compostas em 70% por produtos manufaturados, seguidos dos básicos, com 26%, e dos semimanufaturados, com 4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade, 99,3% do total em 2011. Produtos farmacêuticos (na sua maioria, medicamento contendo insulina, em doses) e resíduos das indústrias alimentares (na sua maioria, bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja) são os principais grupos de produtos exportados para a Dinamarca. Em 2012, os dois grupos juntos somaram 79% das vendas brasileiras. Destacaram-se, ainda, café/chá (5%); e madeira (4%).

O principal produto do comércio bilateral Brasil-Dinamarca é a insulina, o que se deve ao comércio intrafirma da multinacional dinamarquesa Novo Nordisk, que tem fábrica em Minas Gerais.

Os dez principais grupos de produtos importados dos dinamarqueses pelo Brasil representaram 93% do total da pauta de 2012. Destacaram-se: máquinas mecânicas (19%); produtos farmacêuticos (18%); químicos orgânicos (14%); produtos diversos das indústrias químicas (11%); instrumentos médicos e de precisão (9%); e máquinas elétricas (9%).

Em 2012, as exportações brasileiras para Dinamarca cresceram 9,45% em relação a 2011, de US\$ 408,07 milhões para US\$ 446,64 milhões. As importações brasileiras originárias da Dinamarca, em 2012, decresceram 1,5% em relação a 2011, de US\$ 732,8 milhões para US\$ 721,97 milhões.

Segundo dados do MDIC de 2011, 365 empresas efetivaram vendas para Dinamarca, com destaque para Novo Nordisk Farmacêutica, Amaggi (agronegócio) e Usina de Açúcar Santa Terezinha, ao passo que cerca de 1.540 empresas brasileiras compraram produtos dinamarqueses, entre as quais se destacaram a Novo Nordisk Farmacêutica, a Vestas (aerogeradores) e a Lundbeck Farmacêutica.

Desde 1999 o saldo da balança comercial é desfavorável ao Brasil, com déficits de US\$ 93,4 milhões em 2009, US\$ 176,4 milhões em 2010, US\$ 324,7 milhões em 2011 e US\$ 275,3 milhões em 2012.

A empresa dinamarquesa Novozymes A/S, uma das principais empresas de produção de enzimas industriais do mundo, anunciou, em julho de 2010, a assinatura de memorando de entendimento com a brasileira Dedini S/A, a fim de

facilitar a produção de etanol de celulose no Brasil. Ademais, firmou, em outubro de 2010, acordo de cooperação com a Petrobras para o desenvolvimento de etanol a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

Investimentos

Os ingressos de investimento direto da Dinamarca no Brasil, em 2012, somaram US\$ 483 milhões, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB). As principais empresas dinamarquesas que investem no Brasil são: Moller-Maersk (logística); Exact Invest e Brazilian Development (investimentos imobiliários); Novo Nordisk, Novozymes e Leo Pharma (medicamentos); GN Netcom (telecomunicações); Targit Brasil (consultoria); e Vestas (equipamentos para geração de energia eólica). Além delas, destacaram-se, na última década (2001-2011), os investimentos dinamarqueses no setor de petróleo e gás natural.

O Brasil investiu US\$ 156 milhões na Dinamarca em 2011 e US\$ 20 milhões em 2012. O alto custo da mão-de-obra, a elevada carga tributária e a reduzida dimensão do mercado local são dificuldades impostas à internacionalização das empresas brasileiras em direção à Dinamarca. A Metalfrio e a Stefanini são empresas brasileiras que investem no mercado dinamarquês.

Em julho de 2011, a empresa dinamarquesa A.P. Moller - Maersk recebeu autorização das autoridades brasileiras para compra integral das ações da empresa SK do Brasil Ltda, pelo valor de US\$ 2.4 bilhões. Essa aquisição garantiu à Maersk participação em três campos de prospecção costeira: 40% do BM-C-008, campo Polvo, operado pela BP; 27 % do BM-C-032, com três descobertas em Itaipu, operado pela BP; e 20% do BM-C-030, Wahoo, operado pela Anadarko. A Maersk detém participação em outros campos e, com esta aquisição, fortalece a política de tornar a subsidiária brasileira, nas palavras do Diretor Jakob Thomason, em "área central para a Maersk Oil".

Empresas dinamarquesas no Brasil

MOLLER-MAERSK: Empresa de grande porte do setor de logística, presente no Brasil desde 1913, atua na fabricação e transporte de contêineres, operação de terminais portuários, perfuração e exploração de petróleo. Atualmente, além do transporte internacional de cargas, sobretudo entre o Brasil e Ásia, a empresa também opera no ramo de navegação de cabotagem, com três navios que ligam o Sul-Sudeste do Brasil a Manaus, e na operação de terminais nos principais portos do país. Como prestadora de serviços, a companhia dinamarquesa oferece apoio às plataformas de petróleo da Petrobras.

EXACT INVEST: Opera no ramo de financiamento de projetos imobiliários, principalmente unidades habitacionais voltadas para a classe média, além de Shopping Centers. Possui filial em Fortaleza.

FALCK NUTEC BRASIL: Empresa do grupo Falck, de bandeira dinamarquesa, com 103 anos de atividades ininterruptas, e atua no mercado com 23 filiais em 16 países. É a maior provedora mundial de treinamentos em segurança marítima. No Brasil, a Falck Nutec está sediada, desde 2005, na cidade de Macaé-RJ, somando até o momento quase 90 mil treinamentos realizados no período, para todas as bacias que compõem o complexo petrolífero nacional.

BRAZILIAN DEVELOPMENT: Empresa atuante em investimentos imobiliários residenciais e comerciais, com atividades centradas em Fortaleza, especializada em imóveis com padrão arquitetônico diferenciado, design escandinavo, dotados de sistemas integrados de tecnologia e neutros em termos de emissões de dióxido de carbono.

NOVO NORDISK: Fabricante de medicamentos para diabetes. Presente no Brasil desde 1990, a Novo Nordisk consolidou sua presença no país em 2002, quando comprou o laboratório de produção de insulina Biobrás. Inaugurou, em 2007, fábrica de insulinas em Minas Gerais, com investimentos de cerca de US\$ 200 milhões.

NOVOZYMES: Produtora de enzimas e processos enzimáticos, a empresa instalou, em 1989, unidade industrial em Araucária, Paraná.

GN NETCOM: Empresa do setor de telecomunicações, fabricante de acessórios para celulares, telefones fixos, computadores e call centers, abriu centro de comercialização e distribuição no Brasil em 2011.

TARGIT BRASIL: Prestadora de serviços de consultoria em “business intelligence”, estabeleceu subsidiária no Brasil em 2010.

VESTAS: Fabricante de equipamentos de geração de energia eólica, estabeleceu parceria com o grupo espanhol Gonvarri para construir torres eólicas em Pernambuco. Além disso, a empresa prevê, até o final de 2011, a entrada em funcionamento de fábrica de montagem de nacelles (a estrutura no topo da torre onde ficam as turbinas geradoras), em Fortaleza.

LEO PHARMA: Laboratório farmacêutico especializado no desenvolvimento de produtos para tratamento dermatológico, instalou filial no Brasil em 2009, voltada para distribuição de seus produtos, com investimento inicial de US\$ 7,5 milhões e planos de investir cerca de 70 milhões até 2015 na expansão da companhia.

Empresas brasileiras na Dinamarca

METALFRIO SOLUTIONS: A empresa do setor de refrigeração comercial possui escritório de vendas e centro de distribuição em Aalestrup. Em 2006, a Metalfrio adquiriu ativos localizados na Dinamarca anteriormente pertencentes à Caravell, parte de um dos grupos mais tradicionais deste setor no mundo.

STEFANINI: Empresa prestadora de serviços e soluções para informática e consultoria, com sede em Jaguariúna/SP. Possui escritório na Dinamarca desde 2010.

Eventos e missões de promoção de investimentos

Em junho de 2011, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, manteve encontro com o então Ministro de Economia e Negócios da Dinamarca, Brian Mikkelsen. Foram tratados na reunião, dentre outros assuntos, investimentos produtivos em alta tecnologia (indústria farmacêutica, química fina, processamento de alimentos e logística), bem como cooperação em energia, óleo e gás.

O Ministro Pimentel ressaltou os setores de portos, aeroportos e logística como áreas com significativo potencial de contribuição para investimentos dinamarqueses no Brasil. Os Ministros brasileiro e dinamarquês referiram-se à conveniência de que seja assinado Memorando de Entendimento para promover a cooperação bilateral, por meio do qual seria criado Grupo de Trabalho sobre comércio e investimentos. Os termos do acordo estariam em fase final de negociação.

Assuntos Consulares

Segundo dados do controle de estrangeiros do Estado dinamarquês, havia pouco mais de 3 mil brasileiros residentes no país, em 2011. Cerca de 90% desse universo é composto por mulheres casadas com cidadãos dinamarqueses. Em sua maior parte, trata-se de contingente com nível intermediário de escolaridade. Sua integração à vida dinamarquesa apresenta níveis bastante satisfatórios, notadamente no que se refere ao acesso a serviços básicos de saúde e educação infantil.

O número de vistos temporários de trabalho emitidos pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil em Copenhague chegou a cerca de 500 ao ano, em 2011 e 2012.

POLÍTICA INTERNA

O atual Governo, que assumiu em outubro de 2011, é sustentado por coalizão heterogênea de centro-esquerda, cuja coordenação tem se mostrado um desafio para a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (do Partido Social-Democrata): equilibrar os interesses do Partido Radical (de centro) - cujo programa é mais próximo dos partidos de centrodireita, agora na oposição – com os do Partido Socialista-Popular, dissidência do Partido Comunista Dinamarquês que pela primeira vez em sua história integra um Governo. Some-se a isso o fato de se tratar de Governo de minoria, que para passar legislação no Parlamento necessita do apoio da Lista Unitária, agremiação de extrema-esquerda.

A Dinamarca conta com um sistema político multipartidário, no qual, desde 1909, nenhum partido conseguiu obter a maioria isoladamente. Apenas quatro gabinetes contaram com a maioria no Parlamento desde a Segunda Guerra Mundial.

Há 179 cadeiras no Parlamento. Os parlamentares são eleitos por meio de eleição geral, realizada a cada quatro anos (ou menos, se o Governo for dissolvido antes). 175 parlamentares são eleitos na Dinamarca, dois, nas Ilhas Faroe e dois, na Groenlândia.

A composição atual do parlamento dinamarquês é a seguinte: os social-democratas (44 assentos), os social-liberais (17 assentos) e o Partido Socialista do Povo (16 assentos) compõem a coalizão de Governo, de orientação de centro-esquerda. O Partido Liberal foi o líder da coalizão do Governo anterior e é o partido de maior bancada (47 assentos), mas não conseguiu formar coalizão que lhe permitisse governar. Há, ainda, o Partido do Povo Dinamarquês (22 assentos), de extrema direita; a Lista Unitária (12 assentos), de extrema esquerda; a Aliança Liberal (9 assentos) e os Conservadores (8 assentos), ambos de direita. Por fim, dois representantes eleitos por partidos das Ilhas Faroe e dois, por partidos groenlandeses.

Diante da necessidade de manter a coalizão, Thorning-Schmidt viu-se obrigada a manter as linhas gerais da política econômica do Governo anterior, que contava com o apoio do Partido Radical e cuja manutenção fora condição para a participação deste partido na coalizão. Na prática, o Partido Radical detém o controle da área econômica, criando assim uma esfera de atrito com o Partido Socialista Popular e a Lista Unitária.

O afastamento do Partido SD de sua linha de atuação histórica vem corroendo o relacionamento do partido com seus tradicionais aliados, os grandes sindicatos de trabalhadores.

Por seu turno, a participação, pela primeira vez, do Partido Socialista-Popular numa coalizão de Governo também teve custos. O Chanceler Villy Søvndal perdeu, recentemente, a liderança do partido e políticos que o apoiavam perderam pastas ministeriais.

A fim de equilibrar as contas públicas e obedecer a acordos europeus, o Governo procedeu a cortes impopulares em benefícios como o auxílio-desemprego e auxílio-doença (que ainda são generosos) e os pacotes de políticas pró-emprego lançadas em 2012 não surtiram efeito: o desemprego em 2012 foi maior que o esperado.

Nesse cenário, há chances de que as próximas eleições tenham lugar antes do previsto.

Groenlândia

A Groenlândia tem ampla autonomia política e administrativa, mas sua política externa e de defesa são conduzidas pelo Reino da Dinamarca. O atual arranjo foi definido pela Lei de Autonomia da Groenlândia, de 2009. O Governo groenlandês conta com escritórios de representação em Copenhague e em Bruxelas (junto à União Europeia).

Na medida em que o tema do Ártico ganha proeminência na agenda internacional, o papel da Groenlândia, suas perspectivas de desenvolvimento e seu relacionamento com a Dinamarca vêm sendo revistos. As principais fontes de divisas da Groenlândia provêm das exportações de frutos do mar e das transferências unilaterais de recursos da Dinamarca. As mudanças climáticas ameaçam afetar negativamente a indústria pesqueira groenlandesa, mas podem facilitar a navegação, o que, somado a descobertas de recursos minerais, apresenta novas perspectivas para o desenvolvimento da região. Até muito recentemente, a opinião corrente na Dinamarca era de que a Groenlândia era mero destino de benefícios sociais. Agora, é o acesso do país à região ártica.

Em 2012, apenas um projeto expressivo de extração mineral (ouro) estava em operação na Groenlândia, mas dois outros grandes projetos estavam em fase pré-operacional: um de alumínio, com investimentos de cerca de US\$ 4 bilhões para a produção de 400 mil toneladas ao ano, a cargo da gigante norte-americana ALCOA; e outro, administrado por mineradora sediada em Londres (com financiamento chinês), implicará investimentos da ordem de US\$ 2,2 bilhões para a produção de 15 mil toneladas anuais de minério de ferro. Os projetos esbarram na falta de mão-de-obra qualificada e nos altos custos (salários, transporte e infraestrutura).

As perspectivas de exploração de petróleo e gás na região têm chamado o interesse da comunidade internacional. Estima-se haver reservas de petróleo na Baía de Baffin, entre a Groenlândia e o Canadá, da ordem de 17 bilhões de barris, e haveria no nordeste do território groenlandês reservas estimadas de 31 bilhões de barris. Diversos blocos exploratórios foram licitados nos últimos anos, com preferência do Governo local por grandes operadoras internacionais.

O Premier da Groenlândia Kuupik Vandersee Kleist proferiu discurso ao corpo diplomático acreditado junto ao Reino da Dinamarca, em 7 de janeiro de 2013, e afirmou que a mineração deverá contribuir para diversificar e infundir resiliência na economia de sua nação. Dada a necessidade de uso de mão-de-obra estrangeira, anunciou que seu Governo apresentará ao Parlamento dinamarquês, em 2013, proposta de alteração da lei que rege a imigração para aquela região. Na presença do Chanceler dinamarquês Villy Søvndal, celebrou as aspirações de maior autonomia e o desejo de exercer a autodeterminação e de ter uma relação entre iguais com a Dinamarca.

O renovado interesse internacional ficou demonstrado pelas visitas dos 27 embaixadores da União Europeia à Groenlândia, durante a presidência dinamarquesa da UE, como também do Presidente coreano Lee Myung-bak, acompanhado de ampla delegação ministerial, em setembro de 2012. O Premier groenlandês reciprocou a visita e foi a Seul em dezembro de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Dinamarca é condicionada por sua condição de país relativamente pequeno cercado por vizinhos poderosos. A ênfase está dirigida tradicionalmente a garantir a segurança do país e projetar seus valores no exterior. Desenvolve-se pela presença do país na OTAN e na União Europeia, além de sua atuação na ONU. No plano regional, têm importância os fortes laços com os vizinhos nórdicos e os países bálticos.

O Governo liberal-conservador que esteve no poder de 2001 a 2011 conduziu política externa de maior alinhamento com os Estados Unidos, certo distanciamento da Europa e menor interesse relativo no engajamento tradicional nos projetos de ajuda ao desenvolvimento. Tornou os requisitos para a imigração ainda mais restritivos. Tendeu a um relativo desengajamento diplomático, com a concentração de recursos materiais e humanos em projetos de natureza doméstica, ao mesmo tempo em que demonstrou crescente ativismo militar externo, tendo participado das intervenções no Afeganistão e no Iraque.

O atual Governo, que assumiu em outubro de 2011, não alterou as tradicionais linhas gerais da política externa dinamarquesa: participação ativa no âmbito da União Europeia e ênfase nos laços de segurança transatlânticos, notadamente na OTAN. Os principais focos da atenção internacional da Dinamarca são Washington e Bruxelas, pelo lado político, e Berlim, pelo lado econômico.

A grande mudança de ênfase do atual Governo diz respeito à participação da Dinamarca em operações militares no exterior. Diferentemente da missão no Iraque, que não contou com mandato das Nações Unidas, a nova orientação é de somente participar de exercícios explicitamente autorizados pela ONU.

Em 2012, como resultado do impacto da crise europeia no país, a Chancelaria dinamarquesa efetuou profundo corte de gastos, com demissões e programas de demissão voluntária; redução do número de divisões no seu organograma; fechamento de Embaixadas no exterior e substituição, nas missões no exterior, de funcionários enviados da Dinamarca por contratados locais.

A retórica dos Governos anterior e atual é de apoiar a maior presença das empresas dinamarquesas nos mercados dos grandes países em desenvolvimento - especialmente Brasil, Índia e China.

Em sua apresentação, Grube indicou as seguintes prioridades para a política externa dinamarquesa em 2013: relações com a Ásia, Oriente Médio e países da "Primavera Árabe", sua presença militar no Afeganistão; Ártico e Groelândia; e a cooperação em Estados em colapso ("*failed states*").

Países Nórdicos e Bálticos

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pela união de passaportes e pelo mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns e representa importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

A conciliação da cooperação entre os nórdicos com o desenvolvimento da UE é um desafio crescente, na medida em que Dinamarca, Suécia e Finlândia são membros do bloco, com maior ou menor número de reservas, ao passo que não o são Noruega, Islândia, Groenlândia e Ilhas Faroe.

A título de exemplo da complexidade das questões a serem encaminhadas, mencione-se a necessidade da criação de mecanismo especial para possibilitar o ingresso da Dinamarca nos Acordos de Schengen, da UE, sem prejuízo do livre trânsito em seu território dos nacionais dos países nórdicos que não são membros da UE.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa – NORDEFECO – foi estabelecido em 2009 pelos Ministros da Defesa da Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia. Considerando que alguns países nórdicos não fazem parte da OTAN, outros não aderiram à União Europeia ou o fizeram com reservas (como o “opt-out” dinamarquês relativo à defesa comum), o mecanismo nórdico tomou forma não de uma aliança, mas sim de uma cooperação aberta em bases voluntárias, complementar aos compromissos multilaterais dos países membros. Em alguns dos projetos, apenas dois ou três países colaboram. A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

Durante a presidência dinamarquesa do NORDEFECO, em 2012, o principal projeto desenvolvido foi a cooperação em transporte aéreo tático (com aeronaves C-130). O projeto deverá estar operacional em 2014 e prevê processos unificados de negociação junto a fornecedores de partes e de manutenção; harmonização dos sistemas de compras; treinamento e capacitação comuns. A integração dos recursos humanos das forças armadas é evidência do grau de proximidade e confiança entre os países nórdicos.

A Dinamarca, primeiro país a reconhecer a independência da Lituânia, Letônia e Estônia, atua com desenvoltura na região báltica, principalmente na área de defesa e segurança, com endosso dos EUA e aproveitando-se das limitações alemãs nesse campo. A OTAN recebe da Dinamarca apoio material e profissional para o Batalhão Báltico, cujos integrantes provêm da Polônia e daquelas três repúblicas, e cujo treinamento visa a habilitá-lo a participar em forças de paz como, por exemplo, na Bósnia e Herzegovina.

Ainda no âmbito da OTAN, a Dinamarca contribui para a participação daqueles países nos programas da “Parceria para a Paz”. A Dinamarca defendeu a expansão da organização em direção ao Leste europeu e advogou, nesse contexto, igualdade de tratamento para os três países bálticos.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

Adicionalmente, os cinco países nórdicos fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O Conselho foi estabelecido em 1996, como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas (seis organizações indígenas têm status de Participante Permanente). A possibilidade de exploração de recursos minerais (petróleo, gás, ferro, alumínio, terras raras e urânio) na região tem gerado crescente interesse internacional, exemplificado pela solicitação de países como China, Japão, Cingapura, Coreia do Sul e Índia do status de país observador do Conselho Ártico.

Relações com a União Europeia

A Dinamarca celebra, em 2013, quarenta anos de sua adesão à Comunidade Europeia (em 1973, junto com o Reino Unido e a Irlanda). A adesão plena foi precedida de referendo nacional em que 63,3% dos dinamarqueses votaram a favor da iniciativa.

Os dinamarqueses nunca foram ardorosos defensores da UE, mas, desde 1986, o país passou a participar mais ativamente dos foros europeus, nos quais defende posições comprometidas com a defesa do meio ambiente, o aumento da transparência no processo decisório da UE, o fomento da geração de empregos e o ingresso de novos membros do Leste europeu.

Em 1992, por referendo, a população rejeitou a adesão do país ao Tratado de Maastricht. No ano seguinte, por 56,8% dos votos a favor, o Tratado de Maastricht foi aprovado, mas com reservas (“opt-outs”) sobre as cláusulas relativas à cidadania comum, moeda comum, defesa comum e justiça. Tais reservas somente poderão ser retiradas com a realização de novos referendos nacionais. O tema é parte da agenda política atual.

A atual crise do euro torna ainda menos provável que os referendos sejam realizados brevemente. Não obstante, a Dinamarca tem indicado a conveniência da cooperação em justiça e defesa, com foco para a luta contra o terrorismo e o crime organizado.

No âmbito da União Europeia, a Dinamarca exerceu a Presidência Rotativa do bloco no primeiro semestre de 2012. O país esforçou-se por atuar como ponte entre o Reino Unido e o resto do continente, e entre os países da zona do euro e os que não fazem parte da união monetária. Desde a primeira presidência dinamarquesa, em 2002, o papel da presidência rotativa mudou: da atuação mais visível em temas de política externa para foco no funcionamento interno do Conselho Europeu. A visão do Governo dinamarquês para o exercício da presidência, em tempos de crise e dúvidas sobre o projeto europeu, foi minimalista. De modo sutil, tentou influenciar a agenda para temas caros ao país: eficiência econômica e “economia verde”. Foi uma Presidência de poucos gastos – apenas metade do orçamento foi utilizado.

No meio da crise que aflige a Europa, a presidência dinamarquesa coordenou as negociações de acordo fiscal e um pacto de fomento do crescimento econômico e geração de empregos. Apesar de estar fora da zona do euro, a Dinamarca apoia o estabelecimento de supervisão europeia do setor bancário e avalia a possibilidade de aderir a esse mecanismo. A avaliação da presidência dinamarquesa foi positiva e especula-se que a Primeira-Ministra Thorning-Schmidt poderia estar na lista de sucessão da Presidência da Comissão Europeia.

Uma das metas do Governo atual era propor referendos para reverter algumas das quatro reservas da Dinamarca à UE, a fim de permitir a adesão à defesa comum e maior integração aos projetos europeus relativos à justiça. Entretanto, em vista da crise por que passa a UE no momento, a proposta do referendos foi adiada por tempo indeterminado.

De acordo com sua forte tradição de apoio à liberação dos mercados, o país atribui importância política à negociação de acordos bilaterais ou regionais entre a União Europeia e outros países ou bloco de países, a exemplo das negociações Mercosul-União Europeia. Não participa diretamente, porém, do processo negociador, conduzido por Bruxelas. Reconhece que ainda existem dificuldades, mas favorece, em Bruxelas, a negociação em curso. Acredita, no que tange a produtos agrícolas, que “uma melhor oferta europeia estaria na dependência de melhor oferta do Mercosul em outras áreas, notadamente produtos industriais”.

Países em Desenvolvimento

A Dinamarca é um dos poucos países (ao lado da Suécia, Noruega e Países Baixos) que dedica à ajuda oficial ao desenvolvimento algo próximo de 1% do seu PIB, do qual cerca de metade é canalizada para as agências especializadas das Nações Unidas. A ajuda bilateral é prestada pela Agência Dinamarquesa de Ajuda ao Desenvolvimento (DANIDA), no âmbito de acordos bilaterais de cooperação com países pobres, sobretudo na África.

Em 2011, o país alocou pouco mais de € 2,1 bilhões para a ajuda ao desenvolvimento, o representou cerca de 0,7% de seu Produto Nacional Bruto

(PNB). A esse montante, houve incremento de € 31,5 milhões, em 2012, e de € 49,2 milhões, no orçamento de 2013. Desde novembro de 2001, o número de países beneficiados com a ajuda bilateral tem sido reduzido. Segundo dados de 2011, 40% dos recursos são destinados à África Subsaariana e os principais beneficiários da ajuda bilateral dinamarquesa são Tanzânia, Moçambique, Gana, Uganda, Vietnã, Bangladesh, Quênia, Benin e Nepal.

Desde o Governo anterior, a estratégia para a ajuda ao desenvolvimento tem-se aproximado dos objetivos de segurança do país. Nesse contexto, para 2013, o Secretário Permanente Claus Grube anunciou plano de ajuda aos “Estados fracos ou em colapso”, em especial na região do “chifre da África”. Na esfera militar, a Dinamarca participa ativamente da Operação “Ocean Shield” da OTAN, que combate a pirataria somali. Para a Dinamarca, cuja marinha mercante representa quase 10% do transporte de carga oceânica, a diminuição da pirataria no Golfo de Aden e no Oceano Índico é de grande relevância.

Complementarmente à ação militar, o país anunciou lançamento de programa de ajuda bilateral no “chifre da África”, para apoiar o treinamento policial, construção de penitenciárias e fortalecer a capacidade local de processar piratas. Para 2013, foram aprovados US\$ 230 milhões para estabilização e reconstrução de Estados frágeis ou falidos, um incremento de mais de 80% em comparação a 2012.

2.2.2. Dinamarca e a Organização das Nações Unidas (ONU)

Apesar do viés atlantista de sua política externa, no plano multilateral a Dinamarca procura atuar de forma mais ecumênica, pautando-se pelo recurso ao diálogo e à negociação. Nos chamados temas globais, assume mais claramente o perfil que se espera de país com alto índice de desenvolvimento humano e forte tradição igualitária, com lastro no Estado de bem-estar social.

A ONU conta com apoio político e financeiro da Dinamarca, que participou de grande número de operações de paz. O país atua construtivamente na promoção do desenvolvimento. Iniciativas em prol dos direitos humanos, meio ambiente e segurança coletiva, todas empreendidas no âmbito da ONU, também costumam merecer, tradicionalmente, forte e ostensivo apoio dinamarquês.

No que concerne à reforma do CSNU, o ex-Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Petersen, manifestou o apoio dinamarquês aos membros do G-4 como membros permanentes do CSNU. A Dinamarca co-patrocinou em 2005 o projeto de resolução do G-4 e, desde então, em renovadas gestões do G-4, tem reiterado esse apoio.

ECONOMIA

Apesar da sua pequena extensão territorial e da carência em recursos naturais, a Dinamarca é uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. Entretanto, a economia sofreu nos últimos anos um duplo choque: a correção no mercado imobiliário e os efeitos da recessão global desencadeada pela crise financeira instalada em 2008. O mercado imobiliário dinamarquês vinha de um superaquecimento cujo ápice se verificou entre os anos de 2004 e 2007. A queda abrupta dos preços dos imóveis a partir de então somou-se à recessão mundial com fortes efeitos.

A crise demandou firme atuação governamental, com pacotes de estímulo fiscal que estabilizaram o sistema bancário e evitaram um aumento dramático no nível de desemprego. A intensa injeção de capital estatal na economia surtiu efeitos em 2010, mas a recuperação ainda é lenta. O PIB dinamarquês cresceu 0,9% em 2011, mas, em 2012, houve queda do PIB, em 0,4%. A projeção para 2013 é de crescimento, mas de apenas 0,9%.

Por outro lado, o superávit fiscal de 3,4% do PIB em 2008 converteu-se em sucessivos déficits a partir de 2009. Estima-se que o déficit do orçamento tenha sido de 3,6% do PIB em 2012 e que a relação dívida pública-PIB tenha alcançado 47,3% (percentagem ainda inferior à média da União Europeia). As autoridades dinamarquesas creem que apenas em 2015 o equilíbrio fiscal anterior poderá ser novamente alcançado.

As atividades terciárias correspondem a 77% do PIB, a indústria, a 22%, e a agricultura, a 1%. Os serviços empregam mais de 70% da mão-de-obra do país.

O nível de desemprego atingiu 6,3% em dezembro de 2012 e tem oscilado entre 6,1 e 6,4% desde fevereiro de 2010. Embora relativamente confortável para os atuais padrões europeus, o nível é quase o dobro da taxa de 2009 (3,6%) e ocasiona pressões adicionais sobre o orçamento do Governo diante do generoso *welfare state* dinamarquês.

Nesse cenário e diante da importância do setor externo para sua economia (as exportações mantêm 700 mil empregos e representam mais de 50% do PIB), a política externa dinamarquesa privilegia as negociações comerciais.

Graças aos contínuos avanços em matéria de crescimento e desenvolvimento econômico, a Dinamarca tem altos níveis individuais de rendimento e é muito bem avaliada quanto ao risco soberano. É um dos poucos países da União Europeia a preservar nota máxima (“AAA”) na avaliação da Standard & Poor’s e de outras agências de avaliação de risco.

Embora não integre a zona do euro, a moeda local, a coroa dinamarquesa, é indexada à moeda europeia. Em 2011, a inflação média dinamarquesa foi de 2,8% e, em 2012, foi de 2,4%.

A autoridade monetária, o Nationalbank, tende a replicar as decisões do Banco Central Europeu (BCE). No entanto, nos últimos dois anos, a queda na confiança em relação ao euro aumentou a demanda por moedas periféricas, como as da Suíça, Noruega e Dinamarca. Para restringir a apreciação da moeda local, o banco central dinamarquês - Nationalbank – tem mantido os juros negativos e abaixo dos da zona do euro.

O principal desafio para a Dinamarca é dar sustentabilidade ao crescimento econômico em um cenário de recessão continental, ao mesmo tempo em que tenta manter os altos salários e pesada carga tributária. Mesmo a oposição de tendência liberal não ataca diretamente o modelo do *welfare state* e advoga reduções moderadas na tributação das pessoas jurídicas e restrições ao acesso aos benefícios sociais.

Comércio Exterior

O comércio exterior dinamarquês apresentou, em 2011, variação de 0,3% em relação a 2007, passando de US\$ 201 bilhões para US\$ 202 bilhões. No ranking do FMI, a Dinamarca figurou como o 35º mercado mundial, sendo o 36º principal exportador e o 34º importador.

O comércio exterior dinamarquês é fortemente concentrado na Europa e sua balança comercial tem resultados tradicionalmente superavitários. As exportações do país são destinadas em grande parte à Alemanha e à Suécia, que representaram cerca de 30% do total de 2011. Seguiram-se o Reino Unido (10%), Noruega (6%), Estados Unidos (6%), Países Baixos (5%) e França (4%). O Brasil obteve o 22º lugar, participando com 0,7% do total. Da mesma forma, as importações do país são originárias em grande parte dos mercados vizinhos. Em 2011, mais de 70% das compras dinamarquesas originaram-se na União Europeia. Individualmente, os principais vendedores foram Alemanha (21%), Suécia (14%), Países Baixos (7%) e China (6%). O Brasil obteve a 25ª posição, com 0,5% da demanda importadora.

Em 2011, as exportações dinamarquesas somaram US\$ 107,7 bilhões, 14,8% a mais que no ano anterior. No período de janeiro a agosto de 2012, o resultado foi de US\$ 69 bilhões, cerca de 4% menor que no mesmo período de 2011. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2011 foram máquinas mecânicas (13%), combustíveis (10%), produtos farmacêuticos (9%), máquinas elétricas (8%) e carnes (5%).

Em 2011, as importações dinamarquesas somaram US\$ 94,1 bilhões. Os 10 principais grupos responderam por 58% das compras do país em 2011. São eles: máquinas mecânicas (12%), combustíveis (10%), máquinas elétricas (10%), automóveis (7%) e plásticos (4%).

ANEXOS

Cronologia Histórica da Dinamarca

- 700-** Começa o processo de unificação do País.
- 987-** O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo.
- 1350-** A Peste Negra dizimou a população.
- 1397-** Estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margrethe I, filha de Valdemar IV da Dinamarca.
- 1523-** Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa.
- 1536-** A Dinamarca adota a reforma luterana.
- 1629-** Derrota de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia.
- 1661-** A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário.
- 1801 e 1807-** Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas.
- 1814-** Fim da união da Dinamarca e da Noruega.
- 1863-** Bismarck declara guerra à Dinamarca que, derrotada, cede três ducados à Alemanha.
- 1914-** A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial.
- 1940-** A Alemanha invade a Dinamarca, até então neutra na II Guerra Mundial.
- 1940-** Partido Social-Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha.
- 1943-** Resistência popular, com apoio externo britânico, comprometeu as bases de convivência com o regime nazista.
- 1945-** Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado.
- 1945-** Convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas.
- 1945-** Tornou-se membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade.
- 1948-** Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o país iniciou programa de modernização da agricultura.
- 1960-** É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da “sociedade do bem estar”, difundido em toda a Escandinávia.
- 1972-** Rainha Margrethe II ocupa o trono dinamarquês.
- 1973-** Adesão à União Europeia.
- 2000-** Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
- 2001-** Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh Rasmussen

assume o cargo de Primeiro-Ministro.

2005- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito.

2007- Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque.

2009- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a direção da OTAN.

2009- Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.

2011- Helle Thorning-Schmidt assume o cargo de Primeira-Ministra.

Cronologia das Relações Bilaterais

1829 – Abertura da Legação do Brasil em Copenhague.

1876 – Viagem particular do Imperador D. Pedro II à Dinamarca.

1911 - Convenção de Arbitragem.

1966 - Acordo Básico de Cooperação Técnica.

1969 - Acordo sobre Transportes Aéreos.

1974 - Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.

1979 - Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.

1986 - Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

1999 - Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado.

2006 - Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho.

2007 - Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

2007 - Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril.

2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro.

2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em outubro, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

2009 - Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em dezembro, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).

2010- Visita do Príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.

2012- Visita do Príncipe Herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.

Atos Bilaterais

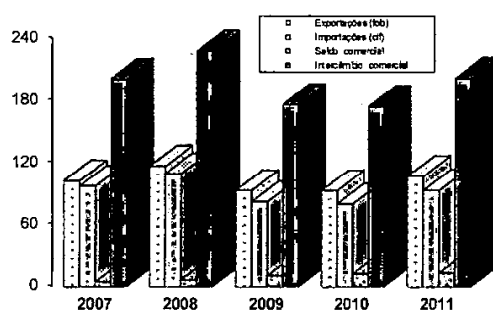
<u>Título</u>	<u>Data de celebração</u>	<u>Entrada em vigor</u>
<u>Convenção de Arbitragem.</u>	27/11/1911	12/01/1916
<u>Acordo sobre Malas Diplomáticas.</u>	29/04/1929	01/05/1929
<u>Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais.</u>	05/08/1932	05/08/1932
<u>Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes.</u>	21/07/1953	21/07/1953
<u>Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S.</u>	12/05/1956	12/05/1956
<u>Acordo Básico de Cooperação Técnica.</u>	25/02/1966	27/12/1966
<u>Acordo sobre Transportes Aéreos</u>	18/03/1969	26/09/1969
<u>Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos</u>	18/03/1969	18/03/1969
<u>Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional.</u>	29/03/1972	29/03/1972
<u>Acordo de Radioamadorismo</u>	16/01/1974	16/01/1974
<u>Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.</u>	27/08/1974	05/12/1974
<u>Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.</u>	05/02/1979	05/02/1979
<u>Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975.</u>	30/10/1979	30/10/1979
<u>Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.</u>	09/06/1986	20/12/1989
<u>Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.</u>	22/03/1994	09/12/1995

Dados Econômico-comerciais

DINAMARCA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

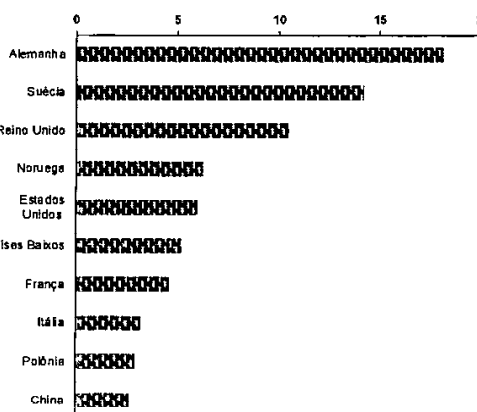
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	103	117	94	94	108	72	69
Importações (cif)	98	110	83	81	94	63	60
Saldo comercial	5	7	11	13	14	9	9
Intercâmbio comercial	201	228	177	175	202	135	129

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013



DINAMARCA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Alemanha	18,2	16,9%	10,7	26,3%
Suécia	14,2	13,2%	9,3	20,6%
Reino Unido	10,5	9,8%	6,7	15,3%
Noruega	6,3	5,8%	4,2	9,1%
Estados Unidos	6,0	5,6%	4,9	8,7%
Países Baixos	5,3	4,9%	3,2	7,6%
França	4,7	4,3%	2,6	6,8%
Itália	3,2	3,0%	1,9	4,7%
Polônia	3,0	2,7%	1,7	4,3%
China	2,7	2,5%	1,8	3,9%
...				
Brasil	0,79	0,7%	0,48	1,1%
Subtotal	74,8	69,4%	47,5	68,8%
Outros países	32,9	30,6%	21,5	31,2%
Total	107,7	100,0%	69,0	100,0%

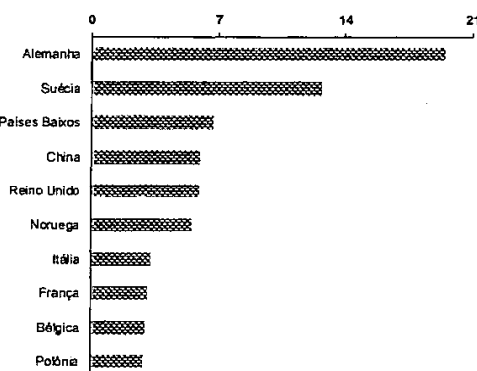


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013.

As exportações do país são destinadas em grande parte aos alemães e suecos, que representaram cerca de 30% do total de 2011. Seguiram-se: Reino Unido (10%); Noruega (6%); Estados Unidos (6%); Países Baixos (5%) e França (4%). O Brasil obteve o 22º lugar, participando com 0,7% do total.

DINAMARCA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Alemanha	19,6	20,8%	12,4	32,4%
Suécia	12,8	13,5%	7,9	21,1%
Países Baixos	6,7	7,2%	4,4	11,2%
China	6,1	6,4%	3,9	10,0%
Reino Unido	6,0	6,3%	3,3	9,9%
Noruega	5,6	5,9%	3,8	9,2%
Itália	3,3	3,5%	2,2	5,5%
França	3,2	3,3%	1,9	5,2%
Bélgica	3,0	3,2%	1,8	5,0%
Polônia	2,9	3,1%	2,0	4,9%
...				
Brasil	0,49	0,5%	0,3	0,5%
Subtotal	69,6	73,9%	43,9	72,8%
Outros países	24,6	26,1%	16,4	27,2%
Total	94,1	100,0%	60,4	100,0%

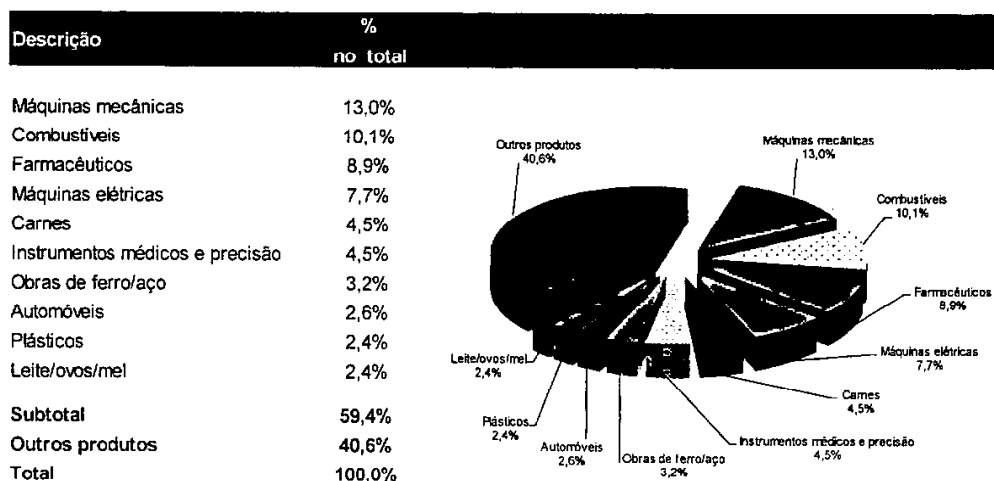


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013.

A exemplo das exportações, as importações do país também são originárias em grande parte dos mercados vizinhos. Em 2011, mais de 70% das compras dinamarquesas originaram-se na União Europeia. Individualmente, os principais vendedores foram: Alemanha (21%); Suécia (14%); Países Baixos (7%); e China (6%). O Brasil obteve a 25ª posição, com 0,5% da demanda importadora.

DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

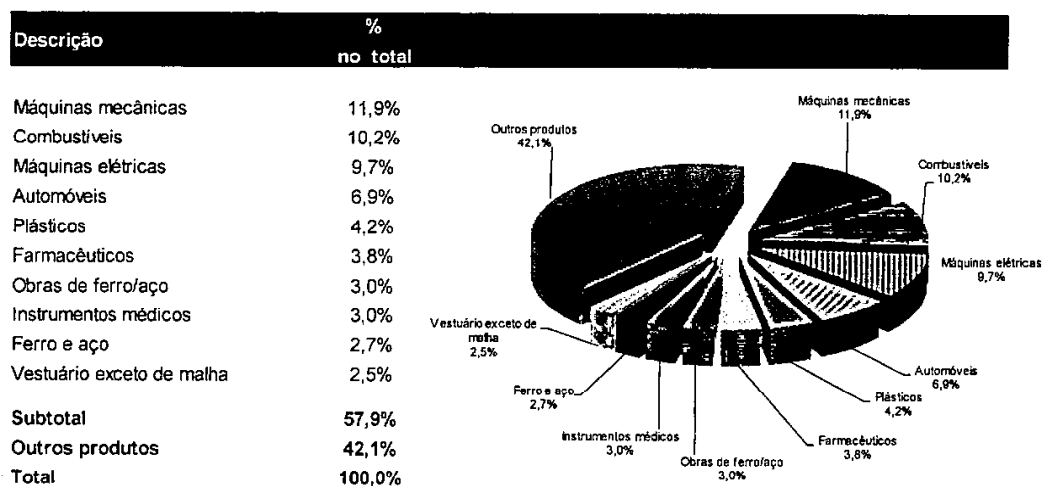


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2011 foram: máquinas mecânicas (13%); combustíveis (10%); produtos farmacêuticos (9%); máquinas elétricas (8%) e carnes (5%).

DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

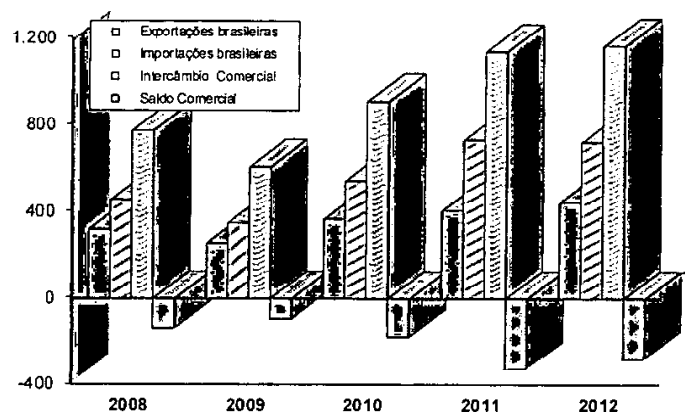
Os 10 principais grupos responderam por 58% das compras do país em 2011. São eles: máquinas mecânicas (12%); combustíveis (10%); máquinas elétricas (10%); automóveis (7%) e plásticos (4%).

BRASIL-DINAMARCA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	320	258	368	408	447
Variação em relação ao ano anterior	14,6%	-19,5%	42,6%	11,0%	9,5%
Importações brasileiras	457	351	544	733	722
Variação em relação ao ano anterior	27,8%	-23,1%	54,9%	34,7%	-1,5%
Intercâmbio Comercial	777	609	912	1.141	1.169
Variação em relação ao ano anterior	22,0%	-21,6%	49,7%	25,1%	2,4%
Saldo Comercial	-136	-93	-176	-325	-275

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Dinamarca foi o 54º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 50%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 777 milhões, para US\$ 1,2 bilhão. A participação da Dinamarca no comércio exterior brasileiro foi de 0,25% em 2012.

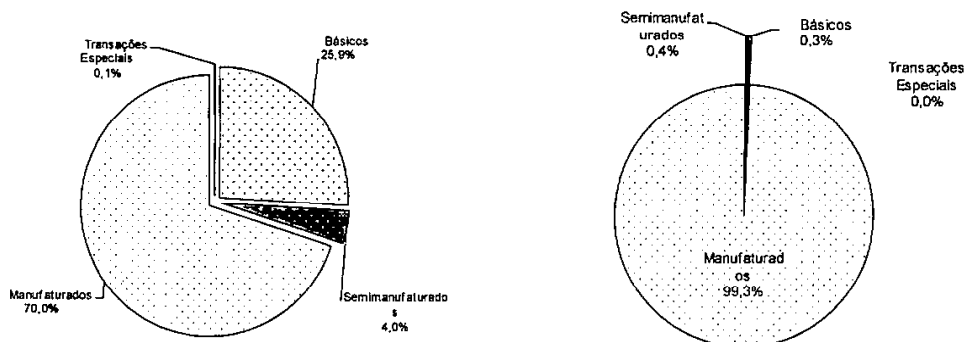


BRASIL-DINAMARCA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	106	25,9%	2	0,3%
Semimanufaturados	16	4,0%	3	0,4%
Manufaturados	286	70,0%	728	99,3%
Transações Especiais	0	0,1%	0	0,0%
Total	408	100,0%	733	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Dinamarca são compostas em 70% por produtos manufaturados, seguidos dos básicos com 26% e os semimanufaturados com 4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade, 99,3% do total em 2011.



BRASIL-DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Dinamarca, 2012
			Valor	% no total	
Farmacêuticos	185	240	283	63,4%	
Resíduos inds. alimentares	80	73	70	15,6%	
Café/chá	18	20	17	3,9%	
Madeira	16	15	16	3,5%	
Materiais albuminóides	6	10	9	2,0%	
Aviação	0	0	9	2,0%	
Fumo	9	5	7	1,6%	
Peles e couros	6	5	6	1,3%	
Subtotal	320	368	417	93,3%	
Outros produtos	47	40	30	6,7%	
Total	368	408	447	100,0%	

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/Alceweb

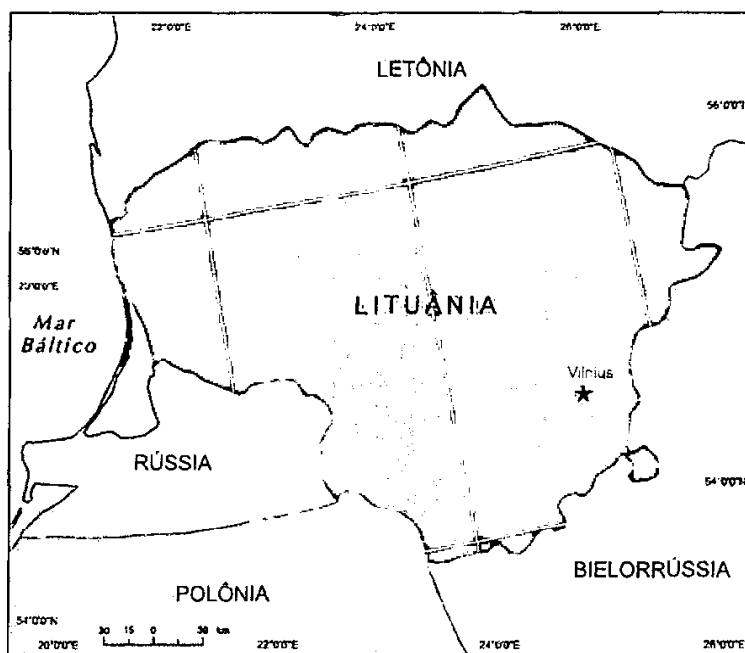
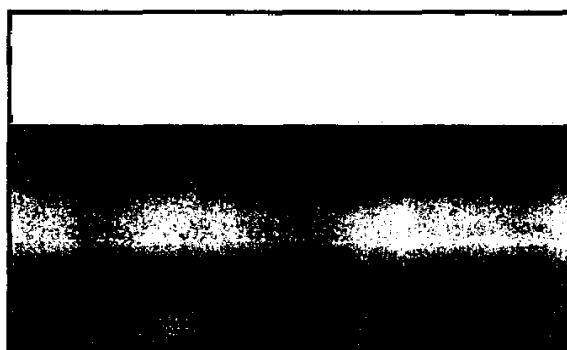
Produtos farmacêuticos (na sua maioria, medicamento contendo insulina, em doses) e resíduos das indústrias alimentares (na sua maioria, bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja) são os principais grupos de produtos exportados para a Dinamarca. Em 2012, os dois grupos juntos somaram 79% das vendas brasileiras. Destacaram-se, ainda, café/chá (5%); e madeira (4%).

BRASIL-DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Dinamarca, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	159	174	135	18,7%	
Farmacêuticos	83	184	129	17,9%	
Químicos orgânicos	72	61	104	14,4%	
Diversos das inds. químicas	44	46	79	10,9%	
Instrumentos médicos	54	64	65	9,0%	
Máquinas elétricas	23	84	64	8,9%	
Materiais albuminóides	38	47	54	7,5%	
Obras de ferro ou aço	10	10	18	2,6%	
Plásticos	13	15	16	2,3%	
Extratos tanantes e tintoriais	3	4	7	1,0%	
Subtotal	498	690	673	93,2%	
Outros produtos	46	42	49	6,8%	
Total	544	733	722	100,0%	

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/Alceweb

Os dez principais grupos de produtos importados dos dinamarqueses pelo Brasil, representaram, 93% do total da pauta de 2012. Destacando-se: máquinas mecânicas (19%); produtos farmacêuticos (18%); químicos orgânicos (14%); produtos diversos das indústrias químicas (11%); instrumentos médicos e de precisão (9%); e máquinas elétricas (9%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DA LITUÂNIA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Março de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República da Lituânia
CAPITAL:	Vilnius
ÁREA:	65.300 km ² (pouco maior que o Estado da Paraíba)
POPULAÇÃO (2011):	3,24 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Lituano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos 79%, Cristãos Ortodoxos 4,1%, Protestantes (luteranos e evangélicos) 1,9%, outros 5,5%, nenhuma religião 9,5%
SISTEMA POLÍTICO:	Democracia parlamentarista com Presidente
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Seimas), com 141 representantes
CHEFE DE ESTADO:	Presidenta Dalia Grybauskaitė (desde 12/07/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius (desde 22/11/2012)
CHANCELER:	Linas Linkevičius
PIB	US\$ 41,7 bilhões (2012)
PIB PPP	US\$ 63,2 bilhões (2012)
PIB "PER CAPITA"	US\$ 13.031 (2012)
PIB PPP "PER CAPITA"	US\$ 19.774 (2012)
MOEDA:	Lita – LTL (1 LTL= 0,3912 US\$)
VARIAÇÃO DO PIB	3,0% (2012); 5,8% (2011); 1,4% (2010); -14,8% (2009); 2,9% (2008); 9,8% (2007).
IDH	0,818 / 40º lugar entre 185 países
EXPECTATIVA DE VIDA	72,2 (2011) (Brasil: 73,5)
ALFABETIZAÇÃO	99,78% (2011)
DESEMPREGO	12,3% (2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC / AliceWeb
(janeiro de 2013)

BRASIL ↔ LITUÂNIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	13,8	24,6	50,2	41,5	71,7	117,87	179,3	126,6	62,52	77,67
Exportações	11,8	24,2	45,1	40,6	69,9	61,42	176,0	66,16	53,21	50,51
Importações	2,0	0,4	5,1	0,9	1,8	56,45	3,3	60,44	9,31	27,15
Saldo	9,8	23,8	40,0	39,7	68,1	4,97	172,7	5,73	43,91	23,36

PERFIS BIOGRÁFICOS

Dalia Grybauskaitė
Presidenta da República da Lituânia

Nasceu em 1º de março de 1956, na capital lituana Vilnius. Além do lituano, fala inglês, russo, polonês e francês.

Formada em Economia Política pela Universidade de Leningrado. Em 1988, obteve doutorado em Ciências Sociais pela Academia de Ciências Públicas de Moscou. Em 1991, concluiu Curso Especial para Executivos da Universidade de Georgetown, Washington, EUA.

Iniciou então sua carreira profissional, como Diretora de programas do Gabinete do Primeiro Ministro do Lituânia, em 1991. No mesmo ano, foi nomeada Diretora do Departamento de Europa do Ministério das Relações Econômicas Internacionais. Assumiu, em 1993, o cargo de Diretora do Departamento de Relações Econômicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1994, foi designada como Enviada Extraordinária e Ministra Plenipotenciária da Missão Lituana junto à UE.

Dalia Grybauskaitė foi Ministra Plenipotenciária da Embaixada Lituana nos EUA, de 1996 a 1999; Vice-Ministra das Finanças, de 1999 a 2000; Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros de 2000 a 2001; Ministra das Finanças, de 2001 a 2004. Em 2004, foi designada Comissária da União Europeia, responsável por planejamento e orçamento.

Em novembro de 2005, Dalia Grybauskaitė foi escolhida “Comissária do Ano” da UE, em virtude de “seu esforço incansável em direcionar os gastos da UE para o incremento da competitividade , em áreas como pesquisa e desenvolvimento”. Como Comissária, lançou o ambicioso projeto de reforma do orçamento da Comunidade Europeia, a fim de assegurar o uso mais expedito, eficiente e transparente dos recursos.

Anunciou sua candidatura às eleições presidenciais em 26 de fevereiro de 2009 e foi eleita, no primeiro turno, em 17 de maio de 2009. Tomou posse em 12 de julho daquele ano.

Algirdas Butkevicius

Primeiro-Ministro da República da Lituânia

Nasceu em 19 de novembro de 1958, no Distrito de Radviliškis, na Lituânia.

Algirdas Butkevicius formou-se na faculdade de economia da Vilnius Gediminas Technical University, em 1984. Em 1991, diplomou-se como gerente técnico pela Lithuanian Business Academy. Obteve grau de mestre em administração pela Kaunas Technical University em 1995. Realizou estágio na Academia de Administração em Würzburg, Alemanha, em 1994, e nos EUA e na Dinamarca, nos anos 1998, 1999 e 2001. Em 2008, concluiu doutorado em ciências sociais.

Iniciou sua carreira profissional junto à cooperativa de produtores de sua cidade, Vilkaviskis, de 1982 a 1985. Trabalhou como economista de engenharias do Comitê Executivo de Vilkaviškis e como inspetor estatal de construção e arquitetura entre 1985 e 1990. Foi Vice-Prefeito de Vilkaviskis de 1991 a 1995. Atuou como director de marketing na empresa AB Vilkauta em 1995 e 1996.

É membro do Partido Social-Democrata desde 1992. Foi eleito para o parlamento lituano (Seimas) em 1996 e reeleito por quatro mandatos consecutivos. No Seimas, tem sido membro do Comitê de Finanças e Orçamento, o qual presidiu no período 2008-2009 e foi vice-presidente no período 2009-2012. Atuou também no Comitê de Assuntos Europeus (2005-2006) e no Comitê Econômico (2006-2008). É o líder de seu partido desde 2009.

Foi Ministro das Finanças de 2004 a 2005 e Ministro dos Transportes de 2006 a 2008.

Foi reeleito para o Parlamento em outubro de 2012 e sua indicação para Primeiro-Ministro foi endossada pelo Seimas em 22 de novembro de 2012.

Linus Linkevičius
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia

Nasceu em 6 de janeiro de 1961, em Vilnius, Lituânia.

Linus Linkevičius formou-se na Faculdade de Automação do Instituto Politécnico de Kaunas em 1983.

Participou de organizações da Juventude Comunista entre 1983 e 1989. De 1990 a 1992, trabalhou no Comitê Central do Partido Comunista Lituano independente e foi consultor do Grupo Parlamentar do Partido Democrático-Trabalhista. Em 1992, tornou-se Presidente do Conselho da União da Juventude Trabalhista do país.

Elegeram-se membro do Parlamento no mandato 1992-1996. Nos anos de 1992 e 1993, foi Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Chefe da Delegação Parlamentar da Lituânia na Assembleia do Atlântico Norte.

Foi Ministro da Defesa Nacional de 1993 a 1996. Em 1997, foi Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nos anos de 1997 a 2000, foi designado embaixador e chefe da missão lituana junto à OTAN e junto à União da Europa Ocidental (UEO). Foi mais uma vez Ministro da Defesa Nacional, de 2000 a 2004. Associou-se ao Partido Social-Democrata em 2004. De 2005 a 2011, foi o Representante Permanente da Lituânia no Conselho do Atlântico Norte.

Nos anos de 2011 e 2012, foi o Embaixador chefe do Departamento de Cooperação Transatlântica e Políticas de Segurança do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assessor do Primeiro-Ministro da Lituânia.

Em 2012, foi nomeado Embaixador da Lituânia na República da Belarus.

Tomou posse, em 13 de dezembro de 2012, como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Lituânia durante o período de independência daquele país nas décadas de 20 e 30, época em que foram negociados acordos comerciais e de extradição. Em 1991, o Brasil reconheceu a independência da Lituânia e restabeleceu as relações diplomáticas com aquele país. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 05/02/1993. A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília. No entanto, a Lituânia fechou a Embaixada em Buenos Aires, em 31/12/2012. Aguarda-se informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros lituano sobre designação de nova representação.

Em março de 1996, o então Presidente da Lituânia, Algirdas Brazauskas, visitou o Brasil, em viagem que incluiu ainda a Argentina, o Uruguai e a Venezuela. Em novembro de 2002, o Chanceler Celso Lafer realizou visita de trabalho à Lituânia e manteve encontro com o Presidente Valdas Adamkus. Lembrou o apoio do Brasil em 1939, quando manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética, e reiterou convite ao Presidente Adamkus para que visitasse oficialmente o Brasil. Em julho de 2008, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Em 13 de maio de 2009, à margem da Reunião Ministerial União Européia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros Asta Liauskiene. A Vice-Ministra Liauskiene veio a Brasília em abril de 2011 e realizou, com a Subsecretária-Geral do Itamaraty, Embaixadora Vera Machado, Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19/8/2011.

A Presidenta Dalia Grybauskaitė participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Copresidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da “Cúpula de Mulheres Líderes”, evento organizado pelo “ONU Mulheres”.

A Lituânia manifestou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por declaração do Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Emissário Especial do Senhor Presidente da República, em junho de 2005. Além disso, a Lituânia copatrocinou o projeto de resolução do G-4 na 59ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (A/59/L.64), mas não se manifestou durante as negociações intergovernamentais sobre reforma do CSNU, iniciadas em fevereiro de 2009. A

candidatura da Lituânia a assento não permanente no CSNU para o biênio 2014-15 (vaga reservada ao grupo da Europa do Leste) recebe o apoio brasileiro, em razão de troca de votos com a candidatura do Dr. Graziano ao cargo de Diretor Geral da FAO.

A Lituânia aderiu à Iniciativa OGP – Parceria para Governo Aberto e foi representada pelo Embaixador em Buenos Aires Vaclovas Šalkauskas na I Conferência de Alto Nível da OGP, em Brasília, em 17 e 18 de abril de 2012. A Presidenta Grybauskaitė foi Ministra das Finanças de seu país e Comissária da UE para planejamento e orçamento e tem interesse no tema da governança e da transparência pública.

O comércio bilateral tem aumentado consistentemente nos últimos anos. A corrente de comércio passou de apenas US\$ 13,8 milhões, em 2003, para US\$ 179,3 milhões, em 2009. Em 2012, o intercâmbio foi de US\$ 77,67 milhões. O Brasil tem sido superavitário em suas relações comerciais com o país báltico. Em 2012, o saldo em favor do Brasil foi de US\$ 23,36 milhões. A Lituânia foi o 133º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 34%, refletindo, sobretudo, o fraco desempenho das importações brasileiras, que caíram em torno de 52% nesse período, enquanto as exportações decresceram cerca de 18%.

As exportações brasileiras para a Lituânia apresentaram-se equilibradas. Segundo os dados mais recentes disponíveis, de 2011, os produtos semimanufaturados representaram 42% das vendas, seguidos dos básicos, com 35%, e manufaturados, com 23%. Do total de US\$ 53, 2 milhões vendidos em 2011, os cinco principais produtos foram açúcar (35,2% do total), fumo tipo “virginia” (12,2%), fumo tipo “burley” (7%), bagaço de soja (6,1%) e café solúvel (5,7%). Em 2012, açúcar de cana em bruto e fumo não manufaturado foram os principais itens brasileiros exportados para a Lituânia, juntos somaram 61% da pauta. Em seguida destacaram-se: preparações alimentícias diversas (7%); e peles e couros (6%).

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 73% do total em 2011, seguido dos semimanufaturados com 21% e básicos com 6%. As importações brasileiras de produtos lituanos, por sua vez, totalizaram US\$ 9,3 milhões em 2011, concentrados, sobretudo, em três produtos: outros cloretos de potássio - utilizados como fertilizantes (20,3% do total importado), aparelhos elétricos (19,1%) e produtos químicos (16,1%). O alto grau de concentração manteve-se em 2012: adubos e pescados representaram 69% do total da pauta das importações. Seguiram-se ainda: máquinas elétricas (8%); químicos orgânicos (5%) e instrumentos médicos e de precisão (3%).

A Lituânia tem interesse em exportar pescado para o Brasil. Após intenso intercâmbio de informações técnicas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil informou em fevereiro de 2012 que seria necessário realizar visita à Lituânia, a fim de avaliar “in loco” as condições para o

reconhecimento da equivalência entre os sistemas de vigilância sanitária de ambos os países

Assuntos e Serviços Consulares

A Embaixada do Brasil em Copenhague estima a comunidade brasileira na Lituânia em cerca de 30 pessoas.

O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo em novembro de 2012. O Consulado está em fase de instalação e a Consul-Geral é a Senhora Laura Guobuzaitė. São Paulo abriga a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, após Buenos Aires.

Em 3 de junho de 2008, o Governo brasileiro anuiu à criação do Consulado Honorário da República da Lituânia em Santana do Parnaíba-SP, com jurisdição sobre o Estado de São Paulo, excluía a cidade de São Paulo, e à designação do Senhor Francisco Ricardo Blagevitch como Cônsul Honorário. O mais recente pedido de renovação da designação do Sr. Francisco Blagevitch como Cônsul Honorário foi feito pela Chancelaria lituana em abril de 2012.

Em janeiro de 2013, foi concedida anuência à abertura do Consulado Honorário lituano no Rio de Janeiro, bem como o exequatur ao Sr. Luiz Otávio de Souza Bandeira como Cônsul Honorário da Lituânia naquela cidade.

O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius.

Empréstimos e Créditos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Lituânia.

POLÍTICA INTERNA

A Lituânia foi a primeira república soviética ocupada a tornar-se independente da União Soviética e a recuperar a soberania, por meio de declaração de independência, em 11 de março de 1990. Desde a independência da URSS, as principais forças políticas na Lituânia são: i) uma esquerda pós-comunista ainda forte, que atualizou sua doutrina e se beneficia da militância partidária tradicional e dos movimentos comunitários de base; ii) um movimento de centro-direita baseado no apelo nacionalista, nos valores tradicionais e na força de personalidades; iii) uma considerável parcela do eleitorado inclinada ao voto populista. A dinâmica gerada por estes elementos desemboca num quadro marcado pelo voto de protesto (em quase todas as eleições, o Governo em exercício perdeu) e pela instabilidade (foram 15 Governos desde a independência e apenas o último completou seu

mandato até o final de um mesmo período legislativo). Além disso, são traços do quadro político a instabilidade das coalizões no parlamento, a constante criação de partidos e a existência de processos de corrupção contra vários políticos.

Após a restauração da independência, foi realizado o referendo que confirmou a nova Constituição do país, junto com eleições para o Parlamento – o Seimas – em outubro de 1992. O Seimas abriga 141 parlamentares, em mandatos de 4 anos, que são escolhidos em eleições gerais diretas. O líder do Partido Democrático Trabalhista da Lituânia – LDDP (herdeiro do Partido Comunista), Algirdas Brazauskas, foi eleito Presidente do Seimas (o cargo máximo do poder legislativo do país) e atuou como presidente interino da república, até as eleições presidenciais, em fevereiro de 1993. O mesmo Algirdas Brazauskas foi eleito Presidente, para um mandato de cinco anos. De 1993 a 1996, o LDDP manteve-se no poder, com três Primeiros-Ministros sucessivos. Nas eleições parlamentares de novembro de 1996, venceu a coalizão conservadora dos partidos Democracia Cristã e União da Pátria e o líder da União da Pátria, Gediminas Vagnorius, tornou-se Primeiro-Ministro.

O União da Pátria manteve-se no governo até 2001, mas nesse último ano com o nome de União Liberal. Foram cinco diferentes Primeiros-Ministros, dos quais sobressai a figura de Rolandas Paksas. Paksas assumiu como Primeiro-Ministro em maio de 1999, mas renunciou ao cargo em novembro do mesmo ano, por discordar dos termos da privatização de um terço da empresa estatal de petróleo Mazeikiai. Depois, nas eleições legislativas de outubro de 2000, a União Liberal viu-se forçada a formar coalizão minoritária e ideologicamente dividida com o Partido Social-Democrata (sucessor do LDDP), novamente sob a liderança de Rolandas Paksas. Pela segunda vez, Paksas renunciou ao cargo, em junho de 2001, novamente em razão de divergências relacionadas à política energética. Após a segunda renúncia de Paksas, a nova coalizão de governo, de tendência de centro-esquerda, foi integrada pelos Social-Democratas e pela “Nova União Social Liberal”. Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro o líder social-democrata e ex-Presidente Algirdas Brazauskas, que se manteve no cargo de julho de 2001 a julho de 2006 (houve eleições parlamentares em 2004, conforme descrição que segue abaixo, mas Brazauskas seguiu na condução do governo até 2006).

No campo das eleições presidenciais, após o final do mandato de Algirdas Brazauskas, em fevereiro de 1998, foi eleito o candidato independente Valdas Adamkus, lituano recém-retornado dos EUA, onde fizera carreira na “Environmental Protection Agency”. Adamkus concorreu à reeleição mas perdeu para Rolandas Paksas, que tomou posse como Presidente da República em fevereiro de 2003. A derrota de Valdas Adamkus constituiu surpresa, tendo em vista seu legado em matéria de política externa: o convite para aderir à OTAN e as negociações para ingresso na União Européia, que foi formalizado em 2004. Em política externa, Rolandas Paksas deu continuidade à linha do antecessor e fez a campanha do “sim” no referendo sobre a adesão à União Européia. Ao mesmo

tempo, no cenário doméstico, envolveu-se em crise em novembro de 2003 que resultou, em abril de 2004, em seu “impeachment”. Político de carisma, com forte personalidade e estilo considerado populista, Paksas foi acusado de manter ligações estreitas com integrantes do crime organizado. O impedimento do Presidente Paksas foi confirmado pelo parlamento lituano (Seimas) em abril de 2004 e o Presidente do Seimas, Arturas Paulauskas, assumiu a Presidência interinamente, até as eleições presidenciais de junho de 2004, nas quais Valdas Adamkus foi reeleito Presidente.

A exemplo dos pleitos anteriores, as eleições parlamentares de outubro de 2008 resultaram em derrota da coalizão no poder, desta feita liderada pela social democracia, em meio a uma economia crescentemente estagnada. Voltaram ao poder os partidos conservadores, tendo à frente a União da Pátria - Democracia Cristã, que obteve 45 dos 141 assentos do Seimas. Os social-democratas foram o segundo partido mais votado, com 25 assentos; o Ordem e Justiça, do ex-Presidente impedido Rolandas Paksas, obteve 15 assentos; e o Partido Trabalhista ficou com modestos 10 assentos. O gabinete do Primeiro-Ministro Andrius Kubilius, da União da Pátria - Democracia Cristã (TS-LKD), tomou posse em dezembro de 2008 e precisou lidar com a severa crise econômica que se anunciava.

Em 12 de julho de 2009, tomou posse a Presidenta Dalia Grybauskaitė, eleita no primeiro turno, com votação elevada e inédita na Lituânia, de 69% dos votos. O segundo colocado no pleito, o social-democrata Algirdas Butkevicius alcançou meros 11,7%. Dalia Grybauskaitė foi Ministra das Finanças entre 2001 e 2004 e atuou como Comissária Europeia de orçamento e planejamento. Conhecida em seu país pela firmeza de ação e respeitada pela experiência adquirida em Bruxelas, a ex-Comissária Europeia disputou o pleito como candidata independente, embora contasse com o apoio do Primeiro-Ministro Andrius Kubilius e dos partidos que integravam a coalizão de centro-direita. O Presidente Valdas Adamkus, outra das poucas figuras ao mesmo tempo populares e respeitadas no país, deixou o cargo após cumprir dois mandatos sucessivos, sem haver apoiado qualquer dos candidatos ao pleito presidencial.

Andrius Kubilius logrou concluir o período previsto para seu mandato como Primeiro-Ministro, pela primeira vez na história da Lituânia pós-1991. Todavia, seu governo sacrificou sua popularidade, tendo enfrentado a crise financeira nacional e internacional com políticas de austeridade. Com a crise, a produção econômica caiu 15%, o desemprego subiu e milhares de jovens emigraram do país báltico. Kubilius conseguiu controlar o déficit do orçamento e o crescimento do PIB foi retomado, mas a população reagiu no pleito aos cortes nos gastos, reduções nas pensões e aumentos de impostos. Em eleições em dois turnos, em outubro e novembro de 2012, o TS-LKD de Andrius Kubilius foi o segundo partido mais votado, com 33 mandatos. O Partido Social-Democrata obteve 38 assentos e formou coalizão com o Partido Trabalhista, a agremiação Ordem e Justiça, e a Ação Eleitoral Polonesa-Lituana, o primeiro partido da minoria étnica polonesa a

integrar um governo na Lituânia. O líder dos social-democratas Algirdas Butkevicius tomou posse como Primeiro-Ministro em 13 de dezembro de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A Lituânia é membro da União Europeia desde 2004. A participação na UE trouxe elemento estabilizador ao país e a “opção pela Europa” continua a contar com o apoio da maioria da população e dos sucessivos governos (mesmo os considerados “pró-russos”). No segundo semestre de 2013, a Lituânia exercerá pela primeira vez a presidência rotativa da UE. Tanto a Presidenta Dalia Grybauskaitė como o Primeiro-Ministro Algirdas Butkevicius afirmaram que as prioridades lituanas durante a presidência serão a segurança energética (e avanços no sentido de um mercado comum de energia) e a Parceria para o Leste da Europa. A Lituânia almeja aderir à moeda europeia em 2015, conforme afirmado pelo Primeiro-Ministro Butkevicius, em coletiva de imprensa, em janeiro de 2013. O principal obstáculo à adesão continua sendo a relativamente alta taxa de inflação do país.

A Lituânia aderiu, em fevereiro de 1994, ao Programa “Partnership for Peace”, estabelecido pela OTAN como primeiro passo a ser cumprido por países interessados em ingressar naquela organização. Em dezembro do mesmo ano, as Forças Armadas da Lituânia participaram pela primeira vez de exercícios conjuntos da OTAN. Em março de 2003, foram firmados os protocolos de adesão, em reunião especial do Conselho do Atlântico Norte, em Bruxelas. Como parte dos acordos alcançados, os países da OTAN fornecem, em rodízio, esquadrilha de caças modernos para patrulhamento do espaço aéreo lituano e dos outros dois países bálticos. A Lituânia enviou 40 militares das forças especiais para atuar no Afeganistão, assim como uma equipe de doze médicos militares. Está previsto que as tropas lituanas terminarão sua missão no Afeganistão em 2013. A Lituânia apoiou a decisão norte-americana de intervir militarmente no Iraque e enviou àquele país contingente de 120 militares, cerca de 50 sob comando polonês em Hillah, outros cerca de 50 sob chefia dinamarquesa em Basra, e os demais em diferentes centros de comando, até agosto de 2007.

A política externa lituana é condicionada pelas relações com os quatro países vizinhos, bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial, a soviética. Com a recuperação da soberania (proclamação de independência em 11 de junho de 1990), o país voltou-se para o Ocidente. Membro da União Europeia desde 2004, a Lituânia mantém posição pró-EUA, pró-OTAN e pró-UE. Desde a independência, as relações com a Rússia têm sido tensas. À Rússia desagrada o avanço da UE e da OTAN na região báltica, particularmente na Lituânia, que faz fronteira com o enclave de Kaliningrado. Pelo lado lituano, a forte dependência do fornecimento de energia russa direciona a negociação para a

integração energética com a UE. Com a Polônia, as relações bilaterais deterioraram-se no governo anterior, em virtude de questões pontuais relativas às minorias étnicas. O atual governo deu sinais claros de tentar dar novo ânimo ao relacionamento bilateral. No caso da Belarus, a Lituânia, que em 2013 exercerá pela primeira vez a presidência rotativa da UE, tem tentado apoiar a maior integração da Belarus à União Europeia. Ao mesmo tempo em que instou a UE a avançar com a integração comercial, reverberou ao Presidente da Belarus as exigências europeias de respeito às liberdades individuais e boa governança, para que a aproximação com o Ocidente tenha sucesso.

Além de compartilharem diversos aspectos de seu passado recente, os três países bálticos são consideravelmente integrados, legado do período soviético. Infraestruturas de produção e transmissão de energia e a rede de transportes foram desenhadas para a região báltica como um todo. Os três países enfrentam dilemas semelhantes, tais como o tratamento à minoria russa, a escolha entre a Europa e a Rússia como parceiro para o desenvolvimento e o desafio da emigração massiva combinada a baixas taxas de natalidade. Dos três, a Lituânia é o com menor comunidade russa. A língua lituana é falada pela grande maioria da população e a identidade lituana é forte. Outra particularidade é que, diferentemente da Letônia e Estônia, em que a Reforma Protestante teve sucesso, a Lituânia manteve a maioria católica.

Os países nórdicos reforçaram os laços com os países bálticos ao estarem entre os primeiros a reconhecer a independência - a Islândia, em fevereiro de 1991, foi o primeiro país a reconhecer a Lituânia independente - e a reabrir representações diplomáticas nos países bálticos. Desde então, os países nórdicos têm apoiado continuamente a integração báltica à União Europeia e à OTAN. Além disso, a cooperação entre os países das duas regiões tem avançado nos temas prioritários da política externa lituana: segurança e energia. A cooperação militar entre os três países bálticos data dos anos de 1990 e já nessa época foi digno de nota o esforço nórdico para desenvolver as forças armadas de Lituânia, Letônia e Estônia, suas capacidades de defesa e apoiar sua entrada à OTAN. Desse esforço resultaram a BALTNET, rede báltica de vigilância do espaço aéreo; a esquadra naval antiminas BALTRON; e a Escola Superior de Defesa Báltica. A colaboração militar nórdica-báltica recebeu novo impulso, após o conflito entre a Rússia e a Geórgia em 2008, que fez crescer repentinamente o número de exercícios militares da OTAN e dos EUA na região, bem como deu novo ânimo ao Batalhão Báltico¹. Outro fator que reaqueceu a cooperação militar entre as duas regiões foi a crise financeira internacional, que afetou duramente os três países bálticos, inclusive seu orçamento de defesa. Todos os três países têm compromisso na OTAN de aumento gradual dos gastos com defesa rumo aos 2% do PIB, mas até 2011, a Lituânia

¹ Batalhão de infantaria, parte da força de resposta terrestre da OTAN, que conta com 800 soldados dos três países bálticos.

alocava apenas 1% de seu produto interno bruto para aquele fim (a Estônia, 1,7%, e a Letônia, 0,7%). Assim os países bálticos mais uma vez voltaram-se para os vizinhos nórdicos: iniciaram cooperação com o Nordefco², inclusive como exemplo para futuras compras comuns de insumos militares e uso compartilhado de centros de treinamento. Por fim, no âmbito da concertação política, a Lituânia é parte da Cooperação Nordic-Baltic Eight (NB8), formato de cooperação regional constituído dos cinco países nórdicos e dos três países bálticos. Esses oito constituem, juntamente com Alemanha, Polônia, Rússia e um representante da Comissão Europeia, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, desde 1992.

ECONOMIA

A Lituânia foi exitosa em transformar sua economia, após a independência da URSS. Em 2012, o PIB per capita alcançou US\$ 19.774, acima dos índices dos países vizinhos. O país é atualmente considerado um bom ambiente de negócios e investimentos (27º no ranking “Ease of Doing Business” do Banco Mundial e 22º no ranking de “Liberdade Econômica” da Heritage Foundation, ambos de 2013). A Lituânia posicionou-se como a 85ª economia mundial em 2012. Da mesma forma, o país apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. De 1995 a 2011, o IDH lituano evoluiu de 0,696 para 0,810. Assim, a Lituânia ocupa o 40º lugar (de 189 países) no ranking mundial do IDH e figura entre os países de alto desenvolvimento humano.

Em 2008, o crescimento anual desacelerou para 2,8% e, em 2009, o PIB caiu dramaticamente 14,7%, tendo a crise financeira internacional atingido o país com particular severidade. O governo lituano aplicou política de austeridade que logrou alguma recuperação: foi registrado crescimento do PIB de 1,3% em 2010 e de 5,8% em 2011. O PIB nominal cresceu 3,0% em 2012, tornando a Lituânia uma das economias que mais crescem na UE. A crise impactou também, de modo sensível, o nível de desemprego. O desemprego, que estava em 4,8% em 2008, mais que dobrou, tendo chegado a 11,9% ao final do primeiro trimestre de 2009 e a 17,8% em 2010. Desde então, o desemprego recuou para 15,4% em 2011, e para 12,3% em 2012. A crise e a taxa de desemprego aceleraram o movimento de emigração. Segundo dados oficiais, no decorrer de 2011, o número de emigrados lituanos mais do que triplicou e a população do país decresceu em 1,4%. Nos primeiros três trimestres de 2011, as remessas dos lituanos emigrados (US\$ 1,1 bilhão) ultrapassaram o investimento direto estrangeiro (US\$ 993 milhões). Tais perspectivas demográficas comprometem o futuro da economia do país. Prevê-se que, em 2021, a população economicamente ativa terá 350 mil cidadãos a menos que em 2013.

² Cooperação militar nórdica, que prevê uso comum de recursos humanos, infraestruturas e equipamentos.

A moeda lituana, lita, está atrelada ao euro. Em julho de 2004, a Lituânia juntou-se ao mecanismo conjunto de câmbio do Banco Central Europeu, com paridade de 3,4528 litas por euro, como primeiro passo para adoção da moeda única, e encaminhou à Comissão da União Europeia requerimento de adesão, a partir de janeiro de 2007. Contudo, o resultado da avaliação pela Comissão foi desfavorável, em virtude do desempenho da inflação lituana, de 2,7%, em fevereiro de 2006, acima do teto anual estabelecido pelo Tratado de Maastricht, de 2,63% - uma diferença de apenas 0,07%. No período de 2004 a 2008, houve forte tendência de aceleração da inflação, que ultrapassou os 11% em 2008. Em 2009, o índice de inflação foi de 4,2%, em 2010, de 1,2%; em 2011, de 4,1% e a estimativa para 2012 foi de inflação anual de 3,2% (dados da Eurostat).

O setor industrial da Lituânia contraiu brutalmente após a desestruturação da economia soviética: entre 1992 e 1993, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando e, entre 2000 e 2006, cresceu em média de 10% ao ano. Muitas indústrias são orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas e ferramentas, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos. Apesar de responder por menor parcela do PIB, o setor agropecuário empregava, em 2005, 14% da força de trabalho. A área utilizada alcança 3,5 milhões de hectares. As principais safras são as de grãos (cereais de inverno e de primavera e grãos leguminosos), representando 45% do total da área plantada, e pastagem diversas, com 44,4% do total. Cerca de 30% do território da Lituânia é coberto por florestas, notadamente pinheiros, que representam importante recurso natural.

O déficit público diminuiu gradativamente de 3,2% do PIB em 2000 a 0,4%, em 2006, quando iniciou movimento ascendente e, em 2009, logo após a eclosão da crise financeira internacional, escalou para 9,4% do PIB. A estimativa para 2012 foi de déficit público 4,3% do PIB, o que ainda que bem superior ao do início da década de 2000, estaria praticamente na média da União Europeia e da zona do euro. De modo semelhante, a dívida pública nominal foi reduzida fortemente de 23,6% do PIB, no ano 2000, a 15,5%, em 2008. Após o advento da crise, teve abrupto salto e mais que dobrou. Estima-se que a dívida pública nominal, em 2012, tenha sido de 36,5% do PIB, nível de endividamento relativamente baixo no âmbito da UE atualmente.

O estoque de investimentos diretos estrangeiros (IDE) na Lituânia tem-se mantido em patamares elevados nos últimos anos. Partindo de US\$ 4,0 bilhões, em 2002, alcançou US\$15,75 bilhões, em 2012, tendo quase quadruplicado em 10 anos. Os principais países investidores são a Polônia, Suécia, Dinamarca e Alemanha, nesta ordem, que juntos responderam por 43,4% do IDE na Lituânia em 2010. Estônia e Países Baixos são também investidores importantes. Em 2010, quase 70% do IDE foi destinado ao setor de serviços, em especial às

telecomunicações e aos setores financeiro e imobiliário. Dentre os atrativos para investidores constam a boa infraestrutura de telecomunicações e a qualificação da mão-de-obra a salários relativamente baixos.

Comércio Exterior

O comércio exterior da Lituânia apresentou, em 2011, variação positiva de 40% em relação a 2007, passando de US\$ 42 bilhões para US\$ 58 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a Lituânia figurou como o 67º mercado mundial, sendo o 67º na exportação e o 64º na importação. As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos europeus, que corresponderam a mais de 62% do total de 2011. Os principais mercados para os quais a Lituânia exporta são a Rússia (16,6% do total), Letônia (10,2%), Alemanha (9,3%), Polônia (7,0%) e Estônia (6,0%). O Brasil obteve o 82º lugar entre os compradores em 2011. Em 2011, as exportações totais do país alcançaram US\$ 25,7 bilhões, com destaque para minérios (25,6% da pauta exportadora), máquinas e equipamentos elétricos (10,3%) e produtos químicos (9,2%).

Os vizinhos europeus são os principais vendedores para a Lituânia, sobretudo a Rússia. Em 2011, os produtos russos representaram mais de 33% das importações da Lituânia, seguida da Alemanha (10%); Polônia (9%); Letônia (7%) e Países Baixos (5%). O Brasil obteve o 42º lugar entre os principais exportadores para o país, com 0,1% do total. Petróleo é o principal item da pauta de exportações da Lituânia, especialmente destilados de petróleo e querosenes de aviação. Esses produtos, em conjunto, responderam por aproximadamente 26% das vendas em 2011. Em seguida destacaram-se: automóveis (7%); máquinas mecânicas (6%); plásticos (6%); e móveis (5%). A Lituânia é altamente dependente da importação de óleo bruto de petróleo para alimentar sua indústria de refinamento. O óleo bruto de petróleo e gás natural respondem por mais de 30% das compras do país. Em 2011 representaram 33% do total, seguidos de automóveis (8%); máquinas mecânicas (7%); máquinas elétricas (5%); e plásticos (3%).

ANEXOS

Atos Bilaterais

Acordo Comercial entre Brasil e Lituânia firmado em 1932. Não entrou em vigor.

Acordo Comercial Provisório firmado em 1937. Denunciado.

Tratado de Extradicação, publicado em 16/8/1939. Em vigor.

Acordo de isenção de vistos, assinado em 2002, em vigor a partir de 13 de janeiro de 2009. Era muito aguardado pelos lituanos, que o ratificaram em 2003 e, depois da adesão à UE, aboliram unilateralmente a exigência de vistos para brasileiros.

Acordo de Cooperação na Área Cultural, em vigor desde 6 de outubro de 2010.

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19 de agosto de 2011.

Cronologia Histórica da Lituânia

1230 - Lituânia surge sob a liderança do Duque Mindaugas, que unificou tribos lituanas contra os ataques dos Cavaleiros Teutônicos.

1251 - Mindaugas adotou o catolicismo. Foi coroado rei em 1253. Foi assassinado e a região voltou brevemente ao paganismo.

1316-1341 - Gediminas expandiu o Grão-Ducado da Lituânia até Kiev, enfrentando tártaros e russos.

1323 – Vilnius é fundada pelo Grão-Duque Gediminas.

1386 - O grão-duque da Lituânia e a rainha polonesa casaram-se e criaram união monárquica para conter os alemães. Foi também a conversão definitiva da Lituânia ao cristianismo.

1569 - Lituânia e Polônia unem-se em um único estado, a União de Lublin.

1795 - A Commonwealth é desfeita e a Lituânia é anexada ao Império Russo.

1812 - Muitos lituanos se voluntariaram para o Exército francês quando Napoleão ocupou Kaunas, durante a invasão fatídica da Rússia.

1830-1831 - Insurreições iniciadas por poloneses contra o domínio russo.

1863 – Nova insurreição. O Império Russo eliminou a influência polonesa e introduziu instituições sociais e políticas russas. Sob o governo czarista, escolas

lituanas e publicações lituanas em latim foram proibidas e a Igreja Católica Romana foi severamente reprimida.

1860-1885 - Levantes lituanos. O Czar baniu o uso público do lituano.

1900 - Lituanos começam a emigrar em massa para escapar da perseguição czarista.

1915 - Lituânia ocupada pelas tropas alemãs durante a Primeira Guerra Mundial.

1918 - A Lituânia declarou independência, em 16 de fevereiro.

1918-1920 - Guerra da Lituânia para defender sua independência contra o Exército Vermelho, o Exército polonês e o Exército Bermondt-Avalov, composto de tropas russas e alemãs sob o comando dos alemães. A Lituânia não conseguiu recuperar a região de Vilnius, que permaneceu ocupada pelos poloneses até a Segunda Guerra Mundial. Kaunas tornou-se a capital da Lituânia.

1920 - Em 9 de julho o líder soviético Vladimir Lenin assinou tratado de paz, reconhecendo o Estado lituano.

1923 - A Lituânia anexou a região de Klaipeda, ao norte da Lituânia, que esteve sob domínio alemão por 700 anos.

1926 - Em 17 de dezembro, o governo de coalizão socialista-populista foi derrubado por golpe militar. O líder do Partido Nacionalista Antanas Smetona estabeleceu regime autoritário.

1939 - Em março, a Alemanha obrigou a Lituânia a entregar a região de Klaipeda.

1939 - Em 23 de agosto, Joseph Stalin e Adolf Hitler concluíram o Pacto Molotov-Ribbentrop. A Lituânia, primeiramente atribuída à esfera de influência alemã, foi transferida em setembro para a da União Soviética.

1939 - Em 10 de outubro, a Lituânia assinou acordo com a URSS, pelo qual lhe foram devolvidas a cidade e a província de Vilnius, conquistadas pelo Exército Vermelho durante a guerra soviético-polaca. Em troca, cerca de 20.000 soldados soviéticos foram colocados na Lituânia.

1940 - Em 14 de junho, o governo soviético emitiu ultimato, exigindo a formação de um novo governo lituano e a permissão para posicionar tropas adicionais do Exército Vermelho. A Lituânia acatou as demandas e, no dia seguinte, 100.000 tropas soviéticas entraram no país.

1940 - Em 17 de junho, foi formado um suposto governo popular, liderado por J. Paleckis. Eleições parlamentares remanescentes foram realizadas um mês depois, e, em agosto, a Lituânia foi proclamada República Socialista Soviética.

1941 - Campanha de deportação em massa entre 14-18 de junho de 1941. Mais de 12 mil pessoas foram deportadas para a Sibéria sem investigação ou julgamento, 3.600 pessoas foram presas e mais de mil, executadas.

1941 - A Alemanha nazista atacou a União Soviética em 22 de junho de 1941 e ocupou a Lituânia. No dia seguinte, a resistência antissoviética "Frente Ativista

Lituana” iniciou revolta. Partidários ocuparam as maiores cidades - Kaunas e Vilnius - e declararam a restauração da independência da Lituânia. Operaram um governo provisório sem reconhecimento alemão, de 24 de junho a 5 de agosto.

1941 - Os alemães substituíram o governo provisório por um “Conselho de Curadores” chefiado por um lituano étnico, General Petras Kubiliunas. A Lituânia tornou-se parte da unidade administrativa de ocupação alemã de Ostland.

1941 - Os nazistas e colaboradores locais privaram os judeus lituanos de seus direitos civis e massacraram cerca de 185.000 deles (85% da comunidade judaica do país). Dezenas de milhares de lituanos são recrutados para trabalhar em campos de trabalho forçado ou servir no exército alemão.

1944 - Exércitos soviéticos reocupam a Lituânia no verão de 1944.

1944 - Sovietização do país. As estatísticas divergem, mas o número de presos políticos e deportados, até 1952, teria sido algo entre 120.000 e 300.000 pessoas.

1944 -1952 - Guerrilha de resistência antissoviética. As autoridades soviéticas incentivaram a imigração de trabalhadores, especialmente russos, como forma de integrar a Lituânia à União Soviética e de fomentar o desenvolvimento industrial.

1947-1951 – Coletivização da agricultura. Repressão a líderes religiosos.

1970 - Na década de 1970, surgem diversas publicações clandestinas das quais a mais significativa e regularmente publicada era A Crônica da Igreja Católica da Lituânia, publicada por vinte anos sem ter sido descoberta pela KGB.

1972 - O estudante Romas Kalanta imolou-se em protesto contra o domínio soviético, a que se seguiu uma rebelião estudantil. O Comitê para a Defesa dos Direitos Religiosos e o Comitê de Vigília de Helsinki foram estabelecidos na clandestinidade.

1987 - Dissidentes do Báltico começaram a realizar manifestações públicas em Riga, Tallinn e Vilnius.

1988 - Sob a liderança de intelectuais, o movimento de reforma da Lituânia “Sajudis” foi formado. O movimento desenhou programa de direitos democráticos e nacionais e ganhou popularidade.

1989 - Em dezembro, o Partido Comunista Lituano rompeu com o Partido Comunista Soviético e tornou-se um partido independente.

1989 - O Parlamento aprova declaração de soberania da Lituânia, afirmando que as leis lituanas têm precedência sobre as soviéticas.

1990 - Sajudis ganha maioria dos assentos nas eleições parlamentares. Seu líder, Vytautas Landsbergis, é eleito presidente do Parlamento.

1990 - Em 11 de março de 1990, foi proclamada a restauração da independência da Lituânia. Novo Gabinete de Ministros foi formado e adotou a Medida Provisória Fundamental do Estado.

1990 - A URSS não aceitou a legalidade da votação da independência. Em abril, impôs bloqueio econômico e interrompeu o fornecimento de combustível. A legislatura lituana cedeu e propôs moratória de seis meses sobre a declaração de independência, enquanto aguarda negociações.

1991 - Sem progresso nas negociações com Moscou, Landsbergis termina a suspensão da declaração de independência.

1991 - Em 10 de janeiro, tropas militares soviéticas invadiram instalações governamentais em Vilnius e outras cidades e tentaram, sem sucesso, derrubar o governo eleito. Três dias depois, os soviéticos tomaram a torre de TV à força, matando 14 civis e ferindo 700. Retornaram aos quartéis quando o golpe falhou. O Governo da Lituânia banuiu o Partido Comunista.

1991 - Em fevereiro, por plebiscito, 76% do eleitorado compareceram às urnas e, em razão de 9:1, votaram a favor de um Estado independente e democrático lituano.

1991 - A Islândia reconheceu a Lituânia independente em fevereiro; o reconhecimento pelos Estados Unidos veio em 2 de setembro e o da URSS, em 6 de setembro.

1991 - A Lituânia foi admitida na OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) em 10 de setembro e nas Nações Unidas, em 16 de setembro.

1992 - Em outubro, nova Constituição foi adotada por referendo popular, juntamente com eleições parlamentares. O antigo Partido Comunista, rebatizado Partido Trabalhista Democrático Lituano, ganha as eleições gerais e forma governo de coalizão.

1992 - Apesar da reconquista da independência, números consideráveis de forças russas permaneceram no território lituano. A retirada dessas forças foi uma das maiores prioridades da política externa lituana. Lituânia e Rússia assinaram um acordo em 8 de setembro de 1992 e a retirada das tropas russas foi finalizada dentro do prazo (até agosto de 1993).

1993 - Algirdas Brazauskas foi eleito presidente.

1993 - A Lituânia juntou-se ao Conselho da Europa. A nova moeda nacional, litas, é introduzida.

1994 - A Lituânia juntou-se ao programa de Parceria para a Paz da OTAN e firmou Tratado de Amizade com a Polônia.

1995 - Dois dos maiores bancos comerciais da Lituânia quebraram e ocasionaram escândalo político.

1996 - Como resultado do escândalo, o Primeiro-Ministro Slezevicius foi destituído. As eleições gerais trouxeram ao poder coalizão de centro-direita. Tomou posse como Primeiro-Ministro Gediminas Vagnorius.

1997 - O Presidente Brazauskas visitou a Rússia e firmou tratado fronteiriço e acordo de cooperação.

1998 - Valdas Adamkus foi eleito presidente.

1999 - Controversa venda da participação controladora da empresa lituana estatal de petróleo ao grupo norte-americano, Williams International. O Primeiro-Ministro Rolandas Paksas renunciou. Andrius Kubilius tornou-se Primeiro-Ministro.

2000 - Novo governo de coalizão minoritária e instável, unindo centro-direita e centro-esquerda. Paksas renomeado Primeiro-Ministro, desta vez como membro da União Liberal.

2001 – Colapso da coalizão. Em julho, Brazauskas tornou-se Primeiro-Ministro.

2003 - Rolandas Paksas eleito presidente, em janeiro de 2003.

2003 – Em maio, referendo lituano a favor da adesão à União Europeia.

2004 - Em 1º de maio, a Lituânia aderiu à União Europeia.

2004 – Em 29 de março, o país foi admitido na OTAN.

2004 - Em 7 de abril, “impeachment” do Presidente Rolandas Paksas. O Portavoz do Parlamento, Arturas Paulauskas, assume a presidência interinamente.

2004 – Em junho, Valdas Adamkus foi reeleito presidente.

2004 – Em outubro, Algirdas Brazauskas continua como Primeiro-Ministro, na nova coalizão após as eleições gerais.

2004 – Em novembro, a Lituânia foi o primeiro Estado-membro da UE a adotar a Constituição Europeia.

2004 – Em dezembro, o primeiro reator da central nuclear de Ignalina foi desativado, em linha com os requisitos de entrada à UE.

2005 – Em junho, o líder do Partido Trabalhista Viktor Uspaskich renunciou ao cargo de Ministro da Economia, após alegações de que seus acordos de negócios tinham infringido regras de ética.

2005 – Em setembro, caça russo teve acidente em território lituano, elevando a tensão diplomática com Moscou.

2006 – Em julho, o Primeiro-Ministro Algirdas Brazauskas renunciou, após o Partido Trabalhista desligar-se da coalizão de governo. O Parlamento aprovou o nome de Gediminas Kirkilas como novo Primeiro-Ministro.

2006 – Em julho, alegando defeito técnico, a Rússia fechou o oleoduto que abastecia a refinaria de Mazeikiu.

2007 - A Comissão Europeia recusou o pedido da Lituânia de adesão à zona do euro, em razão da taxa de inflação do país.

2008 - O Parlamento lituano ratificou o Tratado de Lisboa da UE.

2008 – Em outubro, o partido conservador da União Nacional ganhou as eleições parlamentares.

2008 – Em novembro, o líder da União Nacional Andrius Kubilius foi nomeado Primeiro-Ministro, à frente de um governo de coalizão de centro-direita.

2009 – Em maio, a comissária de orçamento da UE Dalia Grybauskaitė, candidata independente, ganhou a eleição presidencial, com mais de 68% dos votos. A Presidenta tomou posse em julho.

2009 – Em dezembro, o segundo reator da central nuclear de Ignalina foi desligado.

2011 – A Lituânia adotou o “terceiro pacote de energia” da União Europeia.

2012 – Em outubro, primeiro turno das eleições parlamentares e referendo sobre o projeto de usina nuclear de Visaginas. O governo de Kubilius perdeu as eleições e a população rejeitou o projeto de Visaginas.

2012 – Em dezembro, novo governo de coalizão assumiu, sob a liderança do Primeiro-Ministro Algirdas Butkevicius, social-democrata.

Cronologia das Relações Bilaterais

1920-1930 - Desenvolveu-se importante comunidade lituana em São Paulo, estimada em 30 mil.

1921 - O Brasil reconheceu a Lituânia (e a Letônia e a Estônia).

1939 - O Brasil manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética.

1954 – A Lituânia mantinha apenas cinco legações no exterior, uma das quais, no Rio de Janeiro, além de um Consulado em São Paulo.

1961 – Estabelecimento de relações do Brasil com a URSS. O Governo de Jânio Quadros decidiu fechar as legações, no Brasil, dos três países bálticos. O Itamaraty autorizou os antigos cônsules a desempenhar algumas funções consulares.

1991 - O Brasil reconheceu a independência da Lituânia e restabeleceu as relações diplomáticas com aquele país.

1993 - A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto, em 5 de fevereiro de 1993.

1996 - Primeira visita de alto nível de autoridade da Lituânia ao Brasil. O Presidente Algirdas Brazauskas deslocou-se ao Brasil, além da Argentina, Uruguai e Venezuela, em março de 1996.

2002 - Visita de trabalho do Chanceler Celso Lafer à Lituânia, em novembro. Encontrou-se com o Presidente Valdas Adamkus. Firmou acordo bilateral de isenção de vistos.

2002 – Abertura da Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, em caráter cumulativo com Brasília, Bogotá, Montevideu, Caracas, Santiago e Quito.

2003 – A parte lituana ratificou o acordo de isenção de vistos.

2005 - A Lituânia manifestou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU, por declaração do Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Emissário Especial do Senhor Presidente da República, em junho de 2005.

2008 - Em julho, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Avistou-se com o Presidente Lula, com os Presidentes do Senado e da Câmara e do STF. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, inaugurou seminário empresarial na FIESP e manteve encontros com a comunidade de descendentes de lituanos, no bairro de Vila Zelina. Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação cultural, publicado no Diário Oficial em 6/10/2010.

2008 - Em dezembro, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos termos da OMC, junto com os demais países que aderiram à UE em 2004.

2009 - O acordo de isenção de vistos entrou em vigor em 13 de janeiro de 2009, após aprovação do Congresso brasileiro e promulgação do decreto presidencial correspondente.

2009 - Em 13 de maio, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Subsecretária Asta Liauskiene.

2011 - A Vice-Ministra Liauskiene foi a Brasília em abril e realizou, com a SGAP-I Embaixadora Vera Machado, Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Na ocasião, foi assinado MdE sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19/8/2011.

2011 - O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius, conforme publicado no DOU de 14/10/2011.

2012 A Presidenta Dalia Grybauskaitė participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Copresidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da “Cúpula de Mulheres Líderes”, evento organizado pelo “ONU Mulheres”.

2012 - A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, que acumulava a representação em Brasília, foi fechada em 31/12/2012.

2012 - O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo em novembro de 2012. O Consulado está em fase de instalação e a Consulesa-Geral é a Senhora Laura Guobuzaite.

2012 - O Chanceler Azubalis solicitou, em abril de 2012, renovação da designação do Sr. Francisco Ricardo Blagevitch como Cônsul Honorário da Lituânia, em Santana de Parnaíba/SP.

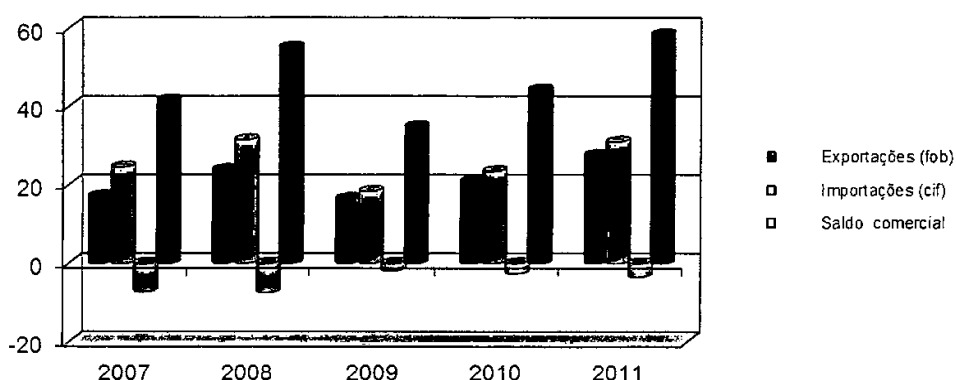
2013 - Em janeiro, o Governo brasileiro concedeu anuência à abertura do Consulado Honorário lituano no Rio de Janeiro, bem como o exequatur ao Sr. Luiz Otávio de Souza Bandeira como Cônsul Honorário da Lituânia naquela cidade.

Dados Econômico-Comerciais

O comércio exterior da Lituânia apresentou, em 2011, variação de 40% em relação a 2007, passando de US\$ 42 bilhões para US\$ 58 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a Lituânia figurou como o 67º mercado mundial, sendo o 67º na exportação e o 64º na importação.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	17,2	23,8	16,5	20,8	27,5	20,5	20,7
Importações (cif)	24,4	31,3	18,3	23,4	30,8	23,6	23,1
Saldo comercial	-7,3	-7,5	-1,8	-2,6	-3,4	-3,1	-2,4
Intercâmbio comercial	41,6	55,1	34,8	44,2	58,3	44,1	43,8

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/DOTS - Direction of Trade Statistics, February 2013.

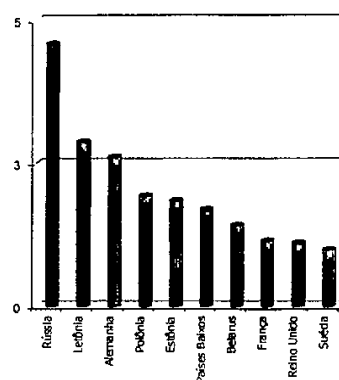


As exportações do país são destinadas em grande parte aos seus vizinhos da Europa, que corresponderam a mais de 63% do total de 2011. Individualmente a Rússia (17%); Letônia (10%); Alemanha (10%); Polônia (7%); Estônia (7%); e Países Baixos (6%) destacaram-se como principais destinos. O Brasil obteve o 82º lugar entre os principais compradores em 2011 sem participação significativa.

LITUÂNIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Rússia	4,6	16,7%	3,8	18,5%
Letônia	2,9	10,4%	2,4	11,5%
Alemanha	2,6	9,5%	1,7	8,2%
Polônia	2,0	7,1%	1,3	6,1%
Estônia	1,9	6,8%	1,6	7,7%
Países Baixos	1,7	6,2%	1,3	6,0%
Belarus	1,4	5,2%	0,9	4,5%
França	1,2	4,2%	0,7	3,5%
Reino Unido	1,1	4,1%	1,3	6,3%
Suécia	1,0	3,7%	0,7	3,4%
...				
Brasil	0,003	0,01%	0,02	0,1%
Subtotal	20,3	73,9%	15,7	75,7%
Outros países	7,2	26,1%	5,0	24,3%
Total	27,5	100,0%	20,7	100,0%



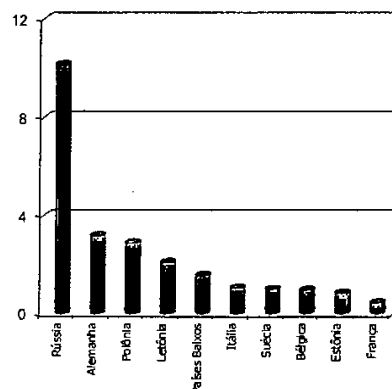
Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FH/DOTS - Direction of Trade Statistics, February 2013.

Os vizinhos europeus são os principais fornecedores de bens a Lituânia representando cerca de 55% do total. Individualmente a Rússia responde por ceca de 1/3 do total (33%). Em seguida destacaram-se: Alemanha (10%); Polônia (9%); Letônia (7%); Países Baixos (5%) e Itália 94%). O Brasil obteve o 41º lugar entre os principais exportadores para o país, com 0,1% do total.

LITUÂNIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Rússia	10,1	32,9%	7,5	32,6%
Alemanha	3,2	10,3%	2,3	9,8%
Polônia	2,9	9,4%	2,3	9,8%
Letônia	2,1	6,8%	1,4	6,0%
Países Baixos	1,6	5,2%	1,3	5,6%
Itália	1,1	3,6%	0,7	3,1%
Suécia	1,1	3,4%	0,8	3,3%
Bélgica	1,0	3,3%	0,7	3,0%
Estônia	0,9	2,9%	0,7	3,0%
França	0,5	1,6%	0,5	2,2%
...				
Brasil	0,03	0,1%	0,02	0,1%
Subtotal	24,5	79,4%	18,1	78,4%
Outros países	6,3	20,6%	5,0	21,6%
Total	30,8	100,0%	23,1	100,0%



Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FH/DOTS - Direction of Trade Statistics, February 2013.

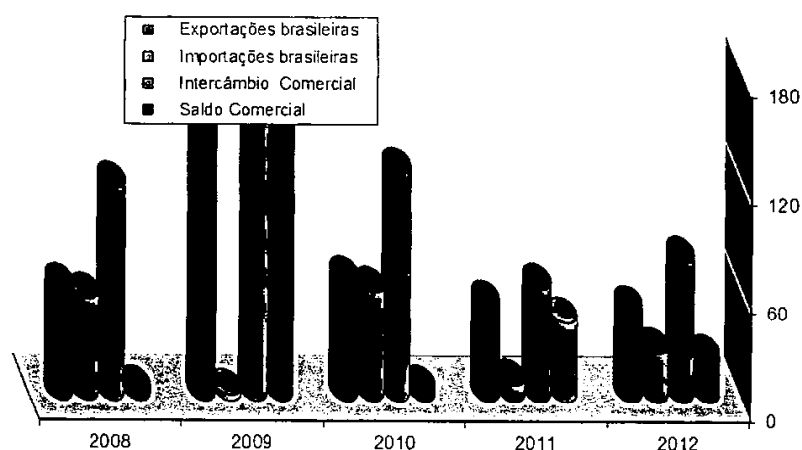
O Petróleo é o principal item da pauta de exportações da Lituânia, especialmente destilados de petróleo e energia elétrica. Esses produtos, em conjunto, responderam por aproximadamente 25% das vendas entre jan-nov de 2012. Em seguida destacaram-se: máquinas mecânicas (7%); automóveis (6%); plásticos (6%); e móveis (6%). A Lituânia é altamente dependente da importação de óleo bruto de petróleo para alimentar sua indústria de refinamento. O óleo bruto de petróleo e gás natural respondem por mais de 34% das compras do país entre jan-nov de 2012. Destacaram-se em seguida: automóveis (8%); máquinas mecânicas (7%); máquinas elétricas (5%); e plásticos (4%).

A Lituânia foi o 113º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 34%, refletindo, sobretudo, o fraco desempenho das importações brasileiras, que caíram em torno de 52% nesse período, enquanto as exportações apresentaram queda de 18% no período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países recuou de US\$ 118 milhões em 2008, para US\$ 78 milhões em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 23,4 milhões.

BRASIL-LITUÂNIA EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan)	2013 (jan)
Exportações brasileiras	61,4	176,0	66,2	53,2	50,5	1,2	36,2
Variação em relação ao ano anterior	-12,1%	186,6%	-62,4%	-19,6%	-5,1%	-92,8%	2816,0%
Importações brasileiras	56,5	3,3	60,4	9,3	27,2	4,0	0,8
Variação em relação ao ano anterior	3055,4%	-94,2%	1731,4%	-84,6%	191,7%	720,0%	-79,6%
Intercâmbio Comercial	117,9	179,3	126,6	62,5	77,7	5,2	37,0
Variação em relação ao ano anterior	64,5%	52,1%	-29,4%	-50,6%	24,2%	-70,5%	610,1%
Saldo Comercial	5,0	172,7	5,7	43,9	23,4	(2,7)	35,4

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.



As exportações brasileiras destinadas à Lituânia apresentaram elevado grau de concentração nos produtos básicos. A venda de açúcar (açúcar de cana e produtos de confeitaria) e fumo (fumo não manufaturado) representaram cerca de 61% do total das vendas.

BRASIL-LITUÂNIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Lituânia, 2012
			Valor	% no total	
Açúcar	11,8	19,1	16,5	32,6%	Açúcar: 16,5
Fumo	11,1	10,2	14,3	28,3%	Fumo: 14,3
Preps aliment. Diversas	3,0	3,1	3,5	6,9%	Preps aliment. Diversas: 3,5
Peles e couros	2,8	2,9	2,8	5,5%	Peles e couros: 2,8
Outs prods origem animal	2,3	2,3	2,7	5,3%	Outs prods origem animal: 2,7
Extr. Tanantes/tintoriais	1,6	1,5	1,9	3,8%	Extr. Tanantes/tintoriais: 1,9
Máquinas mecânicas	0,6	1,4	1,5	2,9%	Máquinas mecânicas: 1,5
Carnes	0,8	0,9	1,2	2,5%	Carnes: 1,2
Madeira	1,0	1,6	1,1	2,1%	Madeira: 1,1
Café	0,0	0,2	0,6	1,2%	Café: 0,6
Subtotal	35,0	43,2	46,0	91,1%	
Outros produtos	31,2	10,0	4,5	8,9%	
Total	66,2	53,2	50,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPV/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb.

As importações brasileiras originárias da Lituânia apresentaram também elevado grau de concentração. Adubos (uréia em solução aquosa, nitrato de amônio) e pescados (sardinhas congeladas) representaram cerca de 69% do total das compras. Em seguida destacaram-se máquinas elétricas (8%) e produtos químicos orgânicos (5%).

BRASIL-LITUÂNIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Lituânia, 2012
			Valor	% no total	
Açúcos	5,4	1,9	11,4	41,9%	Açúcos 11,4
Pescados	0,0	0,560	7,4	27,4%	Pescados 7,4
Máquinas elétricas	0,3	2,5	2,2	8,2%	Máquinas elétricas 2,2
Químicos orgânicos	1,6	1,7	1,5	5,3%	Químicos orgânicos 1,5
Instrumentos médicos	0,7	0,7	0,8	3,1%	Instrumentos médicos 0,8
Obras de ferro/ aço	0,0	0,0	0,5	2,0%	Obras de ferro/ aço 0,5
Automóveis	0,0	0,0	0,5	1,9%	Automóveis 0,5
Máquinas mecânicas	0,2	0,3	0,5	1,8%	Máquinas mecânicas 0,5
Alumínio	0,0	0,0	0,4	1,6%	Alumínio 0,4
Matérias albuminóides	0,3	0,4	0,4	1,3%	Matérias albuminóides 0,4
Subtotal	8,4	7,5	25,6	94,3%	
Outros produtos	52,1	1,8	1,5	5,7%	
Total	60,4	9,3	27,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleweb.

BRASIL-LITUÂNIA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan)	2013 (jan)		Exportações brasileiras para a Lituânia em 2013 (jan)
		Valor	% no total	
Exportações				
Açúcar	0,00	34,28	94,7%	Açúcar 34,28
Calçados	0,13	1,03	2,9%	Calçados 1,03
Extr. Tanantes/tintoriais	0,11	0,25	0,7%	Extr. Tanantes/tintoriais 0,25
Preps aliment. diversas	0,22	0,22	0,6%	Preps aliment. diversas 0,22
Subtotal	0,46	35,79	98,9%	
Outros produtos	0,78	0,40	1,1%	
Total	1,24	36,19	100,0%	

				Importações brasileiras originárias da Lituânia em 2013 (jan)
Importações				
Químicos orgânicos	0,189	0,124	15,3%	Químicos orgânicos 0,124
Automóveis	0,007	0,109	13,5%	Automóveis 0,109
Malte/amidos	0,000	0,107	13,2%	Malte/amidos 0,107
Obras de ferro/aço	0,000	0,104	12,9%	Obras de ferro/aço 0,104
Máquinas elétricas	0,176	0,080	9,9%	Máquinas elétricas 0,080
Máquinas mecânicas	0,007	0,077	9,5%	Máquinas mecânicas 0,077
Subtotal	0,4	0,7	87,9%	
Outros produtos	3,5	0,1	12,1%	
Total	4,0	0,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleweb.

Aviso nº 264 - C. Civil.

Em 8 de abril de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Publicado no DSF, em 11/04/2013.

4



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 27, de 2013 (Mensagem nº 130, de 8/4/2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS*, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido em São Paulo/SP, em 16 de setembro de 1961, 1946, filho de Robiran José dos Santos e de Ana Elvira de Azevedo dos Santos, o Sr. **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** graduou-se em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula, em 1983, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no Ministério das Relações Exteriores em 1993, após ter concluído, no ano anterior, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2008.

**SENADO FEDERAL**

Gab. Senador Eduardo Suplicy

No Exterior, desempenhou, entre outros, as funções de Vice-Cônsul e Cônsul Adjunto, entre 1997 e 2000; Ministro-Conselheiro em Abuja, de 2006 a 2009; Cônsul-Geral Adjunto em Paris, de 2009 a 2011; e Ministro-Conselheiro em Riade, de 2011 até o presente.

Quanto à Libéria, importa registrar nesse relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A República da Libéria ocupa território de 111,3 mil km², onde vivem 4,1 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto em valores calculados pelo poder de compra (PPP), em 2012, foi de 2,6 bilhões de dólares, o que propicia PIB per capita de US\$ 677.

Trata-se de uma república presidencialista, e tem na atual presidenta, Ellen Johnson-Sirleaf, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz em 2011, a primeira Chefe de Estado na África. Ela ocupa o cargo desde 2005, tendo sido reeleita em 2011.

Historicamente, Brasil e Libéria vêm mantendo relacionamento pouco intenso, apesar de o país africano, independente desde 1847, ter sido uma das primeiras nações africanas a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

A partir de anos recentes, entretanto, é possível identificar aproximação gradual, inclusive com visita da Presidenta da Libéria ao Brasil em 2010. No primeiro semestre de 2011, foi concluída a instalação da Embaixada brasileira em Monróvia. Há ainda a implementação de acordos de cooperação técnica e grande potencial para atividades conjuntas na área energética, tendo em vista a grave situação de acesso à rede pública de eletricidade naquele país, que é uma das mais baixas da África.

Quanto ao comércio bilateral, cabe destacar que, embora seja possível observar certo crescimento nos últimos anos (de US\$ 10 milhões em 2006 para US\$ 34 milhões em 2012), ele continua modesto, mesmo para os padrões regionais. As exportações brasileiras representam a quase totalidade desse valor, mesmo com o crescimento expressivo das importações de produtos liberianos nos últimos anos. O Brasil tem exportado principalmente açúcar, arroz e carnes. A borracha natural corresponde quase ao total das mercadorias importadas pelo Brasil.



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 27, DE 2013
(nº 130, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o § 2º do art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

Os méritos do Senhor André Luiz Azevedo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de abril de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente Dilma Rousseff. A assinatura é fluida e cursiva, com o nome 'D. Rousseff' claramente legível.

EM nº 00105/2013-MRE

Brasília, 3 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00105/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

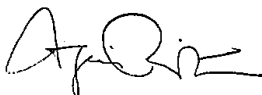
Brasília, 3 de abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****CONSELHEIRO ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**

CPF.: 642.132.507-68

ID.: 10459 MRE

1961 Filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasce em 16 de setembro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1983 Pedagogia, Inglês, pela Universidade Santa Úrsula/RJ
1989 Ciência Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
1992 CPCD - IRBr

Cargos:

1993 Terceiro-Secretário
1998 Segundo-Secretário
2005 Primeiro-Secretário
2008 Conselheiro, por merecimento

Funções:

1993-96 Divisão de Integração Regional, assistente
1996 Ministério de Planejamento e Orçamento, Sec. Planejamento e Avaliação, assessor
1996-97 Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-00 Consulado-Geral em Miami, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
2000-03 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
2003-06 Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
2006 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2006 Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário em missão transitória (10 meses)
2006-09 Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado
2009-11 Consulado Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
2011 Embaixada em Riade, Ministro-Conselheiro, comissionado

Condecorações:

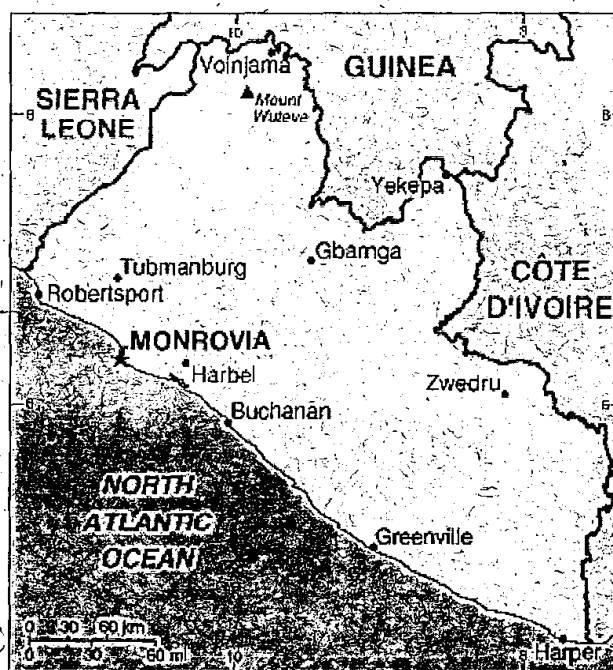
1997 Ordem ao Mérito, Itália, Cavaleiro



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA LIBÉRIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República da Libéria
Capital:	Monróvia
Área:	111.370 km ²
População (ONU, 2011):	4,1 milhões
Idioma oficial:	Inglês
Principais religiões:	Cristianismo 85,6%/40%; islamismo 12,2%/20%; crenças locais 0,6%/40% (Censo 2008/ Departamento de Estado EUA)
Sistema político:	República presidencialista
Poder Legislativo:	O Legislativo é bicameral, composto por Senado (30 membros, eleitos para mandato de 9 anos) e Casa dos Representantes (73 membros, eleitos para mandato de 6 anos)
Chefe de Estado e de Governo:	Presidenta Ellen Johnson-Sirleaf (desde janeiro de 2006; reeleita em 2011)
Chanceler:	Augustine Kpehe Ngafuan (desde fev/ 2012)
PIB (2012, FMI):	US\$ 1,7 bilhão (aprox. metade do PIB de Roraima)
PIB PPP (2012, FMI):	US\$ 2,6 bilhões
Variação do PIB:	7,9% (est. 2013); 8,9% (2012); 8,1% (2011); 6,1% (2010); 5,2% (2009)
PIB per capita (2012, FMI):	US\$ 444
PIB PPP per capita (2012, FMI):	US\$ 677
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) 2012:	0,388 (174ª posição entre 185 países)
Expectativa de vida:	56,8 anos
Índice de alfabetização:	59,1%
Índice de desemprego:	85% (est. 2003); país divulgou nova taxa de 3,7% em 2012, resultado questionado.
Unidade monetária:	Dólar liberiano (1 US\$ = 764 LRD)
Comunidade brasileira estimada:	Não há estimativa

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SEGEX

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil										
Libéria										
Intercâmbio	2.264	28.120	8.888	10.848	17.165	16.264	13.501	20.278	37.500	34.813
Exportações	2.264	28.015	8.781	10.725	17.142	16.181	13.210	17.904	34.869	31.402
Importações	0	105	107	123	23	83	291	2.374	2.630	3.410
Saldo	2.264	27.910	8.674	10.602	17.119	16.098	12.919	15.529	32.238	27.992

PERFIS BIOGRÁFICOS**Ellen Johnson Sirleaf
Presidenta**

Primeira mulher a ser eleita Chefe de Estado na África, Ellen Johnson-Sirleaf nasceu em 29 de outubro de 1938, em Monróvia. Tem quatro filhos e oito netos.

Graduada em Contabilidade e Economia no College of West Africa, em Monróvia, mudou-se em 1961 para os EUA, onde fez pós-graduação na Universidade do Colorado. Depois de concluir Mestrado em Harvard, Ellen Johnson-Sirleaf retornou à Libéria, trabalhando na administração de William Tolbert.

Ocupou a pasta de Ministra das Finanças do país de 1972 a 1973. Após o movimento militar de 1980, que colocou Samuel Doe à frente da nação, Sirleaf se exilou no Quênia, mas retornou em 1984, acreditando na promessa de eleições livres e multipartidárias. Contudo, foi presa em 1985, ao fazer campanha em favor da oposição. Depois de curto período de encarceramento, deixou o país e voltou a viver no exílio.

Sirleaf voltou ao país e concorreu nas eleições de 1997, sendo derrotada por Charles Taylor. Após o fim do conflito civil liberiano, com a queda de Taylor, Sirleaf candidatou-se à Presidência, em 2005. Perdeu o primeiro turno para o ex-jogador de futebol George Manneh Weah (28,3% a 19,8%), mas venceu o segundo turno das eleições, por 59,4% a 40,6%.

Em 2011, a Presidenta Ellen Johnson Sirleaf foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz.

Ainda em 2011, foi reeleita, em segundo turno, para mais um mandato presidencial.

Augustine Kpehe Ngafuan
Ministro de Assuntos Estrangeiros

Nasceu em 7 de abril de 1970, em Monróvia. É formado em Contabilidade (1989) na Booker Washington Institute (Libéria) e em Administração de Empresas (2000) na Universidade da Libéria. Em 2004, recebeu seu diploma de Mestre em Finanças e Contabilidade pela *Simon Graduate School of Business Administration* da Universidade de Rochester em Nova York, EUA.

Iniciou sua carreira política como Presidente da União Estudantil da Universidade da Libéria (Junho 1998 – Fevereiro 2000) e, posteriormente, organizador e líder da *Youths for Ellen Presidency* (YEP), organização estudantil que desempenhou papel de relevo na campanha à Presidência de Ellen Johnson Sirleaf, em 2005.

Foi Diretor-Geral da Secretaria do Orçamento (2006 a 2008) e Ministro das Finanças (2008 a 2012).

Assumiu o Ministério de Assuntos Estrangeiros em 10 de fevereiro de 2012. Visitou o Brasil em abril de 2012, para participar da Conferência de Alto Nível para o Governo Aberto, ocasião em que foi recebido pelo Ministro Antonio Patriota.

RELACIONAMENTOS BILATERAIS

Historicamente, Brasil e Libéria tiveram contatos pouco intensos, a despeito de o país africano, independente desde 1847, ter sido uma das primeiras nações do continente a estabelecer relações diplomáticas com o País.

Não obstante, é possível identificar, nos últimos anos, gradual aproximação. Em fevereiro de 2010, a então Ministra de Negócios Estrangeiros, Olubanke Akerele, visitou o Brasil e apresentou demandas de cooperação nas áreas de agricultura, esporte, energia, mineração e

desenvolvimento do setor privado. Dois meses depois, a Presidenta da República da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, também visitou o Brasil.

No primeiro semestre de 2011, foi concluída a instalação da Embaixada brasileira em Monróvia. O atual Ministro de Assuntos Estrangeiros da Libéria, Augustine Ngafuan, visitou o Brasil, em abril de 2012, para participar da Conferência Anual de Alto Nível da Parceria de Governo Aberto ("*Open Government Partneship*"). Em encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, o Chanceler liberiano transmitiu a expectativa de seu país de poder contar com a cooperação brasileira em diversas áreas, com destaque para a educacional.

Ainda em 2012, o Ministro das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos da Libéria, Amara Konneh, viajou ao Brasil à frente da delegação liberiana à Conferência Rio+20.

Cooperação técnica

No segundo semestre de 2011, o Brasil cumpriu os requisitos para a entrada em vigor do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009. O Acordo entrará em vigor após o recebimento, por parte do Brasil, de notificação liberiana sobre o cumprimento dos seus requisitos legais.

No âmbito das relações Brasil-Libéria em 2012, cabe destacar a vinda de duas delegações do Governo liberiano ao Brasil, entre os meses de março e junho, para participar da execução de duas atividades isoladas na área de metrologia e de formação profissional, realizadas nas cidades de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. As últimas atividades da ABC na Nigéria ocorreram em 2010. Nesse ano, foram realizadas atividades isoladas e missões de prospecção ao país. Como exemplo pode-se citar: a missão conjunta da ABC e do MDIC para a prospecção de projetos nas áreas de agricultura, formação profissional, indústria têxtil e metrologia; a missão do Instituto Liberiano de Estatística ao IBGE para a prospecção de projetos nas áreas de metodologia de pesquisa em estatística pública; a missão de estudos liberiana sobre o sistema esportivo no Brasil; e a missão de prospecção do SENAC e do MEC-SETEC na área de ensino profissionalizante para jovens.

Cooperação energética

A Libéria dispõe de uma das menores taxas de acesso à rede pública de eletricidade na África e a menor taxa de consumo elétrico per capita. A destruição da infraestrutura de geração e de transmissão de energia durante

a guerra civil, encerrada em 2003, é apontada como a principal causa da precária situação energética do país.

Apesar de dispor de significativo potencial hidrelétrico, a eletricidade consumida na Libéria é produzida por geradores acionados por combustível fóssil importado, o que torna o custo da geração no país um dos mais elevados do mundo (US\$ 0,54 por kWh). De acordo com estimativas do Governo liberiano, a recuperação da usina hidrelétrica de Mount Coffee, vandalizada durante a guerra civil, reduziria o custo da eletricidade em mais de 60%. O principal empecilho para sua recuperação, no entanto, é o custo, estimado em aproximadamente US\$ 200 milhões.

O Brasil é percebido pela Libéria como importante parceiro em potencial na área de energia. Nesse sentido, em abril de 2010, por ocasião da visita ao Brasil da Presidenta Ellen Johnson-Sirleaf, foi assinado Memorando de Entendimento entre os dois países para a cooperação em energia e mineração. A primeira iniciativa de cooperação bilateral na área de energia está inserida no contexto da estratégia brasileira de promover a produção e o uso sustentável de bioenergia no continente africano. Em 2011, foi iniciado estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis na Libéria. Realizado em base bilateral e financiado pela Vale, o referido estudo está sendo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em estreita colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e com a Embrapa. O relatório final deverá indicar áreas propícias para a produção sustentável de biocombustíveis, bem como apresentar propostas de modelos de negócios.

Em encontro, à margem da Conferência Rio+20, entre o Ministro das Finanças da Libéria, Amara Konneh, e o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o representante liberiano fez apelo para que o Brasil coopere com o Governo da Libéria na restauração da usina hidrelétrica de Mount Coffee. O Ministro brasileiro se mostrou disposto a cooperar nesse sentido, indicando, em setembro de 2012, a possibilidade de envio de missão técnica da Eletrobras ao país. Para tanto, foi solicitado ao Governo liberiano o envio de convite formal para a realização da missão em apreço, o que até o momento não se concretizou.

Relações econômicas

Em 2010, o Brasil enviou duas missões intersetoriais, lideradas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, à Libéria. A cooperação econômica, porém, pouco avançou desde então.

Atualmente, a Vale e a Odebrecht são as únicas empresas brasileiras com atuação na Libéria. A mineradora possui duas licenças de exploração e vinha realizando estudos geológicos com equipes de pequeno porte. Seus

diretores deixaram, recentemente, o país. A construtora, por sua vez, firmou contrato com mineradora ARCELOR MITTAL para reforma de uma ferrovia e um porto utilizados no processo de exportação de minério de ferro na Libéria. Atualmente, a ODEBRECHT possui 17 funcionários residentes no país africano.

Quanto ao comércio bilateral, cabe destacar que, embora seja possível observar certo crescimento nos últimos anos- em 2006, as trocas somaram US\$ 10 milhões, ao passo que, em 2012, o valor registrado chegou a US\$ 34 milhões-, ele continua modesto, mesmo para os padrões regionais. As exportações brasileiras representam a quase totalidade desse valor, mesmo com o crescimento expressivo das importações de produtos liberianos nos últimos anos. No que se refere à composição da pauta, o Brasil tem exportado, sobretudo, açúcar, arroz e carnes. A borracha natural corresponde quase à totalidade das mercadorias importadas pelo Brasil.

Empréstimos oficiais e investimentos

Não há registros de concessão de créditos oficiais ao Governo da Libéria.

Assuntos consulares

Os brasileiros residentes na Libéria já constituíram uma comunidade mais numerosa, mas, embora seu número se tenha reduzido (com a retirada dos executivos da mineradora Vale, por exemplo), continuam a residir na Libéria alguns militares do Exército Brasileiro, em serviço na Força de Paz das Nações Unidas, civis que trabalham para organizações multilaterais ou empresas privadas, estrangeiras ou até mesmo brasileiras, como a Construtora Norberto Odebrecht (cujo contingente era de 17 funcionários residentes em julho de 2012). E há aqueles que lá se estabeleceram para explorar o seu próprio negócio, como o caso de brasileiro que comercializa material de construção.

A Embaixada em Monróvia ainda não dispõe de Setor Consular. A comunidade brasileira na Libéria pode ser atendida pelos Setores Consulares das Embaixadas nos três países vizinhos – Gana, Côte d'Ivoire e República da Guiné.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

A trajetória histórica da Libéria é distinta daquela da maioria dos países da África. Sua independência, em 1847, foi promovida por negros

livres vindos dos Estados Unidos. Nas décadas seguintes, quando o restante do continente africano caía sob o domínio das potências europeias, a Libéria manteve sua soberania. No cenário interno, o país se caracterizou, desde cedo, pela rivalidade entre aqueles grupos de origem norte-americana – que passaram a formar as elites governistas do país – e os grupos autóctones que habitavam a área há diversos séculos.

Uma ponto de inflexão na história nacional ocorreu na década de 1940, quando William Tubman assumiu a Presidência (seu governo estendeu-se de 1944 a 1971). Considerado o pai da Libéria moderna, Tubman promoveu processo de modernização e adotou política de união nacional, que visava a dar mais direitos às populações autóctones.

A elite de origem estrangeira, porém, controlou a vida política liberiana até 1980, quando Samuel Doe, autóctone, organizou o golpe de estado que derrubou o então Presidente William Tolbert, sucessor de Tubman. Em 1985, em eleições consideradas fraudulentas, Doe foi eleito. Seu governo era amplamente criticado pelos altos índices de corrupção. No final da década de 1980, o país entrava em Guerra Civil.

As duas guerras civis

Charles Taylor, ex-funcionário da administração Doe, acusado de corrupção, organizou, com apoio da Líbia, o grupo rebelde Frente Patriótica Nacional da Libéria (NPFL, sigla em inglês). Em 1989, a guerrilha entrou, pela Côte d'Ivoire, no território liberiano. Rapidamente, os rebeldes conquistaram posições no interior do país, avançando em direção a Monróvia.

Em agosto de 1990, tropas armadas de monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) desembarcaram em Monróvia, estabelecendo o controle militar na capital e impondo um cessar-fogo. Apesar de ter sido colocado sob proteção da força de paz, o Presidente Doe não escapou de ser capturado por rebeldes, que o torturaram até a morte.

Nessa altura, o conflito já assumia proporções de uma guerra civil generalizada, alimentada pelo comércio de recursos naturais do país, como o diamante e a madeira: as forças de Charles Taylor (NPFL) recusavam-se a reconhecer a autoridade do governo interino patrocinado pela CEDEAO; divergências entre os rebeldes deram início a hostilidades militares entre os ex-aliados.

Entre 1990 e 1997, registraram-se várias tentativas frustradas para o estabelecimento da paz, com participação direta da ONU a partir de dezembro de 1993, mediante o estabelecimento da Missão Observadora das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL), incumbida de supervisionar a desmobilização militar. Em 1997, realizaram-se, finalmente, eleições

parlamentares e presidenciais. Charles Taylor, líder das NPFL, foi eleito, com mais de 75% para o cargo de presidente. Ellen Johnson Sirleaf, a segunda colocada, obteve apenas 10% dos votos.

Ex-membros das milícias partiram para o exílio na Guiné, onde formaram o movimento dos Liberianos Unidos para a Reconciliação e a Democracia (LURD). Invadiram a Libéria em abril de 1999, e começaram a Segunda Guerra Civil do país.

As lutas com o governo intensificaram-se em fins de 2001 e, em 2003, a Segunda Guerra Civil chegou ao ápice. Em março de 2003 o Tribunal Especial da ONU em Freetown (Serra Leoa) aprovou o indiciamento de Charles Taylor por crimes de guerra em Serra Leoa, e em maio o CSNU renovou as sanções vigentes contra a Libéria. Após meses de pressão regional e internacional, Charles Taylor renunciou em benefício do vice-presidente Moses Blah e, em 11 de agosto de 2003, partiu para o exílio na Nigéria.

Com o apoio das forças de paz da ONU, um governo interino comandado pelo empresário Gyudeh Bryant governou o país até as eleições presidenciais de outubro de 2005. As eleições foram consideradas legítimas e pacíficas por observadores das Nações Unidas e, após perder o primeiro turno para o ex-jogador de futebol George Manneh Weah, Ellen Johnson-Sirleaf foi eleita no segundo turno das eleições. Em 2011, Sirleaf foi reeleita.

Instituições

A Libéria é uma república presidencialista. O Estado é unitário, dividido em 15 condados. O Legislativo é bicameral, composto por Senado (30 membros, eleitos por voto popular para mandato de 9 anos) e Casa dos Representantes (73 membros, eleitos por voto popular para mandato de 6 anos). O Judiciário resume-se à Corte Suprema.

O presidencialismo na Libéria segue o modelo institucional dos Estados Unidos, com respeito ao princípio da separação dos poderes. O funcionamento das instituições ainda se ressentem dos efeitos dos períodos de guerra civil, quando o estado liberiano perdeu a capacidade de operação. A segurança interna do país, por exemplo, ainda depende da presença das tropas da missão das Nações Unidas para a Libéria (UNMIL), estabelecida em 2003. A corrupção é reconhecida como grande desafio a ser superado.

As relações entre o Executivo e o Legislativo têm sido em determinados momentos tensas. Parlamentares da oposição ameaçaram, em janeiro passado, abrir processo de "impeachment" contra a Presidente Sirleaf.

Há relativa liberdade de imprensa e liberdade de associação. O país conta com numerosas organizações da sociedade civil. Não há restrições à

liberdade sindical, mas não é raro que conflitos trabalhistas gerem incidentes violentos.

Principais forças políticas em atuação

O principal partido político é o Partido da Unidade (UP), que governa o país desde 2005. Embora o partido não disponha de maioria no Parlamento, os Presidentes do Senado e da Assembleia Nacional integram seus quadros. O Congresso para a Mudança Democrática (CDC) é a principal agremiação oposicionista.

Desdobramentos recentes (2011-2013)

Apesar de as eleições presidenciais e legislativas de 2011 terem sido consideradas transparentes, o país conheceu momentos de tensão. Winston Tubman, candidato oposicionista, alegou fraudes e boicotou o segundo turno. Marcha de seu partido, o Congress for Democratic Change (CDC), foi duramente reprimida, e meios de comunicação tiveram seu funcionamento impedido pelo Governo. Esperava-se que, reeleita, Johnson Sirleaf formasse governo inclusivo, que abrangesse membros da oposição. Além dessa expectativa não ter se concretizado, a Presidenta também tem sido acusada de nepotismo e de permissividade com a corrupção. Membros de seu próprio partido têm criticado a mandatária. A ativista Leymah Gbowee, que, assim como a Presidenta, foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz em 2011, também tem manifestado reservas com as ações de Sirleaf.

Liberia Vision 2030

Pressionada, a Presidente Johnson Sirleaf lançou, em dezembro de 2012, a "Liberia Vision 2030", uma agenda econômica e política de longo prazo para o país concretizar suas aspirações econômicas e sociais, a qual cobre, entre outros assuntos, um sistema político justo, segurança, Estado de direito e reconciliação nacional.

A necessidade de se reformar a Constituição, por sua vez, ganhou ímpeto com a criação, em agosto de 2012, do Comitê de Revisão Constitucional, que tem o mandato de orientar uma revisão da Carta liberiana, por meio de consultas em todo o país. A atual Constituição do país concentra poder político no Executivo e centraliza as funções do Estado em Monróvia.

POLÍTICA EXTERNA

Os princípios norteadores da política externa liberiana têm sido a manutenção da segurança nacional, a preservação da integridade territorial, a não-interferência nos assuntos internos de outros países e a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Em consonância com esses princípios, o país tem relações amistosas com o Ocidente, mas também desenvolve laços significativos com a China, parceira no esforço de desenvolvimento.

As relações do Governo liberiano com os países e instituições doadores são boas. Os doadores avaliam que o país tem feito progressos nas áreas de transparência e responsabilidade fiscal.

Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos são intensas em virtude do papel desempenhado pelo país no surgimento da Libéria como nação independente e do apoio para a sua reconstrução nos anos recentes. Desde o término da guerra civil liberiana, em 2003, os Estados Unidos já contribuíram com mais de US\$ 1 bilhão em assistência bilateral, além de terem efetuado contribuição de valor semelhante para as atividades da Missão das Nações Unidas no país (UNIMIL).

China

A China, por sua vez, tem investimentos de aproximadamente US\$ 9,9 bilhões na Libéria. Os dois países romperam e reataram relações diplomáticas diversas vezes desde 1977, a última vez em 1997, em virtude do reconhecimento de Taiwan pela Libéria. A Embaixada chinesa em Monróvia foi reaberta em janeiro de 2004, após a Libéria ter anulado seu reconhecimento de Taiwan. Há participação de empresas chinesas em obras públicas, geração de energia e telecomunicações.

O Presidente Hu Jintao anunciou em 2012, que a China colaborará com a África na formação de 30.000 jovens, oferecerá 18 mil bolsas de estudo e enviará 1500 médicos ao continente.

O cenário regional

Durante o período do governo Charles Taylor (1997-2003), recentemente condenado pelo Tribunal Penal Internacional, as relações da Libéria com seus vizinhos se tornaram tensas, em virtude dos efeitos da guerra civil liberiana, que acabou se espalhando para Serra Leoa.

Após a eleição de Ellen Johnson-Sirleaf (2005), a Libéria passou a engajar-se mais ativamente nos processos de integração regional. O país é membro fundador da Organização das Nações Unidas e faz parte da União Africana (UA), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Movimento dos Não-Alinhados.

A Libéria integra também a União do Rio Mano, juntamente com a Costa do Marfim, Guiné e Serra Leoa. Formada em 1961, a organização visa a promover a cooperação econômica entre seus membros.

O conturbado cenário regional afeta, por vezes, a Libéria. A crise eleitoral de 2010-2011 na Costa do Marfim, por exemplo, produziu reflexos imediatos, causando, particularmente, o êxodo populacional na região fronteira e o movimento de militares e mercenários. Especula-se que os partidários do ex-Presidente ivoriano, Laurent Gbagbo, recrutem mercenários em território liberiano. Em decorrência desse quadro, os Governos da Libéria e da Côte d'Ivoire têm cooperado com vistas a enfrentar os desafios de segurança comuns na fronteira. A Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) também tem cooperado com a Missão das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (UNOCI). Permanece, porém, a intensa preocupação com atividades de cartéis internacionais de drogas e o tráfico de armas na região.

Crise maliense

A Libéria endossou a decisão da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO) de apoiar a operação militar francesa para restaurar a integridade territorial maliense, em cheque devido a atuação de grupos islâmicos radicais e separatistas tuaregues. O país enviou um pelotão para se integrar à Missão Internacional de Apoio ao Mali (MISMA). A decisão é histórica, pois a última vez que o Governo liberiano participou de uma missão de paz ocorreu na década de 1960, por ocasião da crise congoleza.

A ONU

No país, há atualmente cerca de 9.000 militares, que constituem a UNMIL. Estabelecida em 2003, exerce importante papel, inclusive como força dissuasiva contra ameaças de retaliação violenta às recomendações da Comissão de Verdade e Reconciliação, de processar criminosos de guerra e de impor limites à sua participação política.

O CSNU adotou, em dezembro de 2012, resolução que estendeu, por mais doze meses, o regime de sanções relativo à Libéria, inicialmente implementado em 2003. Foram, dessa forma, renovadas as medidas

relativas ao embargo de armas, à proibição de viagem e ao bloqueio de bens.

ECONOMIA

Panorama econômico

A Libéria é um dos países mais pobres do mundo. O PIB per capita do país é de apenas US\$ 444 (FMI, 2012). A pobreza extrema liberiana decorre, em grande medida, dos efeitos negativos que o período de guerra civil (1989-2003) legou ao país. Estima-se que, durante o período de 1987 a 1995, o país perdeu o equivalente a 90% de seu PIB.

O período pós-guerra (2003 em diante) iniciou-se, portanto, em ambiente de degradação da infraestrutura física e das instituições estatais, com pobreza disseminada por praticamente toda a população.

O território liberiano, entretanto, dispõe de uma diversidade de riquezas naturais, como água em abundância, recursos minerais e florestas. Ademais, o clima e o solo favorecem a agricultura.

Borracha e minério de ferro são atualmente os dois principais produtos de exportação. Vale mencionar também as rendas advindas da tradicional política de estímulo ao registro de navios de não-residentes, que fez da Libéria, nos anos 1970, o segundo maior país do mundo em termos de embarcações¹. Outros itens da pauta de exportação são madeira, diamantes- cujas exportações foram embargadas durante a guerra civil- ouro, café e cacau.

O setor agrícola

A agricultura é pouco produtiva e, em quase todo país, voltada para a subsistência. A Libéria sofre com a alta dependência de comida importada. As principais culturas são arroz, cacau e café.

¹ A política se dá, basicamente, por meio da redução dos custos operacionais relacionados ao registro das embarcações não-residentes. Para evitar grandes distorções na balança comercial ou na conta de capitais do país africano, o Fundo Monetário Internacional, e outras instituições internacionais, não incluem as cifras, vultuosas, de comércio e investimentos das companhias de navegação não-residentes com registro liberiano. Nas contas externas liberianas, de acordo com a metodologia dessas instituições, aparecem (na conta de serviços) apenas os recursos recebidos por essa política, previstos para US\$ 25 milhões em 2013. Nesta seção (Economia), foi adotado esse procedimento, embora dados registrados no anexo estatístico deste documento tenham sido calculados com base em metodologia diferente.

As plantações para exportação de látex, normalmente geridas por empresas estrangeiras, constituem exceção, pois se dão em escala mais ampla e com técnicas modernas. Há potencial para a exploração de palma, que pode se tornar um dos principais produtos agrícolas da Libéria nos próximos anos.

O setor minerador

A mineração de ferro era a principal atividade econômica até a década de 1980. O setor entrou em crise em decorrência dos conflitos internos. A partir da redemocratização do país (2005), investimentos externos – feitos por companhias como a Mittal Steel, BHP Biliton e China Union – têm contribuído para revitalizar o setor. Atualmente, o minério de ferro é o segundo principal produto de exportação.

O setor industrial

Frequentes quedas no fornecimento de energia elétrica, alto custo da matéria-prima importada, baixa demanda doméstica e falta de mão-de-obra qualificada são alguns dos fatores que entravam o crescimento da produção industrial liberiana. Antes dominado por fábricas de processamento de borracha e ferro, o setor industrial hoje se resume à produção de itens menores, para consumo interno, tais como cerveja, cigarros, cimento, móveis, sabonetes e vestuário.

Dados macroeconômicos

A dívida externa liberiana reduziu-se significativamente devido à assistência do Banco Mundial, do FMI, dos Estados Unidos e da União Europeia.

A inflação, por sua vez, encontra-se controlada. Após ter recuado para 6,9% em 2012 – em parte devido a uma pequena apreciação cambial – espera-se que a taxa inflacionária caia um pouco mais, antes de se elevar em 2014. Os preços globais do petróleo – fator importante em surtos inflacionários anteriores no país – devem cair em 2013 e permanecer estáveis em 2014, ao passo que os preços de alimentos vai reduzir-se em ambos os anos.

A política monetária é praticamente ineficaz, uma vez que, em decorrência das guerras civis, o grau de dolarização da economia aumentou sensivelmente. O único canal de transmissão da política monetária é o câmbio. Caso o Governo deseje controlar a inflação, por exemplo, ele deve tentar manter o dólar liberiano estável ou valorizado. Dado o alto grau de dolarização da economia, mesmo esse instrumento tem eficácia restrita.

A política fiscal também possui eficácia limitada. A base de arrecadação, apesar de recentes melhoras, é ainda restrita. Seguindo as orientações das organizações multilaterais de crédito, o Governo deve fazer esforços para controlar o aumento de gastos públicos e deve priorizar a reconstrução da infraestrutura básica. O mais relevante, no entanto, é que Programas de reconstrução e desenvolvimento continuarão a ser, em grande parte, financiados e geridos por doadores, cujos orçamentos superam em muito os recursos fiscais do Governo.

No que diz respeito à balança comercial, o país tem apresentado constantes e significativos déficits, mesmo com a forte tendência de alta das exportações liberianas nos últimos anos. Em parte, esse déficit é resultado das importações relacionadas às atividades da Missão das Nações Unidas para a Libéria (UNIMIL), que representam cerca de 50% das compras externas do país.

Perspectivas

Apesar dos desafios, a economia do país tem apresentado crescimento. Estima-se que o PIB tenha crescido 8,9% em 2012. Para 2013, prevê-se aumento de 7,9%. As exportações de minério de ferro e borracha, a entrada em operação de alguns grandes empreendimentos mineradores, um melhor desempenho do setor agrícola devem impulsionar tal crescimento. A consolidação de um ambiente interno pacífico – ainda que afetada por crises políticas – poderá contribuir para manter essa tendência.

ANEXOS

Cronologia histórica

Séc. XII Indícios arqueológicos indicam que sociedades da etnia mende se estabelecem na região por volta desta época.

Séc. XV Primeiros contatos comerciais dos chefes tribais da região com britânicos, holandeses e portugueses.

1822 A Sociedade Norte-Americana de Colonização estabelece a Libéria como ponto de envio de descendentes de escravos residentes nos EUA.

1847 Independência do país.

1980 Grupo de oficiais militares de baixa patente, liderados pelo sargento Samuel Doe, assume o poder após golpe de estado contra o então Presidente William Tolbert.

1985 Tentativa frustrada de golpe contra Doe.

1989 Início da Primeira Guerra Civil liberiana, com a entrada de milícias invasoras lideradas, do exílio, por Charles Taylor e o Príncipe Yeduo Johnson.

1996 Após o fracasso do acordo original, é assinado um segundo Acordo de Abujã, reiterando os termos do primeiro, estipulando sanções internacionais, e pondo fim à Primeira Guerra Civil da Libéria.

1997 Charles Taylor é eleito presidente. Ex-membros das milícias partem para o exílio na Guiné.

1999 Nova invasão da Libéria em abril, o que propicia o começo da Segunda Guerra Civil do país.

2003 Cessar-fogo da Segunda Guerra Civil e início do governo interino, comandado pelo empresário Gyudeh Bryant.

2005 Eleições presidenciais dão a vitória a Ellen Johnson-Sirleaf.

2011 Ellen Johnson-Sirleaf, junto com a também liberiana Leymah Gbowee, e a iemenita Tawakkul Karman, é agraciada com o Nobel da Paz.

2011 Eleições presidenciais dão um segundo mandato a Ellen Johnson-Sirleaf.

2012 O ex-Presidente Charles Taylor é condenado pelo Tribunal Especial para Serra Leoa a 50 anos de prisão.

Cronologia das relações bilaterais

1925 Assinado o primeiro acordo entre os dois países (Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias).

1965 Missão comercial brasileira visita a África Ocidental, passando por Monróvia.

1966 Instalação do Consulado honorário brasileiro na Libéria.

1973 Nova missão comercial visita o país africano.

1977 Ministro da Indústria e Comércio da Libéria, William Dennis, visita o Brasil à frente de uma missão econômica. Na ocasião, é assinado acordo comercial.

1978 Criada a Embaixada do Brasil em Monróvia, com sede em Abidjá.

2008 Durante entrega das Cartas Credenciais da Embaixadora do Brasil na Libéria (residente em Abidjã), Maria Auxiliadora Figueiredo, a Presidente Sirleaf demonstra grande interesse em estabelecer cooperação ativa com o Brasil, sobretudo nas áreas de saúde, educação, agricultura, energia e governança.

2009 Em fevereiro, missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visita a Libéria para tratar de cooperação em agricultura e saúde e técnico do MAPA viaja a Monróvia para colaborar no combate à praga da “lagarta militar”.

Em junho, Brasil e Libéria assinam Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

Em agosto, missão da Libéria visita a FUNDAP, para tratar de cooperação na área de fortalecimento institucional.

Em novembro, representante da Libéria participa da II Semana do Etanol, seminário organizado, em Ribeirão Preto, pelo MAPA, ABC e Universidade Federal de São Carlos.

2010 Em fevereiro, a Ministra de Negócios Estrangeiros da Libéria, Olubanke Akerele realizou visita oficial ao Brasil, acompanhada de assessores das áreas de Minas e Energia, Petróleo, Juventude e Esportes, Meio Ambiente e Cooperação Internacional.

Em março, o MDIC, com apoio do MRE, realizou missão de prospecção à Libéria, nas áreas de comércio e indústria, quando foram levantadas diversas possibilidades de cooperação bilateral.

Em abril do corrente, a Presidente da República da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, visitou o Brasil e reuniu-se com autoridades brasileiras em Brasília (07/04) e Salvador (08/04). No dia 07 de abril, o Senhor Presidente da República recebeu a Presidente da Libéria com almoço. Nos dias 09 e 10, a Presidente e parte de sua comitiva visitaram a Serra dos Carajás, base do programa de mineração Grande Carajás, da Vale.

Em junho, o MDIC, com apoio do MRE, realizou uma segunda missão de cooperação técnica e empresarial para a Libéria, mantendo vários contatos e reuniões com as autoridades, corpo técnico e empresários daquele país.

2012 Em abril, O Ministro de Assuntos Estrangeiros da Libéria, Augustine Ngafuan, visitou o Brasil, em abril de 2012, para participar da Conferência Anual de Alto Nível da *Open Government Partnership*.

Em junho, o Ministro das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos da Libéria, Amara Konneh, viajou ao Brasil à frente da delegação liberiana para a Rio+20.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Publicação Data
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias	15/07/1925	08/07/1935
Acordo Comercial	21/11/1977	07/11/1978
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/05/2009	Aprovado pelo Senado Federal em agosto/2011; aguarda aprovação pela Libéria
Acordo sobre Cooperação Educacional	07/04/2010	Aprovado pelo Senado Federal em julho/2012; aguarda aprovação pela Libéria
Acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico	07/04/2010	Aprovado pelo Senado Federal em maio/2012; aguarda aprovação pela Libéria

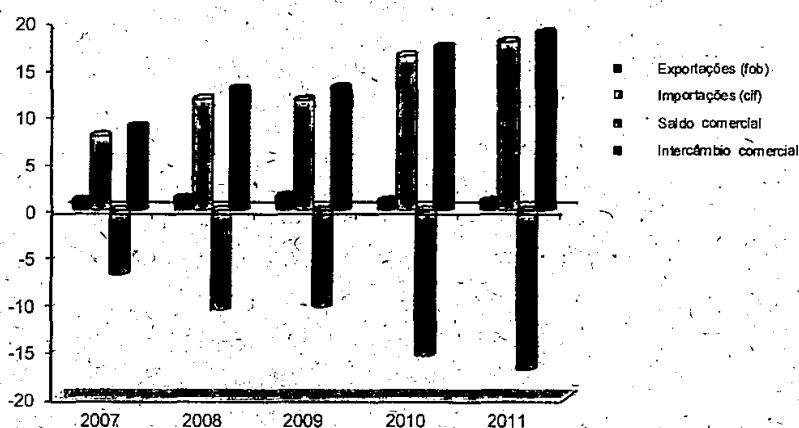
LIBÉRIA: COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽²⁾
Exportações (fob)	1,03	1,22	1,42	0,93	0,92
Importações (cif)	7,87	11,76	11,67	16,42	17,89
Saldo comercial	-6,84	-10,54	-10,25	-15,49	-16,97
Intercâmbio comercial	8,90	12,98	13,09	17,35	18,82

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) A Libéria não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

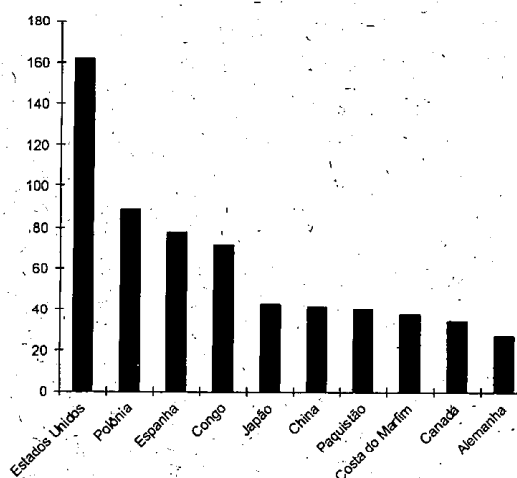
(2) Última posição disponível em 25/03/2013.



O comércio exterior da Libéria apresentou, em 2011, variação de 111% em relação a 2007, de US\$ 8,9 bilhões para US\$ 18,82 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011, a Libéria figurou como o 96º mercado mundial, sendo o 152º na exportação e o 82º na importação.

LIBÉRIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 ⁽¹⁾	% no total
Estados Unidos	161,5	17,5%
Polônia	89,0	9,6%
Espanha	77,5	8,4%
Congo	71,6	7,7%
Japão	42,7	4,6%
China	41,2	4,5%
Paquistão	39,7	4,3%
Costa do Marfim	37,3	4,0%
Canadá	34,1	3,7%
Alemanha	27,2	2,9%
...		
Brasil	2,63	0,3%
Subtotal	624,6	67,6%
Outros países	299,7	32,4%
Total	924,3	100,0%



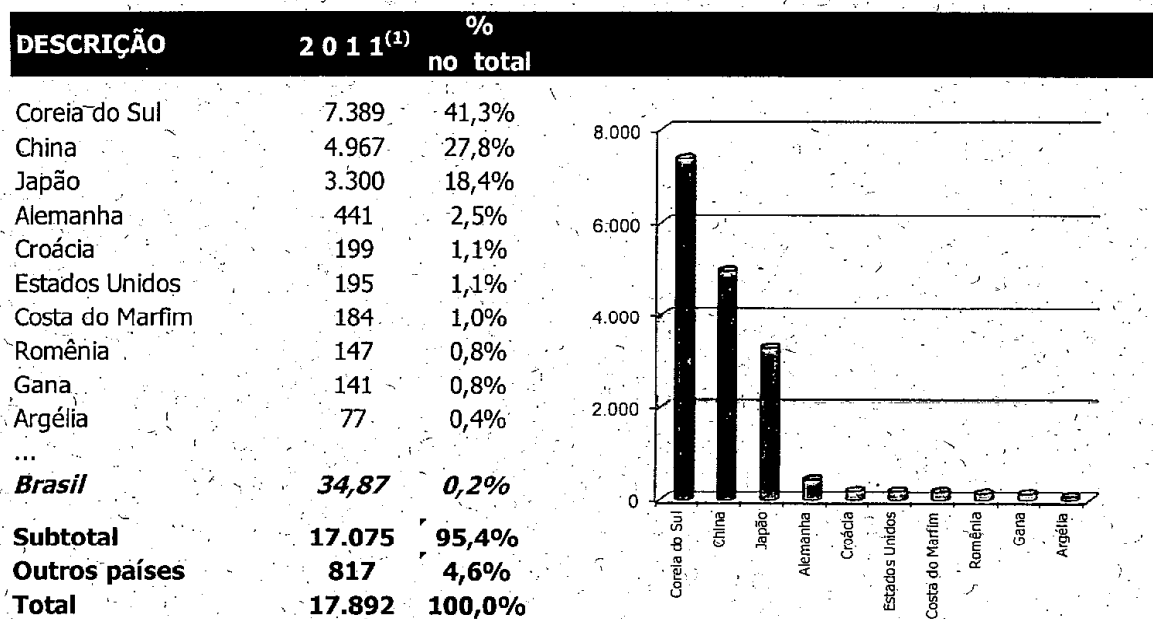
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 25/03/2013.

Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações da Libéria em 2011, representando 17,5% do total. Seguiram-se Polônia (9,6%); Espanha (8,4%); e Congo (7,7%). O Brasil obteve a 36ª posição entre os principais compradores do país, com 0,3% do total.

LIBÉRIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

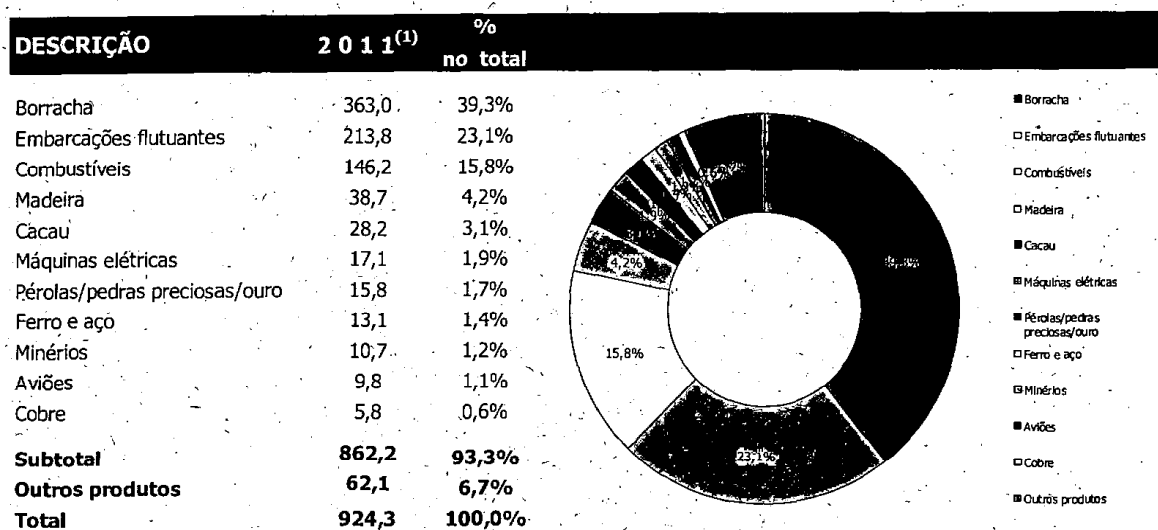


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 25/03/2013.

Como nas exportações, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de bens a Libéria, representando 41,3% do total importado pelo país em 2011. Seguiram-se China (27,8%); Japão (18,4%); e Alemanha (2,5%). O Brasil obteve o 20º lugar, com 0,2% da oferta exportadora da Libéria.

LIBÉRIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - US\$ milhões

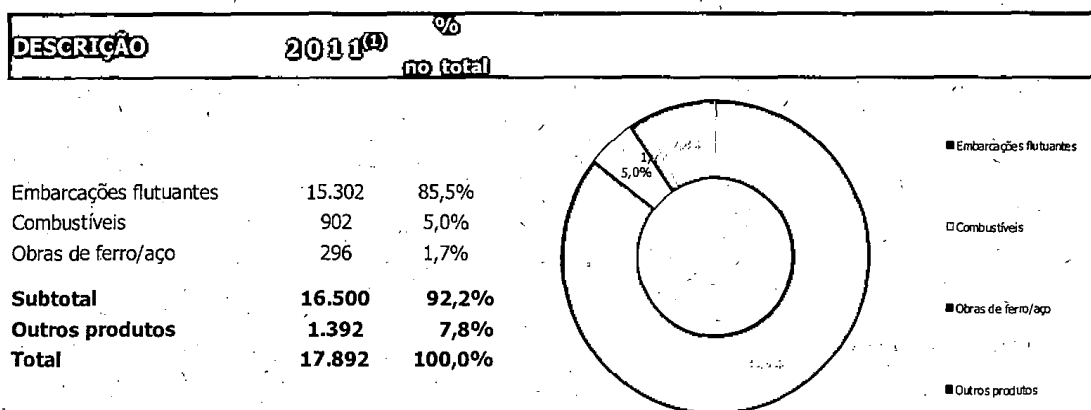


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/CONTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 25/03/2013.

A pauta de exportações da Libéria é concentrada. Em 2011 a borracha (borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras) foi o principal grupo de produtos exportado, com 39,3% do total das vendas do país. Embarcações flutuantes (transatlânticos, barcos de excursão, "ferry-boats", cargueiros, chatas e embarcações semelhantes, para o transporte de pessoas ou de mercadorias) representaram 23,1% da pauta. Combustíveis (óleo de petróleo, bruto e refinado) representaram 15,8%, e madeira, 4,2%.

LIBÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em US\$ milhões



Elaborado pelo INE/DAI/DAI - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados de COMTRADE/ABRUC/COMTRADE/TradeMap, Março 2013.

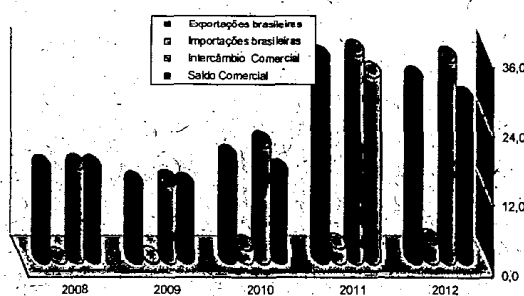
A pauta de importação da Libéria é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado. O principal item são embarcações flutuantes (transatlânticos, barcos de excursão, "ferry-boats", cargueiros, chatas e embarcações semelhantes, para o transporte de pessoas ou de mercadorias, barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes, docas flutuantes, plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis). Os combustíveis, basicamente, óleo de petróleo refinado, representaram 5%.

BRASIL-LIBÉRIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
Exportações brasileiras	16,2	13,2	17,9	34,9	31,4	7,1	2,8
Variação em relação ao ano anterior	-5,6%	-18,4%	35,5%	94,8%	-9,9%	369,8%	-60,9%
Importações brasileiras	0,1	0,3	2,4	2,6	3,4	0,76	0,79
Variação em relação ao ano anterior	255,4%	248,8%	716,4%	10,8%	29,7%	-5,1%	3,3%
Intercâmbio Comercial	16,3	13,5	20,3	37,5	34,8	7,8	3,5
Variação em relação ao ano anterior	-5,2%	-17,0%	50,2%	84,9%	-7,2%	238,9%	-54,6%
Saldo Comercial	16,1	12,9	15,5	32,2	28,0	6,3	2,0

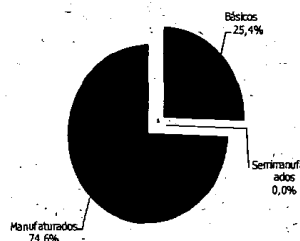
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Libéria figurou como o 130º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 114%, causada pelo aquecimento ocorrido nas importações brasileiras de mais de 1.000%. As exportações nacionais cresceram 94% nesse intervalo. O intercâmbio comercial entre os dois países aumentou de US\$ 16,3 milhões em 2008 para US\$ 34,8 milhões em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio analisado, registrou superávit de US\$ 28 milhões em 2012.



BRASIL-LIBÉRIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

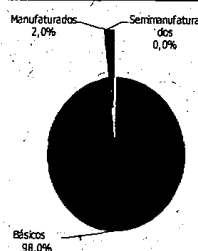
ESCRICÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	7,8	24,8%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	22,9	72,8%
Transações especiais	0,7	2,3%
Total	31,4	100,0%



As exportações brasileiras para Libéria são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados que representaram 72,8% do total em 2012, com destaque para açúcar refinado e embarcações flutuantes. Os produtos básicos classificaram-se em seguida, com 24,8%, com destaque para arroz e carnes.

Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

ESCRICÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	3,3	98,0%
Semimanufaturados	0,00	0,0%
Manufaturados	0,1	2,0%
Transações especiais	---	---
Total	3,4	100,0%

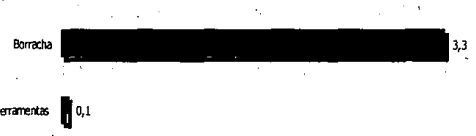


Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram a quase totalidade da pauta, 98%, sendo borracha natural o principal produto importado daquele país.

Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

LIBERIA	PRODUTOS BÁSICOS	3.342.971
LIBERIA	PRODUTOS MANUFATURADOS	67.545

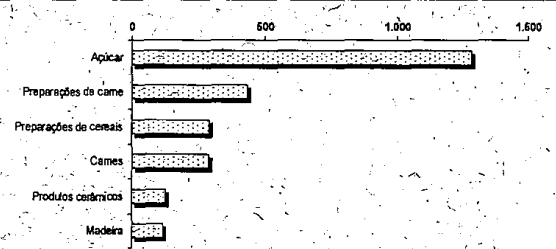
BRASIL-LIBÉRIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

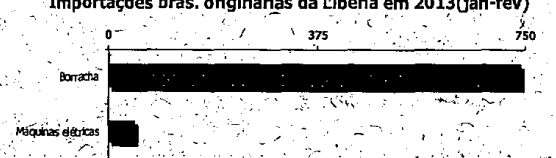
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias da Libéria, 2012
			Valor	% no total	
Borracha	2,2	2,6	3,3	98,0%	
Ferramentas	0,0	0,0	0,1	1,9%	
Subtotal	2,2	2,6	3,4	99,9%	
Outros produtos	0,2	0,0	0,0	0,1%	
Total	2,4	2,6	3,4	100,0%	

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de importações brasileiras originárias da Libéria concentrou-se em 2012, basicamente, em apenas um grupo de produtos: borracha, que representou 98% do total importado. O principal produto, do referido grupo, foi borracha natural tecnicamente específica (TSNR).

BRASIL-LIBÉRIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)	% do total	2013 (jan-fev)	% do total	Exportações bras. para a Libéria em 2013 (jan-fev)
Exportações					
Açúcar	332	4,7%	1.284	46,5%	
Preparações de carne	390	5,5%	433	15,7%	
Preparações de cereais	219	3,1%	294	10,6%	
Carnes	518	7,3%	290	10,5%	
Produtos cerâmicos	176	2,5%	126	4,6%	
Madeira	187	2,7%	118	4,3%	
Subtotal	1.822	25,8%	2.545	92,2%	
Outros produtos	5.234	74,2%	216	7,8%	
Total	7.056	100,0%	2.761	100,0%	

Importações	2013 (jan-fev)	% do total	2014 (jan-fev)	% do total	Importações bras. originárias da Libéria em 2013 (jan-fev)
Borracha	698	91,4%	742	94,0%	
Máquinas elétricas	0	0,0%	48	6,0%	
Subtotal	698	91,4%	789	100,0%	
Outros produtos	66	8,6%	0	0,0%	
Total	764	100,0%	789	100,0%	

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 265 - C. Civil.

Em 8 de abril de 2012.

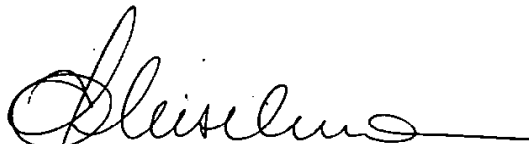
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 11/04/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS:11483/2013